

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ARLEANDRA DE LIMA RICARDO

**A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em
tempos de “democracia”?**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Arleandra de Lima Ricardo

**A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em
tempos de “democracia”?**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Doutora Vera Lúcia Vieira.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

Dra. Vera Lúcia Vieira

Dr. Marco Tarcisio Florindo

Dra. Maria Aparecida de Paula Rago

*Ao meu filho Arthur Ricardo.
À memória de meu pai Arlindo Ricardo.*

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos expressam não apenas sentimentos de gratidão, mas também de reconhecimento. Quando agradecemos alguém por algo, estamos movidos sendo pela capacidade de reconhecer nas pessoas sua colaboração e participação, por vezes positiva e muito raramente negativa.

Agradeço à minha orientadora Dra. Vera Lúcia Vieira, que nos momentos difíceis esteve ao meu lado, muitas vezes no lugar de amiga e exemplar orientadora, me aconselhando e contribuindo para a organização das minhas idéias.

Agradeço à professora Maria Aparecida de Paula Rago e ao professor Marcos Florindo pela participação na Banca de Defesa; a atenção, contribuições e precisão na leitura e principalmente as sugestões que procurei incorporar nesta última versão da pesquisa.

Agradeço aos que se prontificaram e contribuíram para o início desta pesquisa, ao curso de *Lato Sensu História Sociedade e Cultura*, que possibilitou conhecer o Acervo Público de São Paulo e com isso despertar o interesse em pesquisar o acervo da DOPS de Pernambuco.

Agradeço a Marcília Gama da Silva, curadora no ano de 2007 do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano que separou a documentação para o desenvolvimento desta pesquisa, que ela já organizara e que é inédita. Aos seus funcionários e colaboradores, meu muito obrigado também.

Agradeço a Olívia Rangel Joffily, Tereza Costa Rego, Sra. Ofélia Cavalcanti, esposa de Paulo Cavalcanti que vivenciou o período a ser estudado e também a Fernando Garcia de Farias.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica, aos professores Antonio Rago, Estefânia K. Fraga, Maria Odila, Heloísa de Faria Cruz, Yara Aun Khon, Márcia D'Aléssio, cujas aulas me propiciaram a absorção de conhecimentos que foram imprescindíveis para a confecção desta dissertação.

Agradeço o financiamento da CAPES e CNPq, e à comissão de bolsa da PUC, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e promover minha capacitação.

Agradeço ao meu irmão Clóvis Ricardo, pela ajuda financeira e pelo computador.

Agradeço a minha mãe e aos meus irmãos, por acolherem o Arthur e ao Instituto de Ensino Sagrada Família por dividir comigo a tarefa de sua educação.

Agradeço a Sra. Sheila Smith por fazer a última leitura e correções.

Aos amigos que passaram, ficaram, e seguiram suas jornadas, Wilma Antunes, Jussaramar, Cristina, Jonas, Eduardo, Maria José, Joana, Mariana, Luis, Pedro, Alba, Betinha (secretária do programa), Edgar, Nilo, Maíra, Paloma, Pâmela, Juliana, Elias, Izabel, Michel. Enfim, amigos que por alguma razão entram e saem de nossas vidas, deixando por vezes saudades, por vezes lembranças. Agradeço a todos que de forma intensa colaboraram para que houvesse um amadurecimento intelectual e pessoal; garantindo desta forma um equilíbrio para que esta pesquisa chegasse ao final.

Agradeço às adversidades, que nos tornam mais fortes e capazes de superar a nós mesmos.

RESUMO

RICARDO, A. L. *A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?* Dissertação de mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

Esta dissertação expõe como ocorreram as diferentes formas de controle social, de vigilância e de repressão exercidas pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco contra os mais variados segmentos sociais no período compreendido entre 1945 e 1956. O cerceamento e a vigilância que se estenderam aos próprios agentes da DOPS, à Base Aérea de Recife, às fábricas, aos partidos políticos (particularmente ao Partido Comunista Brasileiro), às associações de classe e, também, ao movimento feminino. Foi possível expor também, principalmente, o processo de vigilância em torno de uma das militantes do PCB, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.

A pesquisa, através da análise da documentação da época, teve como princípio, compreender a lógica interna deste sistema de Segurança Nacional. Desta forma, revelar como a DOPS, justificada pela ideologia da Segurança Nacional, ao longo da década de 1950, não apenas continuou a repressão vigente no período ditatorial de Getúlio, assim como ampliou seu raio de ação na sociedade.

A base de dados que possibilitou tais reflexões foi extraída do Acervo Estadual Jordão Emerenciano em Recife (PE) organizado por Marcília Gama e pela sua equipe. Essa base de dados é constituída por dossiês e por prontuários criados pelos agentes da DOPS. Tais dossiês contêm observações dos agentes sobre as classes ou sobre o estrato das classes vigiadas, além de materiais diversos apreendidos como “provas” de subversão: jornais, documentos das organizações, atas de reuniões, etc.

Palavras-chaves: DOPS, Estado autocrático, PCB, vigilância, repressão, movimento feminino.

ABSTRACT

RICARDO. A. L. The DOPS in Pernambuco during the period of 1945 to 1956: autocracy in times of “democracy”? Masters dissertation of Social History. Catholic Pontifical University. São Paulo, 2009.

This dissertation displays the different forms of social control, monitoring and repression exerted by the Office of Political and Social Order (DOPS) of Pernambuco against the most varied social segments during the period between 1945 and 1956. The method of limiting and the monitoring extended to their own agents of the DOPS, to the Air base of Recife, the plants, the political parties (particularly to the Party Communist Brazilian), to the associations of classes and also to the feminist movement. It was also possible to expose mainly, the process of monitoring one of the militant women of the PCB, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.

The research, through the analysis of documentation of the time, had as its principle, to understand the internal logic of this system of National Security. Thus disclosing how the DOPS, justified by ideology of the National Security, throughout the decade of 1950, not only continued the effective repression during the dictatorial period of Getúlio, but also extended its radius of action in to the society.

The database that made possible such reflections was extracted from the State Library Jordão Emerenciano in Recife (PE) organized by Marcília Gama and her team. This database consists of dossiers and handbooks created by the agents of the DOPS. Such dossiers contain comments of the agents on the different social classes or the observations of these classes as materials apprehended as proofs of subversion: periodicals, documents of the organizations, acts of meetings, etc.

Word-keys: DOPS, autocratic State, PCB, monitoring, repression, feminist movement.

SUMÁRIO

Introdução	11
------------------	----

CAPÍTULO I – A identidade entre as redes estaduais na consolidação de um sistema nacional de repressão

1.1 A DOPS de Pernambuco	28
1.2 Evidências da articulação nacional da repressão na década de 1950.....	38
1.3 A DPS do Rio de Janeiro	51
1.4 O DEOPS de São Paulo	56

CAPÍTULO II – Em princípio, todos são suspeitos para a DOPS

2.1 A repressão contra si própria: agentes vigiando agentes	61
2.2 Vigilância e repressão aos civis e militares na Base Aérea de Recife	64
2.3 A Industrialização na região nordeste.....	76
2.3.1 Urbanização em Recife.....	77
2.3.2 A parceria entre o Estado e o empresariado na repressão ao operariado.....	82
2.3.3 A repressão na fábrica.....	85
2.4 Autocracia institucional em nome da democracia	98

CAPÍTULO III – Associações femininas e repressão na década de 1940 e 1950 em Recife Pernambuco

3.1 O movimento feminino no interior do debate histórico e historiográfico.....	106
3.2 A repressão desencadeada pela DOPS à C.M.P.D.	118
3.3 Militância e vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.....	122
3.4 Polícia e opressão à mulher	132
3.5 As eleições sob vigilância	136
3.6 Apesar da cassação, as tentativas de continuidade	153
3.7 As perseguições sob a égide da Guerra Fria.....	157
Considerações finais	168
Fontes	172
Entrevistas	175
Paginas de Internet consultada	176
Bibliografias	176

INTRODUÇÃO

Analisar a vigilância e a repressão desencadeada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) contra as pessoas de diversos segmentos sociais suspeitas de integrarem células e associações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no período compreendido de 1945 a 1956 em Pernambuco é o objetivo desta dissertação. A partir do sistema de vigilância, de censura e de repressão implantado no período ditatorial de Getúlio Vargas, aprofundado após o Movimento de 1935, a DOPS aperfeiçoou suas ações repressoras no decorrer da década de 1940 e 1950.

A quantidade e a diversidade de indivíduos que ocupam inúmeras e excessivas páginas de prontuários e de dossiês nos revelam aspectos dignos de nota. Os indivíduos tiveram suas vidas expostas de forma abusiva e receberam adjetivos que poderiam ser, no mínimo, considerados pejorativos.

Temos como hipótese a permanência da coerção respaldada pela legislação que restringiu não apenas os atos públicos, mas também restringiu o direito à reunião, à organização de comícios, greves e mobilizações por demandas sociais, manifestas pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE) durante o período em estudo.

A abordagem que norteou esta pesquisa se concentra nos fundamentos da crítica ontológica, pela qual se buscou evidenciar os nexos constitutivos da concretude social nas formas objetivas e subjetivas como esta se põe, na medida em que a análise das fontes possibilitou a emergência de categorias de análise sobre as quais nos debruçamos para esmiuçar o tema.

As categorias identificadas a partir da ordenação do conjunto da documentação do Acervo Público Jordão Emerenciano, produzida pelos agentes da DOPS, remeteram não apenas à compreensão de que os grupos perseguidos, reprimidos e vigiados faziam parte de diferentes segmentos sociais, bem como, ao entendimento de suas demandas sociais no interior da luta de classes.

Os nexos constitutivos aparecem na documentação na medida em que se apreende o objeto enquanto síntese de múltiplas determinações de uma realidade. Assim como a ação dos agentes que atuaram naquele período em Recife é uma expressão de orientações políticas que emanam dos superiores naquela burocracia, a resultante destas atividades revela uma “forma de ser” do Estado, dados os nexos inerentes às relações societárias no interior da particularidade analisada. Segundo Chasin, “tudo o que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica própria do objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade, historicamente engendradas e desenvolvidas”. (CHASIN apud TEIXEIRA, 1995: 518)

Assim se procurou operar à análise das abstrações razoáveis sobre o objeto, conforme considera este autor:

Os rastros operacionais da teoria das abstrações afluem dos movimentos analíticos reprodutivos das entificações examinadas, fazendo transparecer os atos de intensificação, delimitação e articulação ontológica que perfazem seus respectivos processos de concreção a partir dos respectivos feixes de abstrações. (CHASIN apud TEIXEIRA, 1995: 518-519).

Com tal perspectiva analítica foi possível identificar na documentação, a existência de uma prática violenta de contenção social que não se coaduna com os preceitos da propalada democracia liberal do período. A partir destas evidências, a questão que se coloca é: qual a configuração de Estado nesse período? Será que acompanhar, por exemplo, o cotidiano da vida de uma pessoa durante 30 anos, não indica algo além da perseguição aos comunistas? Será que isto não indica uma determinada insistência do Estado que não abandona seu caráter repressor no decorrer de um longo período, talvez ao longo de toda a República? Que tipo de Estado necessita colocar contra a população as forças que, na ordem liberal, deveriam protegê-la?

A leitura da documentação nos permite identificar uma determinada lógica nesse processo repressivo, isto é, um conjunto de prontuários contendo anotações indicadas como “investigação”, a seguir outro conjunto de anotações e documentos que se caracteriza como “censura”, e finalmente, como

“repressão”. Essa lógica já foi identificada por outros pesquisadores que, embora não tenham se detido nesses prontuários, situam também em outros tipos de dossiês constantes do acervo de Recife. Como o caso da pesquisa da historiadora Marcília Gama da Silva que identificou os procedimentos policiais como, investigação que “corresponde ao procedimento usado quando se impõe a necessidade de averiguar, pesquisar, diagnosticar, a atividade de pessoas físicas e jurídicas”, a censura que se refere ao “(...) procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando constatada a existência de alguma atividade suspeita, nociva à ordem ou que sugerisse subversão” e por último a repressão: procedimento último na hierarquia das atividades-fim do órgão. É utilizado quando comprovado a existência de atividade subversiva. (SILVA, 1997: 79).

Para os pesquisadores que adentrarem na documentação produzida pelos agentes da DOPS, estes encontrarão documentos que vão desde “(a) ficha de identificação criminal, com dados pessoais, antecedentes da pessoa, foto, pedido de busca, recortes de jornais, fichas individuais datiloscópicas, artigos, relatórios, etc”. (SILVA, 1997: 79).

Os estudos que procuraram identificar o sistema repressivo no Brasil, perceptíveis na formação e na estrutura dos seus aparelhos, assim como na classificação das leis que comprovavam a permanência da repressão, respaldada na lógica violenta que o Estado denota até os dias presentes, são recentes e, dentre estes, destaca-se o de Luís Reznik. No livro *Democracia e Segurança Nacional* este autor analisa a polícia política no pós-guerra, e faz uma reconstituição da história do sistema repressivo, demonstrando como esses órgãos continuam a funcionar ao longo da década de 1950, além de expor a ampliação de seus tentáculos a todas as instâncias do intrincado sistema policial que vai gradativamente se estabelecer no país.

A compreensão da continuidade desta estruturação vai se delineando na medida em que se toma a bibliografia que trata de cada período em particular, mesmo quando nos voltamos apenas para um Estado, como, por exemplo, o DEOPS de São Paulo, cuja análise se apresenta com maior diversidade de

autores. Neste sentido, os estudos sobre o sistema repressivo vigente nos períodos ditatoriais trazem informações e reflexões que demonstram tal assertiva e dentre eles, se destaca a pesquisa de Lucia PARRA (2003), na qual aborda a ação da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo no período Vargas, a partir da coleção do Inventário DEOPS, intitulada *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP 1924 a 1945*. Sua pesquisa contém um material catalogado e organizado sobre a ação desse órgão nos anos citados, o perigo que novamente aportou aos imigrantes nas fábricas, à entrada de estrangeiros, e à sua influência na formação de lideranças com ideário de lutas.

A análise da expressão de uma dada lógica do Estado que se manifesta a partir da ação repressora de agentes de polícia e em especial a Polícia Política foi desenvolvida por Cancelli que analisa sobre o preceito do “monopólio da violência como atributo do Estado” que “não só havia outorgado (à polícia civil) o monopólio do uso legítimo da violência, mas feito dela seu agente de transformação, com o uso do terror para impor esta violência de forma total e gerenciada” (CANCELLI, 1994: 22). A autora ressalta que a polícia era utilizada para manter a ordem, proliferar o terror, com uma dupla conotação: a normativa e a prerrogativa.

O estado normativo estava representado pelas atividades do governo que transcorriam de acordo com as normas e a ordem legal, como se expressam os estatutos, as decisões das cortes e as várias agências administrativas. O estado de prerrogativas era representado pelo círculo do poder e pela polícia, em uma esfera inatingível pela lei. (CANCELLI, 1994: 27).

A vinculação cada vez maior entre as policias civis e militares, e entre as Polícias Políticas voltadas para os crimes comuns e políticos se dá, conforme se demonstrou, tanto pela interligação entre os diferentes órgãos que compõem as estruturas burocráticas, quanto pela lógica impressa nos códigos penais e legislações congêneres, cujos preceitos levam a que, “não se busca o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso”. (ARAÚJO, et al.:

2001: 25) Com isso se transformou a suspeição em ato efetivo de contravenção ou crime.

Tais ações são perpetradas após a ditadura varguista, não só porque a lei volta a perseguir pessoas que criticam o regime, ou que são suspeitas por razões diversas, mas também por causa da viabilidade de uma ação tão contumaz, em decorrência da manutenção dos órgãos repressores que se mantém no período democrático. Ou seja, o Departamento de Ordem Política e Social que atua na época de Getúlio é o mesmo que atua no período Dutra e nos anos subsequentes. Estudos semelhantes que analisam estes aparatos repressivos em outros países latino-americanos também identificam tal continuidade, até mesmo quando analisam a submissão dos militares à polícia civil nas épocas de distensão pós-ditaduras. (SANTI-PIERRE, 2007: 126).

Ficou a cargo do governo, como identifica Cancelli, o uso da polícia no cotidiano como “aparelho de controle e manutenção da ordem”; para que esta fosse eficaz, era necessário lhe dar condições para agir de forma dinâmica, servindo como sustentáculo do poder e, sem hesitar, fazer perseguições e torturas. Assim, a tortura já vigente ao longo da história do Brasil, praticamente se institucionaliza enquanto método de investigação desde 1935:

Na lista das táticas de tortura praticadas pela polícia, em especial a polícia política, os métodos constantes eram vários: arrancar as unhas com alicate, enfiar alfinetes sob as unhas, espancar esposas ou filhas ou o próprio prisioneiro, introduzir duchas de mostarda em vagina de mulheres, queimar testículos com maçarico, extrair dentes com alicates, introduzir arame na uretra depois de tê-lo esquentado com maçarico, introduzir arame nos ouvidos, utilizar a cadeia americana (com mola oculta, que jogava o peso contra a parede), queimar as pontas dos seios com charutos ou cigarros, etc. (CANCELLI, 1994: 194).

Em 1945, o Estado encontra um ambiente singular para enfatizar a tônica do “inimigo interno”: a atmosfera do término da Segunda Guerra e a divisão entre as duas potências, que serviram de catalisadoras para o início da Guerra Fria e a divisão do “mundo” em dois blocos: o ocidental capitalista representado principalmente por Estados Unidos e do bloco oriental socialista, cuja maior força era a União Soviética, foram as justificativas do período quem embasaram

a ampliação e a complexização deste sistema. A configuração dessa divisão do mundo se deu desde 1944, através da Conferência de Yalta, na qual ficou como que definido que 'metade' seria "gerenciado" pelos americanos e 'metade' pelos russos. A esta polaridade de hegemonia no mundo, os países deveriam 'abrigar-se' dada a eminência de um novo confronto que todos temiam e que parecia ser inevitável (TREVISAN, 1985: 44). Influuiu no "constante enfrentamento secreto, disfarçado, entre as potências", "travada não só com armas reais, mas com espionagem, a desestabilização, seja econômica ou política, do adversário, enfim, com uma infiltração de qualquer tipo que causasse prejuízo ao bloco inimigo". (TREVISAN, 1985: 45).

Nesta conjuntura o Brasil, às voltas com sua crônica falta de recursos para investimentos em sua *hiper tardia industrialização*, busca novos financiamentos para dar continuidade à renovação do parque tecnológico já iniciada por Getúlio, ampliando tanto sua dependência para com os países centrais, quanto sua articulação com o governo norte americano.

Mas, por outro lado, conforme enfatiza a historiografia, o país adentrava a um período de redemocratização. Com o general Dutra na presidência, eleito no primeiro pleito após da ditadura de Vargas, em dezembro de 1945, alguns enclaves ditatoriais do período anterior foram revogados, como a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tendo-se ainda conferido anistia aos presos políticos de 1935, legalizando-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Uma nova Carta Constitucional passa a reger a nação a partir do fim de 1946, a qual define, entre outras questões, a livre inscrição partidária¹, além da liberdade de expressão. Historiadores como FORMAN (1964), dão ênfase ao fato de que a Carta Constitucional de 1946 legitima uma nova fase, a da Segunda República:

A constituição de 1946 não só legitimou a Segunda República como também lançou bases de um sistema político de múltiplas camadas. (...). De um lado, a Constituição fortaleceu o cargo do presidente, concedendo-lhe poderes amplos para legislar por decretos e estabelecendo sua direção direta (...). Por outro lado, garantia um

¹ Ato Adicional n. 9 de 28 de fevereiro de 1945.

constante domínio rural sobre o Congresso ao estabelecer representação igual a todos, onde lugares eram alocados com base no total de votos obtidos por partidos em cada Estado. (FORMAN, 1964:165-166).

Assim, aparentemente cessava, com isto, um longo período de perseguições direcionadas contra o PCB, mas que servira também para manter sob censura e coerção as lutas dos operários. As perseguições aos integrantes do PCB desde sua fundação, mas principalmente no período da ditadura varguista, sofreram já foram analisadas por inúmeros autores. É a que se refere BRUSANTIN (2003), por exemplo, quando analisa a repressão que recaiu sobre os comunistas durante todo o século XX. Segundo ela, tal repressão acontece,

Primeiro, porque eles representavam uma ideologia de esquerda que questionava fundamentalmente as premissas do capitalismo e das lideranças que diziam representantes da burguesia e da 'nova ideologia'; segundo, porque eram combatidos nas ruas pelos integralistas e respondiam às provocações, utilizando-se de métodos similares; terceiro, porque realmente tentavam se organizar internacionalmente e transformar o mundo de acordo com suas concepções políticas; e quarto de fato ensaiaram (ingenuamente) tomar o poder em 1935. Essas condições facilitaram não só a proliferação de um discurso anticomunista consistente, como também fizeram com que grande parte da população se tornasse favorável e receptiva a qualquer manifestação que os apresentasse como 'inimigos objetivos' (BRUSANTIN, 2003: 33).

No entanto a historiografia aponta também, que tal democratização fica nos limites das intencionalidades para os integrantes do PCB. Apenas para recuperar alguns dos posicionamentos e testemunhos, também já bastante citados, que versam sobre o clima deste período, indicamos o relato de um dos integrantes deste partido. Conforme Eduardo Dias:

Em dez anos de atividades ilegais não me apanharam. Agora, na legalidade, me intimavam para comparecer no dia seguinte (...). Procurei o CE [Comitê Estadual] pedindo orientação (...). O Arruda me mandou atender, que não era nada. (...) obedeci (...). Estava sendo processado. Tinha cinco dias para apresentar a minha defesa. (...) O advogado, Dr. Vampré, viu meu processo. Fui

aconselhado a me pôr em segurança. O processo era sumário. Expulsão já decretada. (VIEIRA, 1998: 252).

A continuidade da vigilância acentuada entre 1945 a 1964 também foi acentuada por AQUINO (2002) que, em seu texto intitulado *A Constancia do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*, também destaca que,

Mesmo com o restabelecimento do regime democrático em 1945, as atividades de vigilância e repressão do Serviço Secreto DEOPS/SP continuaram. Durante esse período de (1945-1964), ocorreu um alargamento dos setores investigativos, embora o foco prioritário fosse o comunismo. Pessoas engajadas nos mais diversos movimentos sociais e políticos de todos os partidos, desde a União Democrática Nacional (UDN) até o Partido Comunista Brasileiro (PCB), passaram a ser investigados pelo SS do DEOPS/SP. (AQUINO, 2002: 55)

Os historiadores consideraram, com pertinência, as evidências da banalização da democracia liberal, da negação das garantias individuais e da suspensão da liberdade de organização.

O regime político que passou a vigorar em 1946, embora inscrito nos marcos da denominada democracia liberal, fundou-se no terrorismo de Estado, na negação das garantias individuais, na banalização da eliminação física de opositores e na supressão da liberdade de organização dos setores populares – especialmente os sindicatos e o PCB. (POMAR, 2003:9).

Ainda segundo Maria Aparecida de AQUINO (2002)

Mesmo nos períodos de legalidade ou semilegalidade, os militantes do PCB continuaram a ser vigiados pelos policiais do DEOPS (...). Existe (...) uma infinidade de relatórios sobre a atuação dos pecebistas entre 1945 e 1947, quando o partido contava até com deputados constituintes, assim como sobre as atividades desenvolvidas pelos comunistas no começo da década de 1960, quando o PCB era uma das correntes políticas que compunha o governo de João Goulart. (AQUINO, 2002: 46).

Apenas, pondera ainda a historiografia, altera-se a forma da repressão, que passa a ser mais camuflada, embora nem sempre sutil. Com a manutenção justificativa da necessidade de garantir a ordem política e social, a

A exclusão da classe operária da política começou mesmo antes da Constituição, ou seja, o Presidente eleito, General Gaspar Dutra, promulga o Decreto n. 9.070 (15/3/1946) e o Decreto n. 9.502 (23/7/1946), que regulavam, respectivamente, o direito de greve e o restabelecimento da ação interventora do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Em suma, o regime 'liberal' do Presidente Dutra preserva a estrutura corporativista da CLT e a utiliza para tirar de cena o MUT e os sindicatos adeptos do Partido Comunista. [p. 58]. (...) o corporativismo da CLT presente na Justiça do Trabalho transforma o conflito entre Capital e trabalho numa questão para ser resolvida no mundo da jurisprudência e não através da barganha coletiva no mercado de trabalho. (SOUZA, 1985: 73).

Aliada à lógica da Guerra Fria, a repressão mantém também a justificativa de detectar a influência "alienígena", na "figura do estrangeiro estigmatizado por seus atos de subversão e como promotor de um complô secreto internacional" (GIRIARDET, 1987 apud PARRA, 2003: 1987). Assim, em 7 de maio de 1947, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Rússia, jogou o PCB na ilegalidade e em 1948 cassou os direitos constitucionais dos eleitos sob essa legenda. Nesta conjuntura punha-se como prioritária também a questão da segurança nacional e, para tanto a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da segurança nacional. (Art. 1º da Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949).

Conforme a lei que a cria, integrava-se aos militares "eminentemente personalidades, civis (...) ou de notável projeção na vida pública do País", compondo-se assim, uma Junta Consultiva. Nas palavras de um de seus idealizadores, Juarez Távora, em seu livro *Uma vida e muitas lutas*,

A Esg está fazendo o quanto pode para cumprir a delicada tarefa de preparar elementos selecionados de nossa elite civil e militar, para o adequamento desse problema [a defesa em nome da Segurança Nacional]. Não há como ignorar tais problemas, ou

tentar elidir, com subterfúgios, sua gravidade. Impõe-se ao contrário que os ataques de frente, corajosamente, sob pena de desacreditar-nos como elite, perante o povo, por cujo destino somos responsáveis e perante o mundo exterior contra cujas ambições e concorrências devemos defendê-los. (TÁVORA apud TREVISAN, 1985: 55).

As estratégias de defesa das fronteiras, assim como os problemas relativos à integração física do país, compõem o que se denomina a partir daí, a geopolítica do país. Mas a estas atribuições se somarão ao ideário de defesa da nação contra o “inimigo interno”, isto é, a vigilância, coação e coerção a todo indivíduo entidade, ou organização que, na leitura do governo e daqueles integrantes da sociedade civil, um perigo à segurança nacional.

Segundo TREVISAN (1985) não foi a Escola Superior de Guerra que descobriu a Segurança Nacional e nem a geopolítica, mas conferiu especificidade a estes temas. Maria Helena Moreira ALVES, analisando a continuidade desta escola e o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional no período da ditadura que se inicia em 1964; destacou que esta contou também com a colaboração do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), “órgão de fachada”, criados em 1959, formando-se assim, “um importante grupo de conspiradores militares e civis para a derrubada do presidente João Goulart” (ALVES apud AQUINO, et. al.: 59). Tal articulação culmina com a gestação do conceito de guerra revolucionária, já na década de 1960, o que tomou proporções abrangentes no julgamento, tanto de militares quanto de opositores.

O conceito de guerra revolucionária não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado. Além disso, a guerra revolucionária é automaticamente vinculada á infiltração comunista e iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética. (ALVES apud AQUINO, et. al.: 59).

A continuidade da repressão nos anos que se sucedem ao período ditatorial varguista também foi apontada por autores que analisaram a

particularidade das perseguições em Pernambuco, conforme veremos ao longo desta dissertação.

Além da ação contínua do sistema repressivo, nos revelam os estudos sobre Pernambuco, a permanente re-formatação do aparato burocrático com a institucionalização de assessorias de vigilância que foram criadas no decorrer das décadas estudadas, seus mecanismos de repressão e a troca de informações entre órgãos. Destaca-se neste sentido a dissertação de mestrado de Marcília Gama, *DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco - 1935-1945* e sua tese de doutorado *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)*.

As fontes primárias analisadas nesta pesquisa foram, fundamentalmente, os prontuários produzidos pela DOPS correspondentes à vigilância e à repressão desencadeadas pela polícia de Pernambuco, nos espaços urbanos, de concentração institucional, econômica, social, cultural, em fábricas, em comícios de rua, organizações de bairro. Deparamo-nos também com a perseguição feita a membros da Assembléia Legislativa em decorrência da suspeição de que parlamentares eram integrantes do Partido Comunista, ou mesmo seus simpatizantes. Tal documentação também conserva extratos de jornais, particularmente o jornal *Folha do Povo*, editado pelos comunistas, além do registro das falas de inúmeros personagens que foram vigiados, presos, censurados, etc... Outra fonte primária e que também serviu como fonte bibliográfica foi o livro produzido pelos agentes da DOPS no ano de 1958, resultante do material apreendido de muitas células comunistas do Partido Comunista do Brasil: *Aspectos da atividade do Comunismo em Pernambuco: A expressão da verdade*. A terceira edição a que tivemos acesso é de 1986 e foi escrito pelos agentes policiais Álvaro Gonçalves da Costa Lima, Armando Hermes Ribeiro Samico e Francisco de Assis Lima² após apresentarem, na II

² Para os que pretendem estudar essa organização e os vários encontros que foram promovidos consultar REZNIK. *L.Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. São Paulo: FGV, 2004.

Conferência Nacional de Polícia, um balanço do “perigo vermelho” naquele Estado.

Os prontuários e os dossiês dos arquivos da DOPS-PE se ampliaram no período de legalidade do PCB, a partir de 1946. Foi quando o partido, confiante no discurso da “redemocratização”, passou a comunicar aos órgãos do governo (encarregados do controle de atividades públicas sobre as atividades organizativas), a abertura das células, a composição dos núcleos dirigentes, os horários e os lugares das reuniões, assim como passou a divulgar a toda a população através de anúncios nos jornais, como no jornal *Folha do Povo*, suas críticas à política, suas propostas para o país, suas considerações sobre a vida cotidiana e suas formas de luta.

Tal exposição facilitou em muito a ação das polícias e, principalmente, nos anos posteriores a 1947 o volume de pessoas perseguidas sob o argumento de serem comunistas se avolumou, o que se percebe pelo aumento de prontuários e dossiês ainda hoje disponíveis no acervo de Pernambuco. A polícia intensificou, no decorrer do período de “redemocratização”, durante o governo de JK, a vigilância aos grupos urbanos e rurais, aos operários de fábricas têxteis, à Base Aérea do Recife, aos políticos e até mesmo aos próprios agentes da DOPS.

Assim, paralelamente às proclamações da liberdade de expressão, este órgão invadiu residências e apreendeu documentos ao longo das décadas de 1940 e 1950. Sobre isto PARRA atesta que

Os registros eram filtrados por uma lógica própria, através da qual, fatos aparentemente inofensivos, ganham a dimensão de crime político. Cidadãos eram presos e condenados (...). Estas práticas faziam parte da estratégia de controle promovida pelo estado que, através da polícia Científica, arquivava informações sobre a população. (PARRA, 2003: 21).

A vigilância se instaurou através de campanhas³ em reuniões em praças públicas, fábricas, entidades partidárias, grêmios e eventos populares, além de recolher recortes de jornais que divulgavam reuniões, eventos culturais, educacionais e tantos outros. Essa documentação se mistura com o que foi produzido pelos próprios integrantes do PCB, como atas de reunião, folhetos, jornais, panfletos (desde propaganda até informativos) que, apreendidos, engrossaram ainda mais os prontuários da DOPS-PE.

A polícia não se restringiu aos integrantes do PCB, mas também perseguiu inúmeras pessoas e associações que expressaram demandas públicas (como salários, aumento dos gêneros alimentícios, moradia, saúde pública), ou que se manifestaram contra algum posicionamento do Estado (como a questão do petróleo e a questão da ida dos soldados à guerra da Coreia). Conforme Silva,

A polícia estimulava a vigilância coletiva, produzindo ao mesmo tempo, a denúncia e a autocensura. Qualquer motivo suspeito como reunir algumas pessoas em casa, poderia resultar em investigações (...), alertadas por uma delação qualquer. (SILVA, 2003: 58).

Na linha de raciocínio da aversão à “desordem pública e política”, a justificativa que se dava era a de que os indivíduos que fossem identificados como comunistas eram um perigo para a nação e, portanto, afetos à segurança nacional.

A abertura dos arquivos da DOPS foi disponível para pesquisa a partir da década de 1990 e a visibilidade que o tema da repressão adquiriu no início do século XXI ajuda a refletir sobre as questões vinculadas ao último período bonapartista, ou seja, a ditadura que se inicia em 1964. A luta pelo reconhecimento da memória despontou com mais intensidade a partir de 2005, através de assinaturas no *Desarquivando o Brasil*,⁴ e muitas publicações memorialísticas da época surgiram. Livros como *Mortos e desaparecidos, Brasil nunca mais*, entre outros, procuraram reparar a história dos silenciados e a falta

³ Quando o agente da DOPS era designado para fazer a vigilância a grupos ou pessoas, foi utilizado o termo: *campana*. Observa-se também o uso de *a campanada*, ou seja, a vigiada, a pessoa que esteve em observação.

⁴ Para maiores informações consultar: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>.

de punição aos torturadores, embora as organizações da sociedade civil voltadas para tanto, ainda constituam uma minoria. Conforme disse no ano de 2009, a então ministra Dilma Rousseff: “[...] muitos ainda chamam o período ditadura de ditabranda⁵. Uma inversão absurda da questão relativa a qualquer processo de restrição de liberdade”,⁶ o acesso limitado sobre os documentos desse período, não inibe pesquisadores, estudiosos e remanescentes desse período a reclamar e a lutar pelo direito à memória, ao reconhecimento dos órgãos institucionais em reivindicar o julgamento e reparar os fatos ocorridos e as perseguições arbitrárias. Essa temática desperta o interesse e conduz a novas pesquisas, concentradas no entendimento e na exposição dos órgãos e de suas ações.

Documentação encontrada em Pernambuco sobre períodos mais recentes nos fez corroborar com as recentes análises sobre a permanência da atuação dos sistemas repressivos no país, o que ainda carece de aprofundamentos. Embora os estudos ainda sejam escassos sobre esta região, dentre os vigentes destaca-se o do jornalista Ayrton MACIEL, que se baseou nos prontuários de pessoas perseguidas pela DOPS desse Estado. No prefácio, escrito por Ricardo Leitão, esclarece-se que:

Formalmente, esse Estado foi sepultado em 1989, com a extinção da polícia política em Pernambuco. No entanto, os mais violentos dos seus métodos de atuação ainda hoje perduram, tendo por alvo não líderes e militantes de esquerda, mas cidadãos comuns, de preferência pobres, negros e desempregados – os ‘proletários da história’. (MACIEL, 2000:10).

Porém, há muito que pesquisar, particularmente, sobre a estrutura, as conexões das instâncias estaduais com as federais, suas alterações e as permanências ao longo do século XX, além de sua extensão nos diferentes órgãos públicos e sua colaboração com a iniciativa privada, e, por último, a

⁵ Referência ao debate suscitado pelo Jornal A Folha de São Paulo que, em artigos, considerou que, comparativamente às outras ditaduras latino-americanas e outras características, este período corresponderia, no Brasil, a uma “ditadura branda”.

⁶ Disponível em: <http://www.rodrigovianna.com.br/plenos-poderes/dilma-sobre-a-ditadura-a-branda-eu-nao-conheci>. Acesso em 02 jun. 09.

integração entre a polícia civil e a militar como participantes do sistema repressor.

Pois, conforme situa a historiadora Maria Aparecida de AQUINO, que analisou o DEOPS de São Paulo, este órgão:

Desempenhou por quase sessenta décadas, as funções de uma polícia política, estando sempre devotado à vigilância, controle e repressão dos setores e cidadãos engajados em projetos políticos alternativos aos implementados pelos donos do poder. Neste exercício de dominação lançou mão a práticas violentas e ilegais (como a tortura, o cárcere privado e a execução sumária), métodos amparados na legislação (como a instaurado de inquéritos policiais) e também da produção e armazenamento de uma quantidade enorme de informações sobre os cidadãos considerados 'perigosos' para a ordem vigente. (AQUINO, 2001: 24).

Os argumentos que nos possibilitaram fazer as considerações acima foram distribuídos nos seguintes capítulos que compõem esta dissertação.

No primeiro apresentamos a formação e a criação das delegacias responsáveis pelas funções de vigilância, censura e repressão em três Estados do Brasil: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, visando demonstrar as similaridades nas normas, procedimentos e nas estruturas dos órgãos dos Estados e em face à Divisão de Polícia Social (DPS).

A DOPS nos Estados sofisticou suas ações repressoras acompanhando o uso da tecnologia e da força intelectual de policiais, recrudescida a partir dos processos históricos pertinente a cada Estado, com os conflitos despontados, ora pelos reclames de participação nas decisões políticas e demandas sociais, como: salários, melhorias da cidade, acesso aos gêneros alimentícios. Nessa perspectiva também foi exposto como tais grupos que são vigiados expressam demandas de segmentos de classes no interior de um Estado autocrático.

No segundo capítulo demonstra-se como se deu a vigilância aos agentes da DOPS, da Base Aérea do Recife, na fábrica têxtil do grupo Othon Bezerra de Mello⁷, evidenciando a colaboração do órgão público em benefício do privado, o

⁷ Othon Lynch Bezerra de Mello foi um dos maiores industriais do Brasil. Nasceu no dia 9 de fevereiro de 1880, na cidade de Limoeiro, estado de Pernambuco. Em 1921, destacou-se como membro de uma

que corrobora, mais uma vez, com a perspectiva da autocracia burguesa, para cuja compreensão em muito nos ajudou as reflexões de Florestan Fernandes e José Chasin.

No terceiro capítulo trazemos um estudo de caso. Trata-se de uma militante do PCB, de nome Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Situamos a perseguição vinculada à questão de gênero, no que se refere ao campo categorial da opressão. Embora essa pesquisa não tenha o caráter de discutir gênero, será mostrado como os movimentos femininos do período foram visualizados pela DOPS, e como expressou a vigilância e repressão por parte dos agentes da Polícia Política. Permite também visualizar suas reivindicações e os dilemas internos vivenciados por estes movimentos, assim como no interior do PCB.

Conforme resultados da pesquisa, atribuímos tal vigilância e continuidade repressora a concepção de um Estado autocrático, que através do aparato repressivo, promoveu pelo alto o desenvolvimento capitalista nesse período de 1945 a 1964, excluindo dessa forma a população e organizações da participação política e principalmente econômica.

comissão oficial enviada ao Presidente da República para resolver problemas relativos ao comércio pernambucano.

Iniciou suas atividades comerciais com uma loja na rua da Candeia. Em 1924, comprou a Fábrica de Tecidos Apipucos, transformada em Cotonificio Othon Bezerra de Mello S.A. Montou a Fábrica de Tecidos Amalita. Adquiriu a Fábrica da Várzea, transformando-a em um empório, a Fábrica Anita.

Othon foi também Conselheiro Municipal e Deputado Estadual, em 1941, fundou a Companhia Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, incorporou a Fábrica Éster, em Santo Aleixo, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, instalou em Curvelo, Minas Gerais, a Fábrica Maria Amália. Em 1943, expandiu para o estado de Alagoas, com a compra das Fábricas Fernão Velho e Carmem, localizadas em Maceió, criou a Sociedade Anônima Othon Bezerra de Mello, Fiação e Tecelagem. Ingressou no ramo da indústria açucareira, comprou e modernizando a Usina Una, que foi anexada a Usina Santo André, formando a Companhia Açucareira Santo André do Rio Una.

Comprou a maioria das ações da Companhia Luz e Força Hulha Branca de Minas Gerais.

Em São Paulo e Rio de Janeiro construiu grandes hotéis e criou a Companhia Brasileira de Novos Hotéis – Hotéis Othon S.A, o Aeroporto Hotel, o Castro Alves, o Olinda, o Lancaster, o Califórnia, o São Paulo, e o majestoso Othon Palace, entre outros. Othon Bezerra de Mello. Morreu no dia 8 de fevereiro de 1970.

Acessado em 27 de agosto de 2009:

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=311&textCode=4957&date=currentDate>

CAPÍTULO I - A identidade entre as redes estaduais na consolidação de um sistema nacional de repressão

Justificado pela ameaça do que foi denominado pelo governo de Intentona Comunista⁸, Vargas decretou Estado de Sítio em 1935, suspendeu a Carta Constitucional de 1934. Na seqüência criou em 23 de dezembro de 1935, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e em 1936, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), que teve como função julgar os processados por motivos políticos:

A função do tribunal era processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, 1.420 pessoas foram por ele sentenciadas.⁹

A Lei de Segurança Nacional de fevereiro de 1935 colaborou para a legitimação das funções já exercidas pela polícia, particularmente as relativas às perseguições, à vigilância; à censura e às repressões políticas, em resposta às manifestações dos segmentos sociais organizados por demandas de maior inserção e de acesso aos bens produzidos socialmente.

O sistema de Segurança Nacional criado no Brasil na década de 1920 assumiu ao longo dos anos, diversas funções, desde a prevenção da ordem social e política até atribuições de uma polícia repressora, concentradas no órgão de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

A ramificação dos serviços de vigilância e de repressão nos diferentes Estados do país não seguiu de forma linear, pois cada um tinha autonomia para organizar seu próprio sistema, embora as funções e as atividades fossem

⁸ Capitaneado por Prestes, então capitão do exército e ex-líder tenentista, este movimento se articulou no interior da ALN como uma frente das esquerdas e promoveu ações principalmente no Rio de Janeiro, no Recife e em Natal. A ameaça representada por um movimento dessas proporções envolvendo os quartéis passa a representar motivo suficiente para as autoridades do Estado, tomar uma decisão mais contundente quanto o controle e a repressão ao comunismo em Pernambuco. (ANDRADE apud SILVA, 2007: 107). O fato da Escola de Aviação ter participado deste movimento provavelmente explica a forte intervenção dos agentes da repressão à base da aeronáutica em Recife, conforme analisamos no capítulo II.

⁹ Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_tsn.htm. Acesso em 27 de maio 2009.

similares, como aponta Luis Reznik ao estudar a Divisão Política e Social, cuja delegacia se intitulou por DPS:

Segundo a formulação constitucional, cada unidade da Federação responsabilizava-se pelo exercício da autoridade policial em seu território. O alcance da ação direta da DPS restringia-se aos limites do Distrito Federal (...) a proposta formulada pela Dasp, em 1943, de conceder ao Departamento Federal de Segurança Pública, a ser criado, “jurisdição nacional para as atividades política”, não vingou [...]. Em síntese, a DPS/DFSP formalizava os procedimentos, relativos a repressão, que pudessem ter aplicabilidade em todo o território nacional. (REZNIK, 2004: 134, 135).

1.1 A DOPS de Pernambuco

Paralelamente à centralização do poder do Estado Nacional, implantado no período Vargas; à burocratização, e ao modelo de defesa através do controle social, em Pernambuco dá-se a criação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) sob o Decreto n. 73 de 3 de julho de 1931, o que promovia mudanças na antiga Repartição Central de Polícia. Subordinados a ela havia a Inspeção Geral de Polícia, a Secretaria da Repartição Central de Polícia, as delegacias distritais, regionais e municipais, o Instituto de Medicina Legal, o Gabinete de Identificação, a Inspeção de Polícia Marítima, a Casa de Detenção e as cadeias do interior. O prelúdio do que veio a ser a DOPS de 1935, era a Sessão de Ordem Política e Social (SOPS), dirigida pela Secretaria de Segurança Pública. (SILVA, 2007).

No lugar da Secretaria da Repartição Central de Polícia foram criadas a Diretoria de Expediente e Contabilidade e a Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas. Marcília Gama chama o período de 1931 a 1934 de “primeiro momento”, ou seja, quando ainda não havia sido instituída a DOPS, mas em que já constava a prática de vigilância e repressão a grupos associados, sindicalizados ou organizados em partidos políticos.

Prisões, deportações, toda uma série de perseguições foram feitas naquele período do Brasil Novo. Foram quinze anos de miséria, foi uma nuvem negra que se abateu sobre o povo brasileiro.¹⁰

Tais palavras foram proferidas pela militante do *Socorro Vermelho*¹¹, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, que figura entre as 1.420 sentenciadas citadas acima. Acusada em 1935 de ter participado do levante, foi absolvida só no ano de 1942.

Em nível nacional, com a carta de 1937, conhecida como “Polaca”, a DOPS foi dividida em duas, a de Ordem Social (DOS) e a de Ordem Política (DOP), sendo esta última designada para a prevenção e para a repressão contra o comunismo, enquanto que a Delegacia de Ordem Social (DOS) ficou encarregada dos serviços de vigilância social. Ao longo dos anos, as funções das duas delegacias se integraram¹². (SILVA, 2007).

Essa divisão visou ampliar a ação do sistema repressivo no país em decorrência da reação oficial contra o Movimento Comunista de 1935 e pelo receio da mobilização social, dada a grande adesão de operários, estudantes, comerciantes, soldados e oficiais das Forças Armadas a um ideário que fazia críticas ao sistema vigente e que propunha mudanças sociais.

Em Recife, acompanhando a divisão nacional, foi criado outro órgão voltado para a repressão ao comunismo, denominado Serviço de Repressão ao Comunismo, em 17 de novembro de 1937.

Ou seja, o governo estadual de Pernambuco criou um serviço só para combater aqueles denominados comunistas. Mas, uma intervenção do governo federal extinguiu-o em dezembro de 1937, por ter sido considerado que a DOP daria conta da repressão, o que levanta a questão da autonomia dos Estados e o teor da federação no país.

¹⁰ Entrevista a Adalgisa Rodrigues Cavalcanti realizada pela pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA), em 21 de julho de 1982.

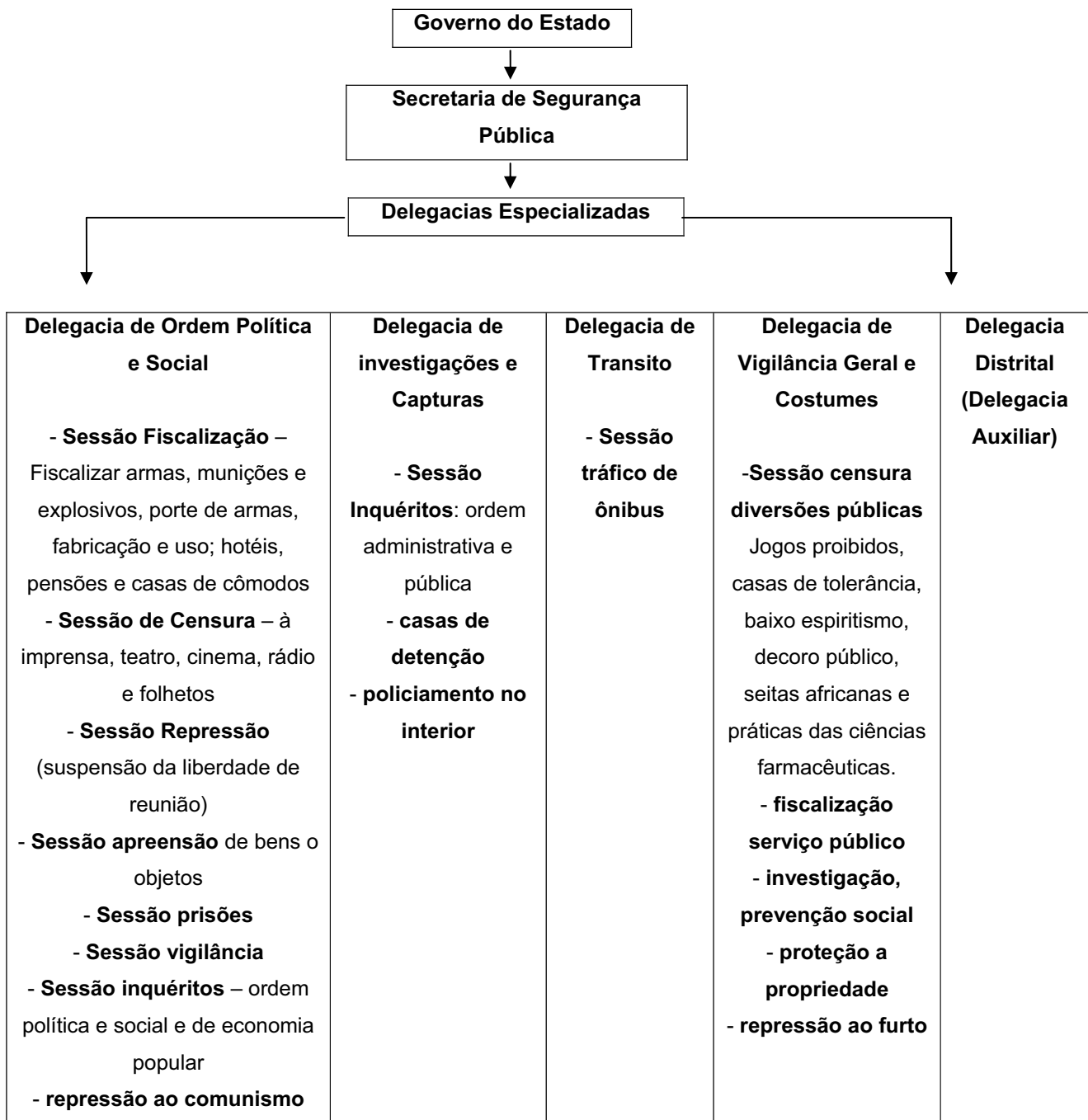
¹¹ Órgão criado pelo PCB para dar assistência aos presos políticos de 1935. A finalidade era a de arrecadar dinheiro para o pagamento de despesas políticas.

¹² Ao longo dos anos, a Delegacia de Ordem Política e Social, foi intitulada de Inspeção de Ordem Política e Social (IOPS), entre 1934-1935, de Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) em 1939, e por fim, em 1961 de Departamento de Ordem Política e Social. Findada apenas em fins da década de 1980.

Muito embora a questão da federalização apareça desde 1933 como aponta BRUSANTIN (2003), quando “Filinto Müller inaugurou o Press Ofício que viabilizava a centralização das informações e o contato diário da Polícia do Distrito Federal com os Estados e Territórios”.

Em 1937, com a decretação do Estado Novo, criou-se o Serviço de Divulgação através do qual foi mantida a distribuição diária de artigos e de comunicados para cerca de 1300 jornais espalhados pelo Brasil. (...). Em abril do mesmo ano [1939] criou-se o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, que providenciou a aplicação de um inquérito policial exaustivo aos 1572 municípios brasileiros. Esse levantamento permitiu à Polícia do Distrito Federal ter mais completa radiografia do país, a partir de fichas cadastrais de cada município brasileiro, fontes expressivas da geopolítica do controle oficial. (BRUSANTIN, 2003: 21).

Assim, conforme o organograma abaixo, assim se estruturou a organização das Delegacias Especiais no Estado de Pernambuco no ano de 1939:



Conforme a opinião das autoridades pernambucanas, expressas em 1939, “O governo imprimiu acertadamente uma organização adequada aos serviços de polícia judiciária da capital [...] todas com atribuições bem definidas e peculiares à sua natureza”. (SILVA, 1996: 74-76).

Esta estrutura se articula com a federal, pois as atribuições e as funções consignadas a cada um de seus órgãos eram regidas sob alterações dos decretos n. 32, de 6 de janeiro de 1938, e o de n. 262, de 19 de janeiro de 1939, que colocam no mesmo diapasão o controle da posse de armas e a repressão à livre expressão e à organização, conforme se pode observar nas atribuições dessas delegacias às quais competia, não só a “fiscalização da produção e comércio de armas, munições e explosivos”, a repressão ao “porte e a posse clandestina de armas”, como também a fiscalização de hotéis, pensões e casas de cômodo e a “censura prévia da imprensa e do teatro, do cinematográfico e da rádio-difusão” podendo, quando considerasse necessário, proibir a sua “circulação, a difusão e a representação”.

As funções desses serviços, em Pernambuco, foram atribuídas à Delegacia de Ordem Política e Social, sendo “exercidas por uma comissão de funcionários” subordinados ao Delegado de Investigações e Captura. (SILVA, 1996: 74-76).

Rezava também tal decreto sobre os procedimentos a serem tomados relativamente às pessoas consideradas “criminosos pronunciados ou condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, assim como sobre o exercício de uma “vigilância especial para prevenir os crimes da alçada referida inciso anterior”. (SILVA, 1996: 74-76)

A produção de inquéritos era de responsabilidade tanto da DOPS como do Delegado de Investigação e Capturas. Mas enquanto este último era incumbido dos crimes contra a fé pública, propriedade pública ou particular, de ordem administrativa pública, a DOPS deveria fazer inquéritos referentes à ordem política e social. Resulta de tal aparato que:

O olhar policial circula no espaço social. A penetração constante e itinerante concebe-se a partir da presença generalizada do policial atuando cotidianamente nos espaços públicos e privados, formando uma rede de constante observação. O controle estaria assim na essência da organização das relações sociais. A polícia estaria no extremo de uma rede capilar de dominação, que teria na estrutura do Direito de Estado o outro extremo do poder: é ali o lugar das leis, decretos e institucionalização da repressão. Neste sentido, a

legislação penal poderia ser definida como a radicalização 'por escrito' da repressão; enquanto o aparato policial seria o executor das normas dessa legislação. (PEDROSO, 2005: 54).

Em meados da década de 1940, com a vinda de organizações internacionais a Pernambuco, os agentes da DOPS receberam “treinamento” e se capacitaram para exercer o maior controle social e político, como bem expressou o relatório da Secretaria de Segurança Social:

A experiência da Segunda Guerra permitiu-nos um aprofundamento das práticas policiais com a entrada bem vinda de organizações internacionais como Christian Children's Fund. Inc. de Richmond – Estados Unidos, a Christian e Nielsen, e o Bureau Central Nacional da Interpol em nosso Estado, fato de grande valia na preparação de nosso efetivo no combate aos agentes externos nocivos à ordem. (SILVA, 2007: 118).

Assumindo a conotação do inimigo interno; associado ao inimigo externo, a DOPS através de seus agentes especiais formou uma vasta rede de espionagem, o intercâmbio e troca de informações, cuja eficácia se deveu ao “aprendizado” advindo da estadia das instituições internacionais que os ajudaram na “inovação das práticas e procedimentos utilizados, nas técnicas de investigação e, sobretudo, de interrogatório”, potencializando os procedimentos. (SILVA, 2007: 118).

Além disto, foram implantadas nas Forças Armadas assessorias de informação, subordinadas ao Comissário da DOPS, que deveriam garantir a vigilância à própria polícia.

A vigilância atinge também a própria polícia. [...] tinham que prestar contas de sua prática ao superior hierárquico imediato e este ao Secretário, geralmente apresentadas na forma de relatórios e boletins. (SILVA, 2007: 128).

Os espaços vigiados pela DOPS não eram escolhidos aleatoriamente. Integravam um intrincado mapeamento do Estado de Pernambuco relativo a todas as instâncias sociais, como: Marinha, Consulados, imprensa, entidades,

partidos, associações, indústria, comércio, fábrica, pessoas dos mais variados segmentos sociais e institucionais.

Tal mapeamento faz parte do que veio a se identificar como geopolítica do controle, ou do poder, como era identificada. BRUSANTIN (2003) analisando a repressão da repressão desencadeada no interior de São Paulo destaca que desde o período bonapartista de Vargas de 1930 a 1945, ocorreu intensa vigilância da Polícia Política articulada na troca de informações, da qual mapeou as cidades e indivíduos, tanto por grupos, quanto por ruas ou instituições, o que também se deu em Pernambuco e que, conforme apuramos, teve continuidade nos anos da década de 1950. Conforme ele,

Os mecanismos de repressão e de vigilância adotados pelo DEOPS em conjunto com as delegacias regionais abortaram muitos movimentos políticos e culturais que agiam em busca de uma vida social mais justa e de uma liberdade cultural independente da nacionalidade. Mas, certamente, a truculenta ação policial não agia sozinha. Em vários momentos contou com a colaboração de uma parcela da sociedade civil, que, seduzida pelo discurso oficial, denunciava os suspeitos de subversão. Estes, por sua vez, representavam o lado da resistência, que lutavam por dignidade e justiça. (BRUSANTIN, 2003: 14).

Com toda a sorte de informações, esse órgão não só sistematizava todas as informações como também mapeava os “perigos sociais e políticos”.

O que fica caracterizado é que esse órgão não age só, há uma orientação maior que estimula o estabelecimento da ordem, e que determina ações múltiplas em defesa do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. Nesse sentido, o poder que observa, registra, enquadra, opera de cima para baixo, permeia o social, ele perpassa, penetra e age de maneira fragmentar, constante; o poder é sentido, e se institui nas diversas práticas executadas por agentes diferenciados, mas que a seu modo, na posição que ocupam e em que se encontram, o exercem. (SILVA, 2007: 130).

Apesar das mudanças ocorridas na estrutura da DOPS desde a década de 1930 até o fim de 1950 e, considerando que tais mudanças decorrem da situação social de cada fato histórico, observa-se que a função de repressão voltada contra um inimigo interno se manteve ao longo praticamente de todo o

século XX. A título de visualização e esclarecimento, segue abaixo um quadro das mudanças de nomenclaturas da DOPS da década de 1930 a 1990, apresentada por Marcília Gama (SILVA, 2007: 127):

SIGLA	PERÍODO	DENOMINAÇÃO E LEGISLAÇÃO
SOPS	1931 – 1934	Sessão de Ordem Política e Social – Subordinada à Secretaria de Segurança Pública e, em nível nacional, à Polícia Federal
IOPS	29/03/1934 a 22/12/1935	Inspetoria de Ordem Política e Social – criada pelo Decreto-Lei n. 367
DOPS	23/12/1935	Delegacia de Ordem Política e Social – criada pela Lei n. 71
DEOPS	09/10/1939	Delegacia Especial de Ordem Política e Social É instituído o Serviço Secreto / Serviço Especial, que cuidará da espionagem em geral
IOPS	16/10/1946	Inspetoria de Ordem Política Econômica e Social – criada pelo Decreto-Lei n. 1.481
DA	31/12/1948 e 23/12/1957	Delegacia Auxiliar – criada pela lei n. 423, de 31/12/1948, e Decreto n. 58, de 17/01/1949. Reestruturada posteriormente pelo regulamento da Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, Decreto n. 382
DOPS	15/04/1961	Departamento de Ordem Política e Social – em 15/04/1961, permanecendo até sua extinção em 22/03/1990, pelo Decreto n. 14.276
C.I./SSP	Regulamento 176 abril/1990, art. 197	Cria o Centro de Informações da SSP órgão central da direção departamental diretamente subordinado ao Secretário de Segurança Pública

Acompanhando a estrutura nacional, a DOPS-PE continha a Delegacia de Ordem Econômica, responsável pela apreensão de objetos, emissão de autos de interdição, de abertura de inquéritos e investigação de pessoas ligadas às fábricas, aos clubes e a quaisquer associações políticas ou organizativas.

Além disto, investigava funcionários públicos, civis e militares das Forças Armadas e os próprios agentes da DOPS.

Esta delegacia era composta por: agentes comissários, comissários de delegacia auxiliar, chefes da divisão de pessoal, secretários de segurança pública, comissários chefes, chefes do controle de pessoal, comissários da ordem política e social, delegado, delegados auxiliares, agentes e guardas civis.

No geral, as funções da DOPS-PE foram divididas em áreas, como a administração, investigação, censura e repressão. Conforme expõe Marcília Gama a investigação indicava o:

[...] procedimento usado quando se impõe a necessidade de averiguar, pesquisar, diagnosticar a atividade de pessoas físicas e jurídicas. Constituindo-se um passo inicial empregado quando havia alguma 'suspeita', podendo caracterizar ou não o 'delito' da instituição ou indivíduo. A base desse serviço se dava pelo acompanhamento sistemático, pela coleta de dados e pela vigilância preventiva do objeto de investigação, gerando uma documentação característica como: pedido de busca, sindicância, parte de serviço. Radiogramas, fotografias, recortes de jornais, telegramas, etc. que passariam a fazer parte ou não do prontuário funcional da entidade ou pessoa em questão. Como exemplo de entidades alvo de investigação temos: os Sindicatos, as igrejas, as fábricas, as instituições filantrópicas, os clubes, agremiações carnavalescas, a imprensa, etc. (SILVA, 1997: 79).

Já a censura referia-se ao:

Procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando constatada a existência de alguma atividade suspeita, nociva à ordem ou que sugerisse subversão. Esta se configura no controle político-cultural ou a qualquer forma de expressão que contenha ou signifique ameaça à ordem estabelecida. Aqui, a idéia, o pensamento, era objeto de censura. Nesta perspectiva, a atuação do órgão censor se apresenta mais eficaz. Como resultado dessa atuação, são abertos prontuários funcionais para as entidades ou instituições 'suspeitas', sob vigilância, que se tornam alvo da investigação policial seja porque agregam número de indivíduos (fábricas, igrejas) seja porque atuam como formadora de opinião (imprensa), ou porque adotam postura contrária ao sistema, atentando ainda contra a 'moral e bons costumes'. Nesse contexto, se encaixam os clubes, bares, bordéis, sindicatos, cinemas, companhias teatrais e demais meios de comunicação. Os casos de censura às propagandas políticas são os mais comuns, tendo gerado uma quantidade expressiva de documentos que formam um

banco de dados, partidos, eleições e etc. Principalmente se os discursos, posturas ou comportamento de seus integrantes, incitassem a sublevação da ordem instituída. Nessa categoria, o Partido Comunista, enquanto organização política, aparece como principal, não como o único, mas o alvo da repressão, o que se observa pela quantidade de material apreendido e produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social ligado à sua atuação. (SILVA, 1997: 79)

E a repressão correspondia ao último na hierarquia das atividades exercidas pela DOPS:

[...] procedimento último na hierarquia das atividades-fim do órgão. É utilizado quando comprovado a existência de atividade subversiva. Em consequência, em nível oficial dá-se a abertura de prontuários individuais e ou funcionais, referentes à pessoa física ou jurídica. Significando acúmulo de informações geradas em torno do indivíduo ou entidade, o que corresponde a uma coletânea de 'provas' incriminatórias sobre o objeto da investigação em questão. Como exemplo dos tipos de documentos encontrados nos prontuários individuais temos: ficha de identificação criminal, com dados pessoais, antecedentes criminais do indivíduo, foto, pedido de busca, recortes de jornais, fichas individuais datiloscópicas, artigos, relatório, etc. [...] é importante acrescentar, que os mecanismos repressivos se dão num primeiro momento, na esfera subjetiva (contra as idéias), passando a atuar paralelamente em níveis diferenciados de castigos físicos pós-64. [...]. Assim, tem-se do conjunto de documentos produzidos, recortes de jornais, sindicâncias, auto de apreensão, relatórios, informes, telex, radiogramas, ofícios, telegramas, etc... Características do acervo do DOPS. (SILVA, 1997: 80-81).

Observa-se assim que a expansão de tais órgãos formou uma teia, na qual cada fio possuía uma especificidade.

Surgiram redes de informações das mais variadas e com níveis de especialização das mais distintas e especializadas, a exemplo do Serviço Nacional de Informação (SNI), Centro de informações da Marinha (CENIMAR), Conselho de Segurança Nacional (CSN) Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI). Além das intrincadas divisões, subdivisões, "operações" entre outras instituições que serviram de "inspiração", como a Escola Superior de Guerra. Em outros casos, os serviços foram criados posteriores às suas funções como o caso do Centro de Informações da

Aeronáutica (CISA), criado em 1968, embora já houvesse serviço de informação na década de 1940.

1.2 Evidências da articulação nacional da repressão na década de 1950

A segunda metade da década de 1950 foi para a DOPS, um período de “perigo iminente”, principalmente por causa da expansão dos ideários e da adesão da população aos movimentos que se articularam premidos pelas necessidades de ordem pública, dando continuidade à rotina já vigente nas décadas anteriores, fortalecida pela Escola Superior de Guerra e justificada pela ideologia da Segurança Nacional, a orientação foi fazer a repressão, sobretudo entre 1956 e 1958.

Os indicadores de continuidade da repressão e de prevenção contra o *inimigo interno* já vigente nos anos de 1930 vão tomando forma e novos atributos ao longo da década de 1950. Encontros de polícia, como o denominado de I Conferência de Polícia Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro nos dias 3 a 8 de dezembro de 1951, com a presença de Getúlio Vargas, de Negrão de Lima (Ministro da Justiça e de Negócios Interiores), do presidente do Supremo Tribunal Nacional, José Linhares, e do presidente e vice-presidente de honra, entre outros. Participaram também, secretários de Segurança Pública e chefes de polícia do Estado. (REZNIK, 2004: 134), nos dá pistas para identificar até onde esta integração ocorreu de forma institucional.

Tal conferência visou promover uma integração das ações policiais em todos os Estados da federação e acatar sugestões dos integrantes sobre as melhores formas de conduzir a prevenção contra o *inimigo interno*, fosse ele de ordem social ou política. Conforme as palavras dos oradores:

Aproximar e coordenar os métodos das diversas organizações policiais brasileiras no que toca a unidade de ação legal preventiva e repressiva e à interpretação e aplicação da lei. Assim, a conferência objetiva, [...] estabelecer intercâmbio informativo sobre assuntos à mesma pertinentes, principalmente no campo da ação política e social [...]. (REZNIK, op. cit.: 134)

Cada Estado do Brasil apresentou “teses”, no total de 35, dentre as quais Reznik destacou a de Ciro Rezende, da DFSP que sugeriu os seguintes “melhoramentos” para a prevenção dos assuntos ligados à ordem política e social (REZNIK, 2004: 136):

- Levantamento da estrutura do Partido Comunista do Brasil;
- Atenção especial para busca de informações dentro dos organismos do PCB, por meio de agentes infiltrados ou militantes descontentes (do tipo ‘não-fanático’, arrependidos, de tendências nacionais, opositoristas’);
- Levantamento de estrutura da Frente Democrática da Libertação Nacional (FDLN);
- Coleta de dados sobre a participação no movimento sindical (sindicatos, Confederações dos Trabalhadores do Brasil, uniões sindicais);
- Reforçar, amparando e prestigiando, os grupos anticomunistas ‘até obterem a direção dos sindicatos’;
- Coleta de dados sobre a participação no movimento estudantil; no movimento feminino; no movimento pró-paz, na imprensa (as autoridades ‘procurarão manter relações de íntima colaboração com a imprensa anticomunista’; nas ligas camponesas; em associações culturais e diversas;
- Coleta de dados sobre os parlamentares comunistas; sobre comunistas na administração pública, paraestadual e em serviços públicos;
- Averiguar as alianças do PCB com outros partidos e suas possíveis conseqüências;
- Verificação de congressos e conferências, de representações estrangeiras e suas ligações com o movimento comunista; de firmas brasileiras e estrangeiras ligadas ao PCB;
- Localização de radiotransmissores de ondas curtas de propriedade de comunistas. (REZNIK, 2004: 143-144).

As metas serviram para o alinhamento dos vários Estados na promoção da prevenção contra o “inimigo interno” e a integração entre os sistemas, que aprofundaram a rede de informações entre os diferentes órgãos das polícias civis e militares; aparece consolidada na II Conferência de Polícia Nacional, realizada em 1958, em plena vigência do governo de Juscelino Kubitschek e dos preceitos vinculados à Guerra Fria e à articulação da repressão entre os diferentes países, particularmente na América Latina, onde, neste mesmo período Cuba, por exemplo, estava fomentando a Revolução de 1959:

um novo, adequado e convincente estatuto legal, as Polícias Estaduais, e os outros órgãos, articular-se-ão melhor, estabelecendo mais amplo intercâmbio de informações e permuta de prontuários, podendo ter-se u'a ação conjunta, mais eficiente. (LIMA et. al.: 223).

A tese apresentada pela DOPS de Pernambuco à II Conferência de Polícia Nacional foi elaborada pelos conferencistas Álvaro Gonçalves da Costa Lima, Armando Hermes Ribeiro Samico e Francisco de Assis Lima em 1958, publicada no livro, *Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco*, pela Secretaria de Segurança Pública.

Na introdução, os policiais procuraram demonstrar o “perigo do comunismo” e como ele estava presente naquele momento. Para tanto, não mostrava o comunismo como uma “infiltração”, mas mostravam como o PCB, desde seu surgimento, representou uma ameaça à ordem social e para tanto, procederam a uma retrospectiva histórica do PCB de Pernambuco. Classificaram-na em cinco períodos: antes de 1935; de 1936 a 1945; período de legalidade; cassação do registro até 1956; e a fase final, do ano de 1958.

Na história da agitação comunista em Pernambuco pode admitir-se, a grosso modo, cinco períodos [...]. Ora visaram atingir frontalmente a ordem política, agitando as massas para u'a ação guerreira contra o poder constituído; noutras ocasiões fizeram o trabalho subterrâneo, de infiltração nas hostes do governo, para enfraquecê-lo e derrubá-lo; buscaram, também, pelas urnas, chegar ao poder, na sua própria legenda ou com infelizes uniões com outros partidos políticos; perturbaram a ordem social, por todos os meios, para chegar à modificação da ordem política; exploraram o patriotismo do povo com campanhas as mais diferentes, que sob o rótulos honestos, algumas vezes, ocultavam formas precisas de agitações das massas; atingiram e caluniaram os homens do governo, para tentar a desmoralização do poder; perturbaram o trabalho das fábricas, transtornaram as atividades nos campos, lançaram o germe da agitação na juventude, envolveram as mulheres, forjicaram [*sic*] greves e protestos os mais diversos; atacaram a nossa tradicional formação cristã; procuraram, enfim, por todos os meios, perturbar a ordem pública para seguir derrocada do regime democrático. (LIMA et. al.: 11-12).

Destacam-se a “infiltração comunista” e a liderança que este partido assumiu nos movimentos sociais que despontaram no início da década de 1950, tais como a campanha “Pró-Paz” no ano de 1952 e a do “Petróleo é nosso”. Também, são justificadas as repressões desencadeadas contra seus manifestantes, pois segundo a visão do dominante, tais mobilizações sociais significaram desordem e perigo interno.

Todo o texto é fundamentado em documentos apreendidos do PCB, cuja inclusão visava fundamentar as teses dos conferencistas. Neste sentido, logo no início do livro, há um “balanço” da sociedade e da cidade do Recife e das cercanias, visto como uma “prova” da necessidade de que as autoridades ficassem “alertas contra o perigo vermelho”. Este “balanço” só poderia significar a intenção dos comunistas de difundir sua influência por toda a sociedade. Desta forma, não deveriam subestimar “as forças do inimigo”, as “forças ocultas” e a “real” finalidade do partido.

[...] não se tornará preciso apenas instruí-lo sobre os modos de ataque, as maneiras de ação e as artimanhas da propaganda do Partido Comunista, em Pernambuco, mas em todo o Brasil, porque somente com u’a ação conjunta, em todo território nacional, poder-se-á alertar a sociedade do caos de que se aproxima o país, se pender decisivamente para o plano inclinado esquerdista. (LIMA, et al., 1986: 223).

O “balanço” do PCB, elaborado em 1952, expressou as reflexões do Comitê Regional de Pernambuco sobre suas divisões na capital e no interior e procurava mostrar, mapear e sintetizar a importância do Recife como pólo de resistência contra a Guerra da Coréia, através da campanha “Pró-Paz”. Na fala dos integrantes do Comitê Regional do PCB se tem a seguinte visão:

A necessidade entre a qual nos encontramos de dar uma grande virada na luta pela Paz está a exigir que o P. na Capital compreenda a extraordinária importância que tem o município do Recife e o papel destacado que lhe compete desempenhar no desenvolvimento das lutas no Estado e em todo País. O Recife constitui um ponto chave para o êxito da luta do nosso povo pela Paz, a Lib. Nac. e a Democracia Popular. É a 3ª. cidade do país com população superior a meio milhão de habitantes. Por vários aspectos é o ponto mais importante do Estado e do Nordeste. Em

1º. lugar pela grande concentração humana. Recife sozinha é maior que toda população rural da chamada zona Litoral Mata do Estado e quase igual à população urbana dos 31 municípios localizados nessa zona. Sua população é superior à das 27 cidades do Agreste e das 32 do Sertão, isto sem contar com a população de Olinda (65 mil) que na prática é subúrbio do Recife. Além disto Recife é o 4º. centro industrial do país e o maior centro econômico e financeiro do Nordeste. Aqui se concentrou mais de metade da produção industrial de todo o Estado, aqui estão sediados os bancos, etc. das 25 fábricas têxteis existentes no Estado 14 estão no Recife ou subordinadas ao seu Sindicato. O porto é o mais importante do nordeste. Concentra mais de 10 mil trabalhadores. Recife é uma cidade eminentemente proletária, com um núcleo importante de proletariado industrial concentrado em grandes empresas cerca de 30 mil (operários), uma grande massa de trabalhadores na construção civil noutros setores do artesanato e nos transportes. São cerca de 80 mil operários sem contarmos com os comerciantes e funcionalismo. Nos bairros pobres do Recife reside cerca de 400 mil pessoas. (LIMA et. al., 1989: 6-7).

Os policiais conferencistas consideraram que a capacidade que o PCB teve de analisar e sintetizar a realidade daquela região (nordeste) era mais do que prova de sua influência naquela sociedade. Tomando esse documento como análise no ano de 1958, os agentes policiais o leram como a “expressão” de que este partido se preparava para a tomada de poder. De forma que, o que se mostrava como preocupação dos integrantes do PCB se transformou em mais uma das “provas” da “infiltração comunista” nas diferentes camadas sociais.

Os agentes da DOPS ressaltam ainda que a subestimação da força do “inimigo” poderia levá-los (os policiais) “a cometer erros sérios na avaliação das forças do inimigo”. (LIMA et. al., 1989)

Em outras palavras, a capacidade de sintetizar a realidade social do nordeste causou “pânico” aos policiais, e estes ao inserir, em 1958, como prova um documento elaborado em 1952, o deslocaram do contexto social no qual foi produzido. Na seqüência do documento, é encontrada outra passagem que representa para os policiais, ainda mais perigo:

Além de tudo isto Recife é o maior centro militar de todo Nordeste e o Nordeste é mais importante para a preparação guerreira que as outras do país. É a maior concentração de tropas e onde estão sediadas as mais importantes bases de todas 3 armas. Há no

Recife contingentes de tropas e importantes postos de comandos norte-americanos. Recife é o centro político do Estado. Aqui esta a sede do governo, a direção do nosso P. e também as principais organizações de massas. É o centro de maior irradiação cultural para todo o Nordeste, os seus 7 jornais diários e 3 estações de rádio destilam propaganda de guerra para toda Região. No Recife estão as principais universidades, o que há de mais importante para o clero, etc. (LIMA et. al., 1989: 8).

Na citação acima, os agentes da DOPS consideraram a apresentação dos dados militares e dos veículos da imprensa como uma possível intenção de tomada de poder através das armas por parte dos integrantes do PCB.

A retomada de tal documento pelos policiais esteve inserida no “perigo esquerdista” que já se mostrava intenso no início da década de 1950, principalmente se tomarmos o ano de 1958 com sua conjuntura social, com os governos “esquerdistas”, na concepção da polícia.

Em 1952, a conjuntura histórica era a da Guerra da Coréia e para os integrantes do PCB, o que estava em pauta era o combate da influência do imperialismo dos Estados Unidos no Brasil, por obrigar os soldados brasileiros a participarem da guerra. Acreditavam que só a união das forças do proletariado, do corpo juvenil e das mulheres, poderia impedir que o Brasil se aliasse contra o envio de soldados, ou mesmo a favor do petróleo:

A unidade do proletariado e suas lutas se desenvolverão com maior ou menor rapidez em toda a região na medida em que o proletariado recifense avance na organização e das lutas dos jovens e das mulheres já que o Recife é a maior concentração de massa juvenil e feminina do Nordeste. (LIMA et. al., 1989: 8).

Em diversas passagens das teses, os agentes deixaram claro que não remeteriam suas reflexões à conjuntura histórica, ou seja, independente do ano da produção dos documentos apreendidos. A questão que colocaram era o “perigo” que havia nos documentos apreendidos.

Em síntese, os agentes da DOPS tiveram como objetivo, apresentar as discussões internas do partido, considerando que a “mocidade”, as “massas

trabalhadoras” e o “povo em geral” eram recrutados a partir do baixo nível de vida e de patriotismo:

Contudo, julgamos de bom alvitre pôr o público leigo a par dos métodos de ação do P.C. e, sobretudo, dar-lhe conhecimento daquilo que consta dos arquivos do Partido, de sua norma de combate que não é apresentada em seus manifestos públicos, da própria maneira com que os dirigentes pensam jogar com as massas trabalhadoras, com a mocidade e com o povo em geral, explorando-lhe o baixo nível de vida, o patriotismo, etc., o que é bastante conhecido das autoridades, mas ignorado pela população em geral. (LIMA et. al., 1989: 9).

Assim, os agentes da DOPS tinham a missão de esclarecer não só às autoridades, mas à população em geral, sobre o perigo comunista, as propagandas e o aliciamento de militantes. Esse “perigo”, para os agentes da DOPS, “é de bastante conhecimento das autoridades, mas ignorado pela população em geral”. (LIMA et. al., 1989: 9)

Na introdução das teses repetem que o objetivo de fazer as transcrições de documentos apreendidos era para se ter uma “idéia geral da finalidade destruidora do comunismo no que se refere à ordem social, ao regime, à religião e a própria integridade da família”. (LIMA et. al., 1989)

O Partido Comunista a sua ação demolidora do regime, da ordem social e da própria família, utilizando para isso os mais variados meios, desde o preparo guerreiro até às campanhas nacionalistas, dos ataques às autoridades constituídas até o combate à religião, da infiltração das massas juvenis até nos meios obreiros citadinos e rurais [...].

a verdade, inegavelmente, é que o Partido age em todas as horas e em todas as situações; explora fatos e credulidade pública; servi-se da especialíssima condição de pobreza do trabalhador para atraí-lo às suas hostes; quando desarticulado em determinado local, logo trabalha metódico e sistematicamente para reorganizar-se, o que de comum chega a conseguir, impondo assim, às autoridades uma ação contínua para sua repressão. O exemplo de Pernambuco é bastante claro e convincente: a grande atividade do Partido, sua larga organização em certos períodos, seus processos de ataque em diversas épocas, infiltrações em diversos campos, tudo enfim a demonstrar o grave perigo que temos de debelar. (LIMA et. al., 1989: 222).

Vale destacar que o ataque à família corresponde, justamente, à adesão de mulheres à política, que na concepção da DOPS, se estas participassem em larga escala, seria de conseqüências danosas para a nação: “tem-se o rompimento da unidade da família brasileira, a quebra da nossa formação, tradicionalmente cristã, e, com isto, a marcha para o caos moral social”. (LIMA et. al., 1989: 56) Essa era a visão conservadora e protetora que os agentes pregavam, portanto, defesa da ordem social, política e moral da família e dos bons costumes.

Nessas teses, os agentes da DOPS se preocuparam em deixar “evidente” o que consideravam “perturbação da ordem social”. Para se prevenir contra a “infiltração comunista”, enfatizavam que era necessário “defender o tradicional regime político abraçado pelo povo brasileiro, [...] compatível com suas tradições de família, de cultura e de religião”. Para tanto, não bastava que a Secretaria de Segurança Pública ficasse a par da “infiltração comunista”, mas, sobretudo, que tal “expressão da verdade” chegasse ao conhecimento da população, ou seja, que esta tivesse conhecimento destes reais “aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco”. Povo que, conforme se depreende do documento, significava tanto as elites culturais, a juventude acadêmica, os membros das classes produtoras, as Forças Armadas, e os profissionais liberais, quanto às massas trabalhadoras, os jovens das fábricas e dos meios rurais, os empregados do comércio, “sem distinção do poderio econômico” ou de “posição social”. (LIMA et. al., 1989)

Era, portanto, necessário alertar a população contra tais integrantes do partido, pois estes eram “perturbadores da ordem pública”, “comunistas fanáticos”, “agitadores profissionais” e “enganadores das massas”. (LIMA et. al., 1989: 8-9) Fazia-se necessário desencadear uma ação mais eficaz contra o problema do comunismo:

Desta sorte, há necessidade de um combate mais efetivo, mais eficiente, mais harmônico mesmo, em todo o território nacional e com todas as forças que as normas democráticas permitam empregar, para que possa ter, de uma vez por todas, a perigosa pretensão do Partido Comunista de destruir o nosso histórico regime político, de perturbar a nossa ordem social, de afrontar a

nossa família, de ultrajar os preceitos religiosos que os brasileiros têm a liberdade de aceitar. Em frente à realidade do momento sentiu-se que é preciso u'a ação mais ampla, para essa campanha decisiva para os destinos do Brasil, que deve ser levada a efeito por todos os brasileiros: desde os membros dos três Poderes da União até os dirigentes estaduais; dos educadores aos religiosos; dos profissionais liberais aos trabalhadores; dos líderes sindicais aos empregadores. (LIMA et. al., 1989: 222-223).

Outra fase da Conferência Policial de 1958 foi a apresentação do “balanço” dos documentos apreendidos em 1956, que serviu de provas da “infiltração comunista” e também justificou a repressão daquele ano.

Fazendo uma retrospectiva desse momento de repressão, temos desde o suicídio de Vargas, a posse de João Café Filho, o seu afastamento, novas eleições e os dias que antecederam à posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek permeado pelo golpe e pelo contragolpe. No dia 6 de janeiro de 1956, a polícia deflagrou uma das maiores repressões contra as associações e contra as células comunistas em Recife e no interior. Esse fato se deu no período de Estado de Sítio, ou seja, entre os dias 11 de novembro a 31 de janeiro.

A polícia de Pernambuco descreveu que sua ação repressiva se deu diante da “nova” orientação, que “permitiu” essa ação repressora, ou seja, foi ordenada a repressão às células que já eram acompanhadas durante anos a fio:

Uma nova orientação ao nosso trabalho nos foi dada, permitindo uma repressão mais eficiente nos organismos subordinados àquele Comitê. [...]. Inicialmente desarticulamos a Comissão Sindical, que tinha como finalidade dirigir o Partido no seio dos operários sindicalizados, detendo e tomando por termo as declarações de todos os seus componentes. Atingimos, depois, vários Comitês de Empresas, tais como o das fábricas de tecidos de Moreno, Camaragibe, Torre, macaxeira, Paulista, e os Comitês Distritais de casa Amarela do Porto, do Centro e a Organização de Base dos transviários entre outros. Ainda apreendemos a maquinaria de uma imprensa ilegal [...]. Detivemos cerca de 550 militantes, para audiências, fazendo inquéritos contra alguns deles, resultando isto na condenação, pela Justiça Civil, de quatro dos membros do C.R. [...]. (LIMA et al., 1989: 27).

Nas palavras dos policiais, a “queda de 6 de janeiro de 1956” foi um marco:

Depois da intentona de 1935, não houve derrocada maior que a de 6 de janeiro de 1956, quando foi desarticulado o Comitê Regional além de outros Comitês de empresas. Naquele momento apreendemos todo arquivo do Partido, inclusive mais de três centenas de autobiografias e documentos da mais alta valia; fechamos a Escola de Capacitação Política do C. R.; detivemos e processamos vários dos seus membros; obtivemos, com aqueles arquivos, as mais valiosas informações para investidas futuras. (LIMA et. al., 1989: 25).

A desarticulação do PCB regional para a DOPS-PE foi considerada um “triunfo” e mesmo que o PCB tenha tentado se reorganizar, quatro meses depois, novamente “a polícia Pernambucana apreendeu os documentos e tudo que restou da organização, desde os Comitês distritais da capital, Comitês de zonas e inclusive os no interior do Estado”. (LIMA et. al., 1989: 18) Para se ter uma idéia de extensão das ações repressoras, os agentes descreveram:

Na diligência de maio de 1956 foram desarticulados o Comitê da Zona do Recife, sua escola de Capacitação Política e o Comitê Distrital do Porto, que eram as maiores organizações em evidência, no momento. Afora aqueles organismos, ainda foram esfacelados, na mesma diligência, sete Comitês Distritais, todos do Recife, que controlavam 56 Organizações de Base, detendo-se para prestar depoimentos 156 militantes organizados. Um fato digno de registro foi a não resistência de tais elementos para deporem, o que provocou pânico nos dirigentes do C.R.[...] O Comitê da Zona da Mata, um dos mais importantes, foi atingido e, com ele, vários Comitês Distritais, que integravam o seu quadro, foram desarticulados, sendo destruídas inúmeras Organizações de base. Merece ser destacado, que naquela época, o Partido estava dando grande importância à arregimentação dos camponeses, tendo desde 1954 constituído uma “Comissão de Campo”, com o objetivo de organizá-los e ganhá-los para suas hostes. Fundaram-se os chamados “Sindicatos Rurais”, atraindo para eles camponeses e assalariados agrícolas que se filiavam ao Partido através destas organizações, pagando contribuições mensais. (LIMA et. al., 1989: 32).

A repressão do dia 06 de janeiro estava inserida num momento de instabilidade governamental, ou seja, num Estado de Sítio em que as garantias individuais e de grupo estavam suspensas, assim não é possível identificar de onde veio a ordem da repressão.

Quatro meses depois, agora já no governo de Juscelino, a polícia apreendeu novos documentos e fechou o Comitê Provisório Regional. Dentre o material apreendido estava um balanço feito pelos integrantes do extinto PCB sobre as causas e as conseqüências do fechamento das células no dia 6 de janeiro de 1956. Tal “diagnóstico” dos integrantes do PCB, conforme se lê na tese da II Conferência de Policial Nacional, afirma que:

Caíram os dois aparelhos mais importantes da direção, onde estavam guardadas todas as atas da Conferência do IV Congresso, desde as do C.R. [Comitê Regional], C.Z. [Comitê de Zona], C.D. [Comitê Distrital], estruturas da região, relatório do Plano Stalin, de fábricas, zonas C.D., aproximadamente 280 biografias, relatórios do Plano Stalin e Lenini, relatórios eleitorais e Plano L.C.P.[Luís Carlos Prestes], toda uma biblioteca com mais de 3 centenas de livros, balancetes, um automóvel e um jeep. (LIMA et. al., 1989: 26).

O diagnóstico aponta ainda que em diversas empresas, pessoas identificadas como integrantes do Partido foram presas, em fábricas localizadas em Paulista, Macaxeira, Camaragibe, Torre, Moreno, na Tramways. Pessoas ainda foram presas e os documentos do Comitê do Centro, Caruaru, de Olinda, de Vitória foram apreendidos.

A repressão segundo os agentes policiais era lícita e legal, pois a legislação previa o uso da força, já que se tratava de uma organização de base do extinto PCB que a polícia já conhecia e que acompanhava de perto todo movimento de idas e vindas de integrantes e simpatizantes do PCB. Continuam os agentes:

Verificamos, minuciosamente, o funcionamento desses aparelhos, mercê das falhas que os tão presumidos dirigentes do Partido também cometem e, investimos, legalmente, no momento oportuno, desarticulando aquele organismo ilegal, [...] promovendo u’a ação repressiva, lícita (LIMA et. al., 1989:26).

Os autores das teses também demonstram sua preocupação com os acordos políticos partidários que ocorriam em 1958, conforme se observa nas afirmações:

Desgraçadamente, não podemos concluir este capítulo, sem citarmos um fato que há de representar para o povo de Pernambuco uma mancha negra: líderes da oposição, ou mais precisamente representantes da UDN, do PTB, do PSB, do PSP e das classes produtora acabam de lançar um manifesto-programa para a campanha governamental, em conjunto com líderes representantes do Partido Comunista!... A imprensa do Recife transcreveu o citado documento, assinado, na noite de 14 de abril de 1958, onde está posta inclusive a assinatura de David Capistrano da Costa, ex-deputado comunista e um dos enviados do Comitê Central do P.C.B. para restaurar o Comitê Regional. Fotografias na imprensa diária onde aparece o conhecido líder vermelho em companhia de outros, comunistas, socialistas e até 'reacionários' da mais alta estirpe, e democratas. Quem perderá em tão estranho acordo? (LIMA et. al., 1989: 18-19).

Tratou-se, de fato de uma articulação que ficou conhecida como a Frente do Recife:¹³

que num período de quinze anos, venceu dezesseis pleitos majoritários [...] para presidente da República, governador do Estado, senador e prefeito da cidade. [...] Ainda que informalmente, data dos tempos da legenda "Trabalhador, ocupa teu posto" [...] As forças de esquerda e inúmeros democratas se juntaram [...]. (CAVALCANTI, 1978: 262-263).

Representou para a polícia um perigo ainda mais evidente, pois parecia que o comunismo não estava mais concentrado nas mãos dos integrantes do PCB, mas se encontrava em qualquer partido ou associação.

Foi essa 'Frente do Recife', já ao final formada de comunistas, socialistas, trabalhistas e de grande número de pessoas sem partido, que deu a vitória, na cidade, a Yedo Fiúza, Juscelino, João

¹³ A Frente de Recife integrava a tentativa do Partido comunista em prol de uma articulação nacional que unificasse os diferentes partidos, tendências e segmentos sociais contra o imperialismo e contra a investida dos interesses norte-americanos no país. A idéia era que uma Frente Única com a burguesia nacional se fortalecesse no período de JK, ante as divisões desta burguesia, em disputa pelo poder de decisões junto ao governo. Neste sentido ver Leôncio Basbaun, *História Sincera da República*. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

Goulart, João Cleofas, Osório Borba, Cid Sampaio, Pelópidas Silveira, Alcedo Coutinho, Miguel Arraes, Barras Carvalho. [...]. Além das pugnas eleitorais, que marcaram a fundo a integração do povo do Recife no processo democrático, dois outros acontecimentos reuniram as forças sociais e políticas mais à esquerda, na história da cidade, nesse período: O Congresso Norte e Nordeste em Defesa do Petróleo, realizado com brilhantismo no Teatro Santa Isabel, e o Congresso de Salvação do Nordeste, no Clube Português, de grande significado na vida da região. (LIMA et. al., 1989: 264).

Para se ter uma noção de como o argumento do “perigo comunista” justificava as ações repressoras, quando Miguel Arraes se candidatou em 1959 e venceu, “novamente houve boatos de que os comunistas iam tomar tudo, [...]. Arraes [...] nomeou Hiram Pereira, um dos líderes do Partido em Pernambuco para o cargo de secretário de Administração, e Aluísio Falcão, um membro do Partido, como diretor da Divisão de Assuntos Culturais da cidade”, (PAGE, 1972: 76) de forma que, para a DOPS, mais do que nunca havia a “infiltração comunista” na política da cidade do Recife:

A presença de comunistas declarados dentro do governo municipal foi o ápice de um retorno espetacular do Partido no Nordeste, e refletiu seu crescente poder de prestígio a nível nacional. (PAGE, 1972: 76).

Para a polícia, a influência que o PCB apresentava junto à sociedade do nordeste era um iminente perigo, pela extensão e proporção que tomava ao longo dos anos, conforme ressalta Socorro Abreu LIMA:

É necessário ressaltar, contudo, que em termos mais gerais a atuação do PCB foi se atrelando à chamada burguesia nacional, tornando esse partido vulnerável e com pouca autonomia frente ao processo político em curso. Com o agravamento das contradições e o avanço das lutas no campo popular e democrático a saída encontrada burguesia associada ao capital estrangeiro para garantir os seus interesses foi, em diversas ocasiões, manter-se no poder através de golpes. (LIMA, 2004: 32).

Esse atributo de articulações políticas de esquerdas foi visualizado pela Polícia política desde a década de 1930 como atos clandestinos, subversivos,

portadores de malignidades e causador de desordens, de atos violentos e contra a ordem instituída, como expõem BRUSANTIN (2003):

Insistia-se na imagem de 'perigo oculto', que às escondidas na escuridão e no segredo da noite. O discurso policial sobre as atividades comunistas estavam imbuído na dicotomia *bem x mal, luzes x trevas, ordem x desordem*. Do seu lado [polícia] estavam a ordem, o progresso, a pátria e a família e do outro, as malfeitorias da desordem estrangeira e comunista. Justifica-se a ação policial preventiva e repressiva contra os cidadãos 'desordeiros'. (BRUSANTIN, 2003: 54).

Para eficácia da própria polícia, era necessário identificar os comunistas como criaturas perversas, o intelectual marxista como ideólogo moscovita, propagador de idéias malignas e sediciosas. Enfim, “um inimigo poderoso, mentiroso e articulista, dedicado a enganar o povo brasileiro” (BRUSANTIN, 2003: 55).

Assim, tal lógica; conforme já salientamos, não estava referida a apenas a um Estado, mas se integrava em nível nacional, o que passamos a demonstrar a partir da explanação da estrutura e do funcionamento das DOPS em dois Estados da Federação.

1.3A DPS do Rio de Janeiro

As funções da Polícia no Rio de Janeiro foram fixadas por volta de 1892, embora 1907 seja a data de criação da Polícia de Investigação, coordenada pelo chefe de polícia e, conforme aponta BRETAS, financiada por uma “famosa verba secreta da polícia” (BRETAS, 1997: 58). Seu corpo de investigação era composto por agentes, sob a supervisão de um inspetor. Esse serviço de investigação “foi reformado pela primeira vez em 1915, quando se transformou em Inspetoria de Investigação e Capturas” (BRETAS, 1997: 59), através do Decreto n. 14079, de 25 de fevereiro de 1922. Logo após a primeira onda de rebeliões militares, foi permitido que um oficial do exército ocupasse o posto de chefe de polícia. A partir desse ano, transformou-se em Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, que deu origem a 4ª. Delegacia Auxiliar

(BRETAS, 1997: 69). O trabalho da Seção de Ordem Política e Social foi atribuído à 4ª. Delegacia Auxiliar.

Segundo REZNIK já em 1920, a polícia do Distrito Federal estava dividida em Polícia Especial e Polícia Política, essa última instalada com a divisão intitulada de Seção de Ordem Social e Segurança Pública (SOSSP-RJ), que tinha como função:

‘velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos’. (REZNIK, 2004: 16).

À polícia nessa década competiu o legítimo uso da força para assegurar a segurança interna nos centros urbanos, onde se concentravam as fábricas, em que os operários considerados anarquistas e estrangeiros eram vigiados e reprimidos.

A SOSSP-RJ desde sua criação mudou de nome várias vezes. Ainda na qualidade de seção foi denominada Inspetoria. A partir do Decreto n.15842 (REZNIK, 2004: 106), foi intitulada de 4ª Delegacia Auxiliar. Em 1933, passa a ser chamada de Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e obtém maior autonomia e reconhecimento de suas funções com a regulamentação de 1934. (REZNIK, 2004:107)

Nessa década, esse processo de se atribuir à polícia, funções de polícia política não foi aceito tão pacificamente, como aponta BRETAS:

O tenente-coronel Bandeira de Melo criticou a mistura de investigação política com investigação criminal, acentuando que em momentos de crise política o trabalho de investigação criminal era relegado a segundo plano: ‘A atuação da polícia política entre nós provocou uma paralisação quase total do trabalho efetivamente investigativo e teve o efeito de relaxar a disciplina... E o trabalho político não se beneficiou com o emprego de agentes policiais, uma vez que carecem de contatos para se infiltrar nos círculos em que são tramados atentados contra os poderes públicos; dessa forma, o seu trabalho não é só inútil como duro e ariscado. Tanto quanto

saiba, nenhuma conspiração nesta cidade foi descoberta até hoje por um agente oficial'. (BRETAS, 1997: 60).

Mesmo ocorrendo resistências à sua criação, “o comunismo e os acontecimentos da década de 1930 reforçaram a percepção de que era essencial uma polícia política” (BRETAS, 1997: 60).

A DESPS, desde 1933, comportava três subdivisões criadas pelo Decreto n. 22.232: a Seção de Segurança Política (S1), a Segurança Social (S2) e a de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (S3). (REZNIK, 2004: 109) Com tal estrutura, ao longo dos anos, o número de investigadores cresceu e a DESPS se tornou mais complexa.

A partir de 1935, com a lei n. 38, de 04 de maio de 1935, ficaram definidos os crimes contra a ordem política. A DESPS norteou suas funções e ações passando a reprimir todas as atividades que fossem consideradas tentativas de:

tentar mudar por meios violentos a Constituição da república ou a forma de governo; opor-se ao livre funcionamento dos poderes políticos da União; incitar funcionários públicos ou servidores do Estado à cessação coletiva dos serviços a seu cargo; incitar militares a desobedecer à lei, divulgar notícias falsas que possam gerar temor à população; fabricar, possuir, comprar ou vender, transportar, sem licença, armas e explosivos. (REZNIK, 2004: 109).

Essa mesma lei determinou quais seriam os crimes contra a ordem social:

Incitar o ódio entre as classes sociais; incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos; instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da população; induzir empregadores ou empregados à cessação do trabalho; promover, organizar ou dirigir sociedade no sentido de subverter ou modificar a ordem política e social; tentar por meios fraudulentos promover a alta ou baixa dos preços de gêneros de primeira necessidade. (REZNIK, 2004: 109).

Em 1939, foram criados o Serviço Reservado (SR), responsável por delegar serviços a várias seções; o Serviço de Ronda (SR) ao qual competia a patrulha noturna, responsável por “recolher” pessoas que andassem pelas ruas

em locais considerados de risco à ordem pública; e finalmente, o Serviço Secreto (SS), cuja especificação era a de se infiltrar e transitar nos grupos que, segundo tal lógica, representassem perigo à ordem política e social.

Em 1944, a DESPS teve sua denominação alterada e passou a ser chamada de Divisão de Polícia Política e Social (DPS). A partir disso, foi dividida em Delegacia de Segurança Política (DSeP) e Delegacia de Segurança Social (DSS). A Seção de Arquivo (S4) passou a ser a Seção de Administração de Arquivo (SAA) e a Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (S3) foi renomeada de Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (SFM).

A Delegacia de Segurança Política (DSeP) foi subdividida nas seções de Controle de Atividades Nacionais, Controle de Atividades de Estrangeiros e Serviço Secreto, integrada com uma seção de Cartório. Já a Delegacia de Segurança Social (DSS) foi subdividida na seção de Repressão, Controle e Investigações, também com uma seção de Cartório.

Em 1946, foi criado o Serviço de Investigações (Slv) e o Serviço de Informações (SI). Esses serviços surgiram com uma função autônoma à da Delegacia de Segurança Política (DSeP) e à da Delegacia de Segurança Social (DSS), devendo, entre outras funções, servir-lhes de “apoio”.

Art. 5º. Ao Slv da DPS compete organizar e manter um serviço permanente de vigilância especializada do ponto de vista político-social, cumprindo-lhe, igualmente, fazer realizar as investigações pelas DSeP e DSS.

Art. 6º. Ao SI compete à execução e controle de todas as atividades burocráticas da DPS, cabendo-lhe, também a feitura de trabalhos técnicos determinados pelas DSeP e DSS. (REZNIK, 2004: 109).

Como nos mostra Reznik, o Serviço de Investigação (Slv) tinha como função “Investigar, vigiar, fiscalizar, reprimir”, e se estruturava da seguinte maneira:

Fiscalização Trabalhista (St-1) procedia a investigações relacionadas à “massa trabalhista em geral”. Ordem Pública (St-2) executava os serviços de prevenção às perturbações da ordem pública e de garantias pessoais que interessassem à Polícia

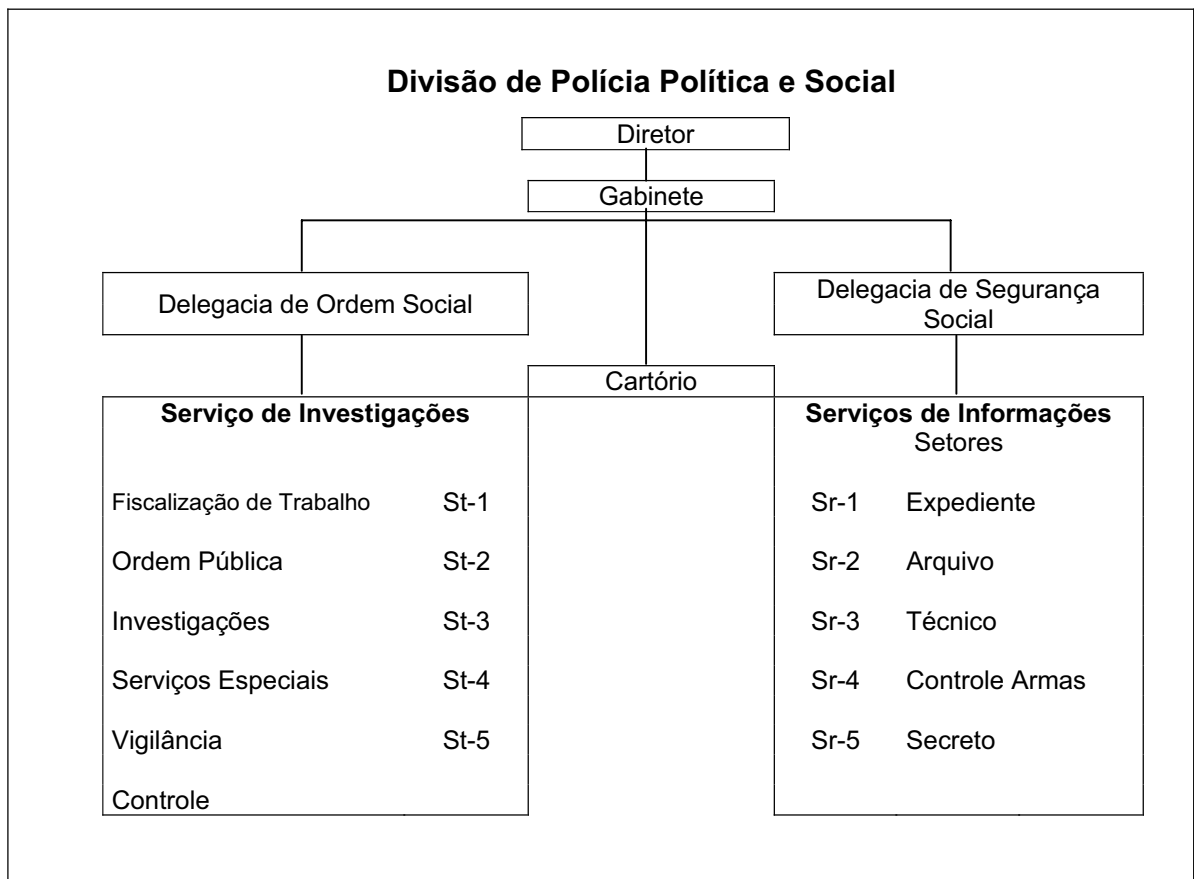
Política. Investigações (St-3) e os Serviços Especiais (St-4) situavam-se num campo genérico (...). Vigilância (St-5) responsabilizava-se por observar os pontos movimentados da cidade, tais como estações ferroviárias, aéreas e marítimas, e por infiltrar em solenidades públicas ou reuniões fechadas que tivessem caráter político. Controle (St-6) era o setor de coordenação burocrático-administrativa desse serviço; organizava a correspondência, elaborava um boletim reservado diário, a partir dos dados fornecidos pelos diversos setores, e ainda exercia certo controle administrativo do pessoal. (REZNIK, 2004: 114-115).

Já ao Serviço de Informação “competia processar as informações, ordená-las, catalogá-las e prepará-las para serem disseminadas e/ou utilizadas pelos agentes policiais interessados”, e estava dividido em:

O Setor de Expediente (Sr-1) recebia, registrava, distribuía e escriturava em livros e fichas os ‘papéis entrados’ na divisão, exceto os de natureza reservada ou secreta; expedia toda a correspondência da divisão e dos processos em transito das delegacias; controlava o pessoal e o material internos. Arquivo (Sr-2) era o grande depositário de toda a documentação. Seu pessoal ‘abria’ prontuários nominais, fichas e dossiês, organizando ‘o lançamento progressivo dos dados informativos, documentos, termos de declarações, relatórios’, entre outros. Arquivava, ainda, a documentação oficial – *Diário Oficial, Boletim de Serviço*, coleção de leis, decretos e regulamentos – e a correspondência recebida e expedida; confeccionava índices ‘de antecedentes, fotográficos, datilográficos, de profissões, de controle de presos’; mantinha um serviço de recortes de jornais, organizando coletâneas e grupando-os em dossiês específicos. Técnico (Sr-3) era o setor que identificava e fotografava todos que eram detidos pela divisão. Organizava todos os serviços laboratoriais, de impressão de material, tradução e decifração de documentos criptografados (...). Também era responsável pela confecção da parte estatística do relatório anual dos serviços da divisão. Controle de Armas (Sr-4) eram uma tradicional função da Polícia Política, responsável pela fiscalização de explosivos, armas e munições. Observava e exigia o cumprimento das ‘normas reguladoras do comércio, propriedade e uso das armas, munições, explosivos, matérias químicas agressivas e fogos pirotécnicos, baixadas pela Chefia do DFSP’. Por fim, Secreto (Sr-5), conforme o nome indica, centralizava os serviços de informações de caráter secreto, colhidas pelas diversas fontes utilizadas pela polícia. (REZNIK, 2004: 114-115).

Para dar maior visibilidade a esta complexa estrutura, indicamos abaixo em organograma, sua hierarquia correspondente a 1946 (Organograma da DPS,

elaborado por seu setor técnico, em fevereiro de 1946, publicado no livro de Reznik)



1.4 O DEOPS de São Paulo

Se para BRETAS, a polícia de investigação surgiu em 1892 e o sistema foi moldado até se constituir a polícia política da década de 1920, para Regina Célia PEDROSO (2005), já na “Constituição Brasileira de 1824 a polícia esteve responsável pela ‘Salvação do Estado’, ‘Segurança Interna e Externa do Estado’, ‘Segurança e Defesa do Império’ ou ‘Segurança do Estado’”.

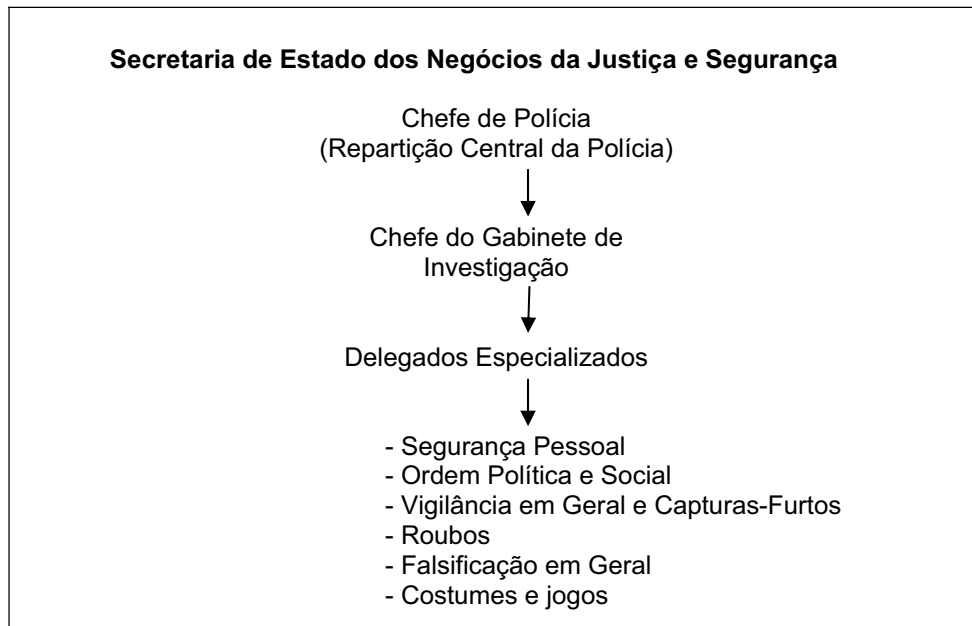
(PEDROSO, 2005: 56). A primeira Constituição da República, de 1891, manteve a esta polícia a responsabilidade pela 'Segurança Interna do País', 'Defesa Interna e Externa da União', e 'Segurança da República'; nas Constituições subseqüentes aparece a denominação de 'Segurança Nacional' [de 1934] como meta maior do seu trabalho; conceito este que receberá, de acordo com o momento político, ênfase maior da atuação ideológica e repressiva do Estado contra a 'criminalidade' circunscrita. (PEDROSO, 2005: 56).

A DEOPS de São Paulo teve sua criação a partir de 1924 com a lei n. 2304. Estava ligada ao Gabinete Geral de Investigações, subordinada ao chefe de polícia estadual, que por sua vez, estava subordinado ao secretário de justiça de segurança pública, conforme atribuiu

A formação de mais uma força policial – o Deops – refere-se à concretização de um modelo público repressivo delineado desde o início do século XX, com a militarização da Força Pública do Estado de São Paulo pela Missão Francesa de Instituição desse projeto, a polícia voltou-se para a formação ideológica e repressão política sistemática, já que foi no final dos anos 10 e início do 20 que os movimentos sociais reivindicatórios tomaram maior impulso na sociedade. Em 1928, a regulamentação de seu funcionamento foi efetivada, passando a delegacia a ser subordinada diretamente ao chefe de polícia. Mas, somente em 1930 é que foram delegadas atribuições específicas à Delegacia de Ordem Política e Social (Deops), além de permanecer novamente ao Gabinete Geral de Investigações. (PEDROSO, 2005: 112).

Assim, sob influência da Missão francesa, cujo princípio era a prevenção do crime político, essa Força Pública, “ao longo de sua história foi colocada numa estrutura militar – hierarquia, disciplina, armamento, uniforme” (FERNANDES, 1974: 209). Isto quando esteve na legalidade, pois em meados da década de 1940 trabalhou clandestinamente, subterraneamente, fazendo o serviço de Polícia Política Espião (PEDROSO, 2005:130).

Na década de 1930, se observa a seguinte distribuição na repartição policial (PEDROSO, 2005: 125):



Em 1933, ainda com o objetivo de garantir uma melhor “administração” e um melhor “controle”, a DEOPS foi dividida em duas delegacias, a Delegacia de Ordem Política, subordinada ao Gabinete de Investigação, e a Delegacia Especializada de Ordem Social. (PEDROSO, 2005: 114) Em 1938, pelo decreto n. 9893-B, de 31 de dezembro:

Sob a ditadura do Estado Novo, a Delegacia de Ordem Política e Social tem seu organograma alterado, passando a ser supervisionada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. De modo geral, o órgão repressivo era constituído pelo Gabinete do Delegado, pelas delegacias de Ordem Política e Social, cada uma composta pelas seções de policiamento e investigações: o Cartório, a seção de Contabilidade, o Corpo de Segurança, o Serviço Reservado (mais tarde chamado de Serviço Secreto), Prisões e Portaria. Além das duas primeiras delegacias, o órgão também contava com mais duas especializadas: a Delegacia de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e a Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros. (PEDROSO, 2008: 114).

Em 1940, a Delegacia de Ordem Econômica e de Inquérito e o Serviço Secreto, criado sob o decreto n. 11782 de 30 de dezembro de 1940, estavam subordinados à antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que no

mesmo período passou a denominar-se Superintendência de Ordem Política e Social. À Delegacia de Ordem Econômica e o Serviço Secreto e de Inquérito competia:

Prevenir e reprimir os delitos ligados à ordem política e social; proceder contra os crimes de ordem econômica; fazer o registro e fiscalização de hotéis, pensões e semelhantes; aplicar multas aos contraventores político-sociais; despachar os pedidos de autorização para realização de assembléias em sindicatos e sociedades; examinar, para remessa à justiça, os inquéritos referentes à ordem política, social e ordem econômica; proceder à fiscalização permanente de aeroporto, estações ferroviárias e rodoviárias; organizar escalas especiais para o policiamento de reuniões, comícios e manifestações autorizadas; entre outras. (PEDROSO, 2005: 119).

Em 1945, o Serviço Secreto foi subordinado à DOPS, visualizada a partir de um organograma que segue (PEDROSO, 2005: 127):



As funções e a criação de departamentos e seções da polícia vigente em cada Estado têm as mesmas características, embora variem, por vezes, de ordem hierárquica e de posição, relativa a cada setor no interior da burocracia; além atuarem sob os auspícios das orientações nacionais. Esta condição vem do período de Vargas; e é mantido e aprofundado na segunda metade da década de 1950, ou seja, no período da presidência de Juscelino Kubitschek. Enquanto no Rio de Janeiro, é encontrada a Divisão de Polícia Política (DPS), dividida também em duas seções a de Ordem Social e a de Ordem Política; em São Paulo, as divisões são similares, por vezes idênticas. Porém, no lugar de se constituir Divisão como no Rio de Janeiro, a de São Paulo é uma delegacia (DOPS), bem como a de Pernambuco.

Segundo Aquino, na região centro-sul, até 1975 tal órgão era denominado Delegacia de Ordem Política e Social, portanto, a DOPS e, depois desta data, foi transformado em Departamento Estadual de Ordem Política e Social, portanto, “o” DEOPS (AQUINO, 2002: 20). Esta questão delimita a vinculação e a posição deste órgão na estrutura do sistema repressivo e com isso, define seu grau de autonomia e poder de decisão.

CAPÍTULO II – Em princípio, todos são suspeitos

O ardil da vigilância, do qual não escapa nem mesmo a DOPS (criada para servir como aparelho burocrático) serve a um Estado dominado por uma burguesia frágil e incapaz de cumprir sua função histórica de romper com o arcaísmo e destravar o desenvolvimento do capitalismo no país.

A expressão da autocracia que se firma no Estado e o configura será analisada aqui a partir da vigilância e da coerção da DOPS, das Forças Armadas, no caso, da Base Aérea de Recife e da articulação entre empresários e agentes na repressão aos operários.

2.1 A repressão contra si própria: agentes vigiando agentes

A missão dos agentes policiais foi regulamentada pelo Decreto n. 11.782 de 30 de dezembro de 1940 (Regulamento da Superintendência da Segurança Política Social apud AQUINO, 2001: 66). Rezava o artigo 42 deste decreto que os agentes tinham a incumbência de; a) executar os serviços que lhe forem atribuídos, ou seja, fazer a vigilância e relatórios minuciosos sobre o observado; b) conforme a vigilância, quando observada a contravenção, promover imediatamente a intervenção, em outras palavras, prender o cidadão que se diante dos atributos pré-estabelecidos, encaixam-se nas leis de segurança social e política; c) fazer o levantamento de todos os ações exercidas ou de que tomarem conhecimento, ou seja, a prática de delação do companheiro, a vigilância mútua; d) comprometer-se enquanto esteja a seu alcance a permanência e manutenção da ordem pública; e) obedecer as hierarquias e não questionar as ordens dos superiores; e a última, f) “exibir, quando for reclamada, a sua carteira de identidade”. (Regulamento da Superintendência da Segurança Política Social apud AQUINO, 2001: 66). Esta última em especial nos chama a atenção, pois os agentes na sua maioria fizeram o trabalho de polícia de

investigação não uniformizada, principalmente durante o período da Guerra Fria, sendo uma prática que se atribuiu aos infiltrados em fábricas, organizações partidárias e outros tipos de associações. Tais procedimentos e condutas também revelaram a atuação dentro da corporação.

Os infiltrados constituíram um problema a mais para os dirigentes das DOPS, pois se temia que ocorresse a cooptação para a oposição, isto é, que se tornassem comunistas, dada a convivência. Maria Aparecida de AQUINO (2002), referindo-se aos relatórios de agentes infiltrados em São Paulo, ressalta que os policiais se desnudam em seus comentários pessoais “e, ao mesmo tempo, mostra um conhecimento profundo dos meandros das instituições e pessoas que vigia, demonstrando sua capacidade de infiltração e permeio da sociedade à sua atuação.” (AQUINO, 2002: 42)

Nestes casos, os suspeitos passam a ser os próprios agentes, sendo que a vigilância se dava principalmente com a identificação de agentes duplos. Pois tendências políticas fossem elas traduzidas em ações ou em práticas de militância, problemas da sociedade em geral, não deveriam ser assimilados pelos agentes policiais, pois a estes era atribuído estar acima do social, ou seja, acima das classes sociais, pois, afinal, eram representantes diretos do Estado.

Na documentação analisada sobre os arquivos da DOPS de Pernambuco, incluiu manter sob vigilância os seus próprios agentes. O objetivo era identificar os “subversivos” infiltrados ou os agentes que teriam sido cooptados, ou seja, que estariam “invertendo seu papel”, pois, como bem expressou o investigador responsável pelo possível envolvimento de tais funcionários, seu serviço era uma “elevada missão de agente da ordem pública”¹⁴.

Quando identificado o agente, fosse ele da guarda civil ou investigador, era elaborado um dossiê que descrevia o caráter do envolvimento e onde eram anotados os comentários dos vigilantes sobre o suspeito. Por exemplo, Juvenal Antunes de Oliveira, investigador da DOPS, foi identificado como agitador, ou como disse o investigador, tratava-se de um “elemento que não esconde suas

¹⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 2622 de 25/07/1947.

francas e reais simpatias pelo PCB”, e completava, “causa que considera única a resolver o problema da classe operária”.¹⁵ No mesmo documento, são encontradas citações sobre outros investigados, como: Antonio Joaquim de Brito, acusado de transmitir informações sobre a Secretaria de Segurança a uma pessoa ligada ao Comitê Estadual do PCB.

Também Hercílio Maia, investigador da Diretoria de Expediente da Secretaria de Segurança, segundo o delator estaria envolvido numa campanha política, neste caso, a campanha de Yedo Fiúza, do PCB, para presidente da República.

Até mesmo o contato social com as pessoas ligadas ao PCB gerava a suspeição de envolvimento contra a ordem, como foi o caso de Dorgil F. Barbosa, funcionário da Secretaria de Segurança. Qualquer um que expressasse opinião contrária ou que demonstrasse qualquer tipo de oposição, era considerado um “agitador”, como foi o caso de Carlos de Oliveira, também investigador, que esteve em observação, pois demonstrara descontentamento com os seus serviços. A suspeita era de que estas reclamações advinham da influência e amizade com integrantes do PCB na repartição. Conforme a expressão do relator deste caso, ele era um “eterno descontente, agitador, sempre pronto a criticar tudo e a todos”.¹⁶ Já Manoel Sampaio da Guarda Civil foi classificado como tendo “idéias comunistas”, propagador de “política nefasta”, assim como José Barbosa de Oliveira, da Guarda Civil, que foi acusado de não esconder as “inclinações” do ideário comunista e participar da propaganda do PCB.

O caso de Alísio da Rocha Coutinho se destaca pela expressão de insanidade a que chegou a perseguição da vigilância e da repressão. Este funcionário, investigador da DOPS, fora enviado para fazer “campana”, ou seja, vigiar uma célula. Mas acabou acusado de “inverter seu papel”, ou seja, de ter se transformado num comunista e a serviço do inimigo. Aliás, seus acusadores

¹⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 2622 de 25/07/1947.

¹⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 2622 de 25/07/1947.

recuperam também uma acusação de sua participação no movimento comunista de 1935 na cidade do Recife.¹⁷

2.2 Vigilância e repressão aos civis e militares na Base Aérea de Recife

Na década de 1940, precisamente entre 1945 e 1947, o Serviço Secreto da Base Aérea do Recife, vigiou e fichou pessoas suspeitas de integrarem a célula comunista da Base Aérea. Os procedimentos adotados foram os mesmos. Civis e militares tiveram seus nomes inclusos em dossiês e seus passos passaram a ser acompanhado. É importante ressaltar que nesse período o PCB estava em legalidade e participava de campanhas políticas. Nesses dossiês, encontramos a identificação por nome, filiação e as “ações” consideradas subversivas ou suspeitas, pautadas nos preceitos vigentes na década de 1935, ou seja, ainda no período ditatorial.

Tal situação não se restringiu à base aérea de Recife e estudos recentes demonstram as vigilâncias que resultaram em expurgos de funcionários das Forças Armadas efetuadas pelo próprio sistema de Segurança Nacional neste período, no fim de 1940 e ao longo de 1950, na cúpula do Exército, da Marinha e da Aeronáutica¹⁸. Em sua dissertação, OLIVEIRA (2008) revela que tais expulsões serviram para “sanear” as Forças Armadas das vozes dissidentes a um golpe de Estado de cunho bonapartista¹⁹, já iniciado na época e para melhor entender as razões que levam este setor das forças armadas a sofrerem tal vigilância, cumpre-nos uma breve explanação sobre esta corporação militar da aeronáutica.

Antes de adentrar na questão da vigilância à Base Aérea de Recife, dissertarei brevemente sobre a “História da Força Aérea Brasileira”.

¹⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 2622 de 25/07/1947.

¹⁸ Para um melhor entendimento sobre o assunto, consultar a dissertação de mestrado em história de Nilo Dias de Oliveira. PUC/SP (2008).

¹⁹ O bonapartismo se dá a partir de uma dada configuração de dominação autocrático-burguesa, pela qual busca-se realizar pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário a forma de controle de um grupo em detrimento a outros.

Quando pensamos em Força Aérea, logo imaginamos um caça, desses de tecnologia avançada em que o piloto em terra comanda uma espaçonave por simuladores, uma das atrações tecnológica e avançada do século XXI. O que parecia brincadeira de criança e até adultos é arma para uma guerra “limpa”, referendada na defesa nacional. Voltando no tempo, não muito longínquo, precisamente quando o Brasil utilizou pela primeira vez a “força aérea”, enunciada com orgulho pela história da aviação, e pouco lembrada, é o balão. Empregado na Guerra da Tríplice Aliança,²⁰ em 1867 serviu “para que um observador pudesse informar não apenas a movimentação do exército adversário como também sobre os aspectos de topografia do terreno por onde os brasileiros efetuavam seus deslocamentos”. (LORCH, 1988: 14).

Em 1915, foi a vez do avião monoplano, utilizado na Guerra do Contestado²¹ na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina que fez o “reconhecimento das posições (...) e regulagem dos tiros” (LORCH, 1988: 14) para atingir a população. Como observado, meios de aviação para finalidades de guerra, foi de “fundamental importância para o futuro surgimento da Força Aérea Brasileira” (LORCH, 1988: 14). Em 1912, foi criada a Escola de Formação de Aeronavegantes e Pessoal de Apoio Especializado, nas Aviações Naval (da marinha) e Militar (do Exército). Esse nome peculiar, aeronavegantes, como ficou conhecido, era sinônimo de “arte de navegar pelos ares”. (LORCH, 1988: 14).

Em 1914 foi criada a Escola Brasileira de Aviação, na marinha em 1916 também foi instalada uma Escola de Aviação Naval. “A escola de Aviação Naval assumiu, além de instruir futuros aviadores navais, a tarefa de missões de reconhecimento e patrulha armada, sendo também responsável pelo primeiro correio aéreo em nosso país em (1919)”. (LORCH, 1988: 14). Os primeiros

²⁰ O Paraguai saiu arrasado do conflito, perdendo partes de seu território para o Brasil e a Argentina e seu próprio futuro. O processo de modernização tornou-se coisa do passado, e o país se converteu em um exportador de produtos de pouca importância. Os cálculos mais confiáveis indicam que metade da população paraguaia morreu, caindo de aproximadamente 406 mil habitantes, em 1864, para 231 mil em 1872. A maioria dos sobreviventes era de velhos, mulheres e crianças. (FASTO, 2008).

²¹ O ano de 1912 marca, em periodização oficial, o início da Guerra do Contestado, um movimento popular, de cunho milenarista-messiânico. (...) aproximadamente 20 mil pessoas rebelaram-se. A guerra durou de 1912 a 1916. (GALLO, 1999).

pilotos aviadores foram formados em 1916 pela Marinha. O Exército graduou sua primeira turma junto com a Missão Militar Francesa, na Escola de Aviação Militar em 1920, renomeada de Escola de Aeronáutica do Exército. Extinta em 1941, funda-se o Ministério da Aeronáutica (MAer), denominado logo em seguida de Estado-Maior da Aeronáutica, que por sua vez, dividira-se por Zonas Aéreas, e Comandos Aéreos, Diretorias e Serviços. Nesse ano passou a se denominar Força Aérea Brasileira (FAB) concomitante à fundação da Escola da Aeronáutica, transformada em 1969 em Academia da Força Aérea. (LORCH, 1988: 14)

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro firmou acordo com os Estados Unidos para a formação e o recrutamento de militares, exercitando “táticas modernas, sob rígida doutrina de emprego” (LORCH, 1988: 14), em outras palavras, artilharia. Em 1943 formou-se o primeiro “Grupo de Aviação de Caça”, um ano depois foi criada a Esquadrilha de Ligações e Observação, responsável pelo tiro de “Artilharia Divisória do Exército”. Só após da Guerra, serviu de apoio de Busca e Salvamento. Em 1953, chegam novos jatos de fabricação inglesa (LORCH, 1988:14). Em janeiro 1946 foi criada a Comissão Organizadora do Centro Técnico de Aeronáutica (COCTA).²²

O curso de preparação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais e praças, em especial, a formação na Aeronáutica, na década de 1950, era feito através da Diretoria de Ensino da Aeronáutica, subordinada ao Ministro da Aeronáutica, “e na orientação do ensino, segue diretrizes do Estado Maior da Aeronáutica, (...) e com outras Diretorias, Comandos e Repartições” (INEP, 1951: 235).

A estrutura de ensino, constituída pela *Escola Preparatória de Cadetes do Ar*, *Escola da Aeronáutica* (posteriormente conhecida como *Cadetes do Ar*), *Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica*, *Escola de Tática Aérea*, *Instituto Tecnológico da Aeronáutica*, *Escola de Especialistas de Aeronáutica*, *Curso especial de Saúde, para oficiais médicos*. A formação para subalternos

²²Acesso em: 22/11/2009. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100008&script=sci_arttext&tlng=in#cima6

aconteciam nas: *Escola Técnica de Aviação, Escola Especialista de Aeronáutica, Curso formação de Sargento, Curso de Identificadores da Aeronáutica*. A maioria dos cursos são dados na 3. Zona Aérea (Galeão), 4. Zona Aérea (São Paulo) e 5. Zona Aérea (Porto Alegre). (INEP:1951).

Alguns cursos eram denominados desta forma: Curso de Candidatos a Cabo (C.C.C), de Infantaria (CCCI); de Artilharia (CCCA); de Condutor Motorista (CCCMO), esse com duração de 1 ano. Após aprovação nesse curso, o próximo era para Sargento, denominado de Curso de Candidatos a Sargento, também com sub-divisões por áreas, como Infantaria (CCSI); Artilharia (CCSA) e Condutor Motorista (CCSCM). Como percebemos a diferença de patente se dava com a aprovação de um curso e o início do posterior. (INEP:1951).

Segundo o Decreto-lei n. 9.889, de 1-9-46; em tempo de paz, deveria cumprir as seguintes funções: a) operações puramente aéreas, b) operações combinadas com as demais Forças Armadas, c) defesa aérea do país. O Comando da FAB, em tempo de paz, era exercido pelo Ministro da Aeronáutica, por delegação permanente do Presidente da República. O Ministro da Aeronáutica exercia o Comando da Força Aérea Brasileira, através de: a) um órgão de estudo e preparação para a guerra – o Estado Maior da Aeronáutica; b) de Comandos Territoriais – Comandos de Zonas Aéreas (INEP, 1951:238). Deste modo, o país encontrava-se dividido por Zona Aérea 1, 2, 3, 4, 5. Pernambuco localizava-se na Zona Aérea 2, que compreendia ainda os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Fernando de Noronha.

Na aeronáutica a hierarquia era constituída da seguinte forma: Oficiais Gerais (Marechal do Ar, Tenente Brigadeiro, Major Brigadeiro, Brigadeiro); Oficiais Superiores (Coronel, Tenente Coronel, Major); Capitão, Oficiais Subalternos (1. Tenente, 2. Tenente); Praças Especiais (Aspirante a Oficial, Cadete – aluno Escola da Aeronáutica, Aluno de Centro de Preparação de Oficiais da Reserva); Praças Graduados (suboficial, 1. Sargento, 1. Sargento, 3. Sargento, Cabo, Soldado e Taifeiro), Soldado de 2. Classe e Taifeiro. (INEP, 1951: 13).

A questão de hierarquia demonstrada acima, não seguiu, como se poderia dizer de forma tão articulada, como esclarece Nilo Dias Oliveira:

Desde a década de 30, havia dois tipos distintos de conflito no interior dos círculos militares: um entre praças e oficiais, outro entre oficiais. O primeiro seguia o modelo do exército ocidental que separava nitidamente o oficialato dos praças, ou seja, havia sempre uma desvantagem dos praças em relação aos oficiais, o que propiciava facilmente um clima de movimentos reivindicatórios. O segundo conflito era de natureza ideológica e política. (OLIVEIRA, 2008, p 56)

A necessidade de se controlar as forças armadas estava presente desde Vargas e continuou no governo JK por duas razões: para impedir que fosse influenciada por idéias subversivas e por conta dos golpes de Estado que engendrara no período de Vargas inicialmente e, na seqüência, por seu envolvimento nas tentativas de golpe contra a posse de JK em 1956.

A questão é que se fazia política dentro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, apesar das normas criadas pelo general Góis Monteiro, durante o Estado Novo, que impedia tais atividades aos militares. Neste sentido a aeronáutica tivera, durante o Estado Novo, projeção em decorrência de sua participação nas tentativas de golpe que, juntamente com outros fatores, culminaram na morte de Getúlio.

Assim, Nilo Dias citando Carvalho, explica que:

.A organização militar que se alterava profundamente na estrutura, na ideologia e no poder político por força do próprio acordo com Vargas, mostrou-se incompatível com a reorientação ideológica e política do presidente. Incompatível, sobretudo, com a tentativa de mobilizar novo ator político, o operariado. A partir daí, a luta foi sem trégua. A morte de Vargas em 1954 não pôs fim ao conflito, pois se passou então a combater sua herança política, ou seu fantasma que se diziam encarnados em Juscelino Kubitscheck e João Goulart. Em 1964, travou-se a batalha final que deu a vitória à facção militar anti Vargas e a seus aliados civis, abrindo-se novo ciclo político na história do país. (CARVALHO, 2005:102 apud OLIVEIRA, 2008: 57).

Quando das eleições de JK, nas Forças Armadas, duas facções encontravam-se em disputa: os que apoiavam a medida interventora dos militares na política, em sua maioria oficiais de alta patente, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, pertencentes à Cruzada Democrática; e os defensores da legalidade constitucional, oficiais do Exército e praças das três forças, em parte concentrados no Movimento Militar Constitucionalista (MMC).

Em 1954 a União Democrática Nacional, (UDN), após perder a liderança da condução da política nacional, começa a articular um golpe de Estado, visando reconduzir os militares ao poder, sob sua batuta. Assim, engendra um atentado que ficou conhecido como o atentado da Rua Tonelero, em Copacabana e no qual Carlos Lacerda, conhecido jornalista que já fora do Partido Comunista e que naquele momento integrava a UDN, acompanhado de seu filho e do segurança, o major Rubens Florentino Vaz, leva um tiro no pé, enquanto o major morre. Na seqüência, eles pedem a renúncia de Getúlio, o que é endossado pela cúpula da aeronáutica. Em agosto, Getúlio Vargas dispara um tiro fatal no peito. Neste dia, Café Filho é empossado presidente. Além da aproximação entre setores civis e militares o Movimento 11 de Novembro de 1955 cindiu radicalmente as Forças Armadas. Oficiais das três forças passaram a manifestar ostensivamente suas hostilidades, colocando em risco a manutenção da hierarquia militar.

Mas a participação da aeronáutica em tentativas de golpe não para por aí, pois em 11 de fevereiro de 1956, ocorre a Revolta de Jacareacanga, na qual dois oficiais da Aeronáutica tomam um avião em base militar no Rio e o desvia para a base militar de Jacareacanga, no Pará, em um ensaio de golpe militar contra a posse de JK.

Tomando a Base Aérea de Recife como exemplo, os documentos demonstram que em 1954, foi enviada à Delegacia de Ordem Pública e Social uma lista do quadro de funcionários civis daquele órgão, para “averiguações”.²³ Em resposta, o delegado auxiliar da DOPS, chamado Álvaro Gonçalves da

²³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Ofício n. 360-A2. Remessa de relação nominal de civis (2ª. Zona Aérea). 6 de outubro de 1954. Prontuário: 4622

Costa Lima respondeu, com o envio das informações sobre as pessoas citadas. A nova lista²⁴, de 30 laudas, com 463 pessoas vinculadas direta ou indiretamente àquela Base da Aeronáutica, onde informam o nome completo, a filiação e as referências minuciosas sobre cada um.

Tais informações, por se referirem aos dados anteriores a esta data, comprovam que, apesar da democratização, este serviço se manteve contínuo, com a coleta de dados e o trânsito de informações sobre as pessoas, na mesma lógica do período ditatorial getulista. Abaixo, segue exemplo de como as informações aparecem, no caso dos civis da Base Aérea:

15 – ALUISIO JOSÉ DOS SANTOS – Consta este nome filiado à Célula Comunista 'Pedro Ernesto', em 26.01.1947, adiante que o nome figura numa relação que foi escrita pelo secretário da célula, não existindo aqui elementos que possam identificar.

19 – AMADEU CABRAL DE MIRANDA - Consta o nome de AMADEU C. DE MIRANDA, filiado à Célula Comunista da Torre, em 5.11.1945 – residia naquela época à Rua Antonio Vieira, naquele arrabalde, trabalhava na Fundação da Capunga e tinha naquele tempo 26 anos de idade. Aqui não existe a identidade do mesmo.

25 – AMARO NICOLAU DA SILVA – Consta neste nome, informação do S.S., em 24.06.1947, apontado como elemento filiado à Célula Comunista que atuava naquela época na Base Aérea de Recife. Não registrando prisão.²⁵

O documento segue com a listagem de pessoas “suspeitas” ou identificadas como comunistas ou adeptos. Nestas condições, são mais de 50 pessoas que aparecem. O que chama a atenção são os nomes ticados com cor vermelha que têm em comum, a referência do ano de 1947, e do fato de não estarem presos. Neste caso, aparecem outras listas de informações de vários civis, como segue:

CARLOS PLACIDO MARQUES – 75 – Consta o mesmo nome na relação fornecida pelo S.S., apontado como elemento filiado à

²⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Ofício n. 594. Informação de número 14.444. 20 de outubro de 1954. Prontuário: 4622

²⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Ofício n.360-A2. Do Comandante interino da Base. 6 de outubro de 1954. Prontuário: 4622

Célula Comunista da Base Aérea de Recife, em 24.6.1947. Não registrando prisão.

CIRIACO DO NASCIMENTO MARQUES – 80 – Consta o nome do mesmo, prontuariado nesta delegacia, em virtude de comunicação feita pelo S.S em 24.6.1947, apontado como elemento filiado à Célula Comunista da Base Aérea. Em 8.6.1950 foi apresentado a esta delegacia por uma escolta da Base Aérea, para averiguações policiais, sendo posteriormente, posto em liberdade.

140 – FRANCISCO ANTONIO FERREIRA – Consta o mesmo na comunicação fornecida pelo S.S., apontado como elemento comunista, filiado à Célula Comunista que atuava na Base Aérea, em 24.06.1947. Consta, ainda o mesmo nome filiado à Célula Comunista 'José Bezerra', em 12.2.1946 em Olinda. Existe aqui apenas assinatura.²⁶

As investigações do ano de 1946, conforme apontou o comandante interino da Base Aérea, deram um “resultado impressionante, considerando-se o elevado número de elementos extremistas que ali eram admitidos diariamente”.

27

A vigilância a esta célula envolveu inúmeros agentes que se infiltraram nas atividades promovidas por seus integrantes, que trocavam informações e construíam os dossiês que correspondem a verdadeiras fichas de criminalização.

Os agentes do Estado consideraram como dirigentes e mentores dessa célula, dois funcionários da Base Aérea, que trabalhavam em um setor de recrutamento pessoal. Conforme um boletim, expedido em junho de 1947, existia no setor civil daquela Base, um “elemento” muito conhecido da polícia, “perigosíssimo”, pela capacidade de “luta e produção” e pela “audácia” com que se interferia na Base Aérea, era o “encarregado de Serviço admissão e demissão” dos civis da Base:

Trata-se de JOÃO PEREIRA DE MIRANDA SOBRINHO, conhecido por Mirandinha, velho militante do PCB [...]. DEMÓCRITO RAMOS DA SILVEIRA, elemento de valor entre os comunistas, um dos candidatos mais votados no último pleito e portador de formidável prestígio na própria Base de modo que qualquer trabalhador

²⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Ofício n.360-A2. Do Comandante interino da Base. 6 de outubro de 1954. Prontuário 4622

²⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).. Boletim de informação n. 1 de 24.6.1947. Prontuário: 4622

admitido ou demitido por qualquer um desses dois elementos é imediatamente aprovado pelo oficial responsável, o qual é claro, ignora todas essas patifarias.²⁸

Para o agente, sua “técnica de ação” foi tão eficiente que não “chegou a ser alcançado pela ação da Justiça Especial.”²⁹ O documento informa também que Mirandinha, “velho militante do PCB”, dispunha de autoridade para admitir e demitir pessoas e que “a Base Aérea do Recife está nas mãos dos comunistas [...], havendo um levante militar com esse caráter, toda a Base está maquinalmente dominada.”³⁰

O investigador esclarece que Mirandinha e Demócrito agiam sob a orientação de dois oficiais, o Major Brasileiro e o Capitão Priano de Oliveira, “este último conhecido militante comunista”, e contava também com o apoio de um sargento Luis Carlos, que “músico e velho militante comunista”, fez parte como militar do movimento revolucionário de 1935.

Essa documentação foi devidamente encaminhada à DOPS de Recife e a partir daí, a vigilância sobre esta Base se ampliou para mapear os possíveis suspeitos. Outro boletim, do mês seguinte, contém uma relação de 28 pessoas que, nesta lógica de suspeição, participariam do grupo de pessoas ligado ao Mirandinha.³¹

Concomitantemente, o agente responsável pela vigilância daquela célula, reiterava a denúncia da existência de uma organização considerada perigosa à ordem vigente e enfatizava os dados que fundamentava tal suspeição, como o fato da participação com a Aliança Nacional de Libertação, ocorrida em 1935.

Venho pela presente, denunciar a V.S., a existência de uma coluna comunista, na Base Aérea do Ibura, a qual se encontra em pleno funcionamento, não bastando o fechamento do Partido. Dirigem-na, o indivíduo Demócrito Ramos da Silveira suplente de deputado pelo

²⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário: 4622 de 24.6.1947

²⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário: 4622 de 24.6.1947

³⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário: 4622 de 24.6.1947

³¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário: 4622 de 10/07/1947

PCB que é ali empregado e bastante conhecido da polícia, como elemento de grande projeção e confiança do Partido, desde a sua fundação. Tomou parte do movimento de 1935, tendo cumprido sentença no então Presídio de Fernando de Noronha.³²

Todos os que trabalhavam com Demócrito ou que tinham contato com ele, estariam mancomunados entre si.

[...] acolitado pelo não menos perigoso Delmiro Rone de Melo, motorista daquela Base; Dr. Julio Santos, engenheiro eletricitista; Rubens Cristiano dos Santos, chefe do escritório, Miranda, chefe do serviço geral de abastecimento; João Pedro da Silva, operário; Josué Campos da Silva, operário, residente em Jaboatão e outros que o nosso serviço de informação não conseguiu identificar. Ao todo, são 10, os elementos integrantes da célula aludida [...].³³

Formou-se outra relação de suspeitos das mesmas atividades, elaborada na mesma semana, e ainda outro boletim, emitido no dia 25 do mesmo mês, contendo mais 24 nomes.³⁴

As reuniões realizadas pelos integrantes desta célula também foram acompanhadas e, conforme se observa, formara-se uma rede de espionagem às atividades, com agentes diretamente vinculados. O agente do Serviço Secreto também se encarregou de tecer seus pronunciamentos sobre o grau de periculosidade do grupo:

Em face da rigorosa vigilância, ali exercida, por determinação do Comando, os referidos elementos vão se reunir em lugares ermos e bem distantes da Base, de modo a despistar o serviço secreto e ainda com o objetivo de desfazer as suspeitas existentes contra os mesmos. Adiantou o nosso informante que a última reunião foi feita em terrenos do sítio Borbado, no Zumbi. Não nos consta que o comando de Base esteja suficientemente esclarecido a respeito da atuação dos elementos mencionados. É aceitável, porém, a hipótese do conhecer suas tendências políticas, longo³⁵ de imaginar que os mesmos, no caso de haver um motim, sejam os primeiros a

³² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Divisão de Ordem Econômica. Recife, 31 de Julho de 1947. OFÍCIO N.23 CÓPIA. Prontuário: 4622 de 25/07/1947.

³³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Divisão de Ordem Econômica. Recife, 31 de julho de 1947. Ofício n.23. Prontuário: 4622 de 25/07/1947

³⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Boletim n. 3 de 25.7.1947. Prontuário: 4622

³⁵ Termo utilizado na região para indicar um alerta embora sem base comprobatória.

frustrar quaisquer atos ou medidas que evitam à subversão da ordem. Saudação. João Pinheiro de Almeida. Chefe de Divisão.³⁶

A vigilância do agente produziu assim, uma verdadeira devassa entre os funcionários da Base Aérea, denunciando pessoas dos mais diferentes escalões.

Os boletins com a relação dos funcionários e das atividades consideradas subversivas foram reeditados *ipsis literis*, nos anos de 1947, 1948 e 1949 com cópias transcritas e reescritas. O Serviço Secreto, além de intensificar as investigações em 1945 e 1946, disponibilizou por dia cerca de 30 agentes espalhados simultaneamente pela cidade com o objetivo de vigiar todos os espaços, a Base Aérea, a célula comunista nomeada Base Aérea, comícios e qualquer outro evento ligado ao PCB.³⁷

As atividades do Estado não se resumiam à vigilância e à organização desses dossiês condenatórios, mas se estendiam às prisões daqueles que foram considerados suspeitos. Desta forma, 26 pessoas foram presas no ano de 1950 por serem suspeitas de exercerem “atividades comunistas” na Base Aérea do Recife.

Todos estes informativos de investigação produzidos durante a década de 1940 e 1950, sobre os civis e os militares, que continham listas de nomes, endereços e suspeições, foram minuciosamente arquivados e ao longo destas décadas, tais dossiês foram ampliados, com a apreensão de outros documentos. Os inquéritos e as prisões que se seguiram foram retomados no período posterior, ao período bonapartista, e serviu novamente como prova de subversão, o que levava às novas condenações.

Seguindo a mesma lógica já utilizada nos anos anteriores, em 08 de maio de 1964, a DOPS produziu informativos de todos civis e militares suspeitos de

³⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Divisão de Ordem Econômica. Recife, 31 de Julho de 1947. OFÍCIO N.23 CÓPIA. Prontuário: 4622 de 25/07/1947

³⁷ No documento de escala da Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Ordem Social, para o dia 10 de abril de 1946, encontra-se um total de 33 agentes identificados por números escalados para trabalhar para esse departamento. Foram escalados para o dia 15 de junho de 1946, o total de 36 agentes para prestar serviços em Recife e cercanias. Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário: 27.922 de 9.4.1946; 14.06.46.

envolvimento com o Partido Comunista, com a indicação dos “motivos”, das prisões e do histórico de cada pessoa citada, conforme exemplo abaixo:

Em cumprimento ao despacho exorado no ofício n. 153[?] /566 de 28.04.1964, da Base Aérea do Recife, informo o seguinte:

ALOÍSIO JOSÉ DOS SANTOS – Prontuariado sob o n. 12611 por haver sido encontrado um documento da Célula Comunista ‘Pedro Ernesto’ datado de 26.01.1947, por ocasião do fechamento do Partido Comunista, onde consta o nome de ALOÍSIO JOSÉ DOS SANTOS. O documento em referencia foi escrito pelo Secretário da Célula, não contendo no mesmo a filiação e assinatura do prontuariado. Em 09.12.1954 foi o seu prontuariado CANCELADO, por força de despacho do Sr. Exmo. Sr. Secretário.

CIRIACO JORGE DO NASCIMENTO – Prontuariado sob o número 10954. Em 24.06.1947. O Serviço Secreto informa ser o prontuariado acusado de exercer atividades. (Vide referência na relação anexa. Em 8.6.1950 foi detido para averiguações policiais por uma Escolta da Base Aérea do Recife. Não constando de seu prontuário o resultado dos motivos de determinaram a sua prisão.³⁸

Constam nesta lista mais de 30 pessoas.

A documentação e os nomes citados, em 1964, demonstram um aspecto significativo: a identidade com a lógica do sistema repressivo e a da suspeição da década de 1950.

Outro dado que chama a atenção neste documento é que, em 1950, alguns funcionários da Base Aérea foram incursos no terceiro artigo do decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, ou seja, uma lei do período bonapartista varguista. Assim rezava a lei, que definia os “crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social”.³⁹ Vale ressaltar que esta lei foi revogada pela lei n. 1.802 de 1953 e pela lei n. 2.083, de 1953.⁴⁰

³⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922, de 28/04/1964.

³⁹ Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%20431-1938?OpenDocument. Acesso: 7 de abril 2009.

⁴⁰ Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%20431-1938?OpenDocument. Acesso: 7 de abril 2009.

2.3 A Industrialização na região nordeste

Seguindo o rastro de algumas pistas sobre a industrialização no Brasil, Chico de OLIVEIRA (2003), destaca que o modo de produção capitaneado após a década de 1930 para “acelerar” o desenvolvimento destinava-se a ‘expulsar’ o custo de reprodução da força de trabalho nas indústrias dessa década. Embora o desenvolvimento industrial seja referido neste período apenas aos Estados do centro sul do país, o nordeste também experimentou tal dinâmica que afetou as relações entre o campo e a cidade, promovendo uma rápida urbanização, particularmente em Recife, como observado.

Estes fatores resultam no crescimento e transformação de fábricas em indústrias e também na rápida concentração de operário, a que se somavam as lutas dos camponeses, através da formação de ligas que expressavam suas demandas. Tanto pelo fato de ter menores dimensões, quanto pelo perfil de seu empresariado, ainda muito atrelado à cultura das oligarquias agrárias, para as quais os direitos trabalhistas eram uma verdadeira excrescência, e ainda pela forte presença das organizações comunistas na cidade, a que se aliava a miserabilidade agravada pela depauperação salarial e das condições de vida, Recife representava para o sistema repressivo um espaço a ser vigiado intensamente. De tal forma se colocou esta necessidade que a relação entre o empresariado e as forças policiais da DOPS sequer foram feitas em sigilo, conforme veremos abaixo. Mas, antes de tudo, compete-nos indicar alguns aspectos que explicitam tal conservadorismo.

O desenvolvimento industrial do Nordeste, segundo Shepard FORMAN passou por três fases distintas: “dependência clássica” (entre 1850 e 1930), “desenvolvimento dependente” (entre 1930 e 1964) e a fase do “desenvolvimento dependente-associado” (em 1964). (FORMAN:1979).

A dependência clássica foi a fase em os interesses econômicos estavam voltados para o exterior. Aí o Nordeste foi o líder, com o sistema de exportação do açúcar, e o Centro-Sul fornecia a produção de café. A exportação era a base das divisas econômicas do Brasil. Em outras palavras, o Estado brasileiro era

controlado por uma autocracia rural inserida num sistema dominado pelos interesses do capital estrangeiro.

O jogo do capital estrangeiro e dos cafeicultores dentro da estrutura econômica, 'voltada para o exterior', foi crucial para a formação da indústria, assim como foi crucial para a infra-estrutura (ferrovias, portos, eletricidade, etc.), patrocinada pelo Estado Oligárquico. (...) tudo isso serviu para criar bases de um sistema que, após os anos 30, contribuiu para deslocar o centro dinâmico da economia brasileira do setor agrário-exportador para o setor industrial. (FORMAN, 1979: 37).

A configuração do cenário agro-exportador se modificou com a crise da bolsa de Nova York, de 1929, e a política econômica foi em busca da aquisição de equipamento industrial, para acelerar o crescimento e a demanda interna de novos produtos. Este fato provocou um fluxo de industrialização estável e passou a produzir uma burguesia industrial e comercial. Porém, estas novas forças não foram suficientes para sustentar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Na década de 50, o Estado ampliou os estímulos para atrair a tecnologia e o capital estrangeiros e, mais particularmente, os interesses americanos. Além disso, o Estado proporcionou uma série de subsídios aos empresários com vistas à elevar o índice de nacionalização do setor industrial. Tudo isso contribuiu para consolidar as bases do processo de desenvolvimento industrial introvertido, ou seja, a crise do modelo primário-exportador criou uma situação favorável para o surgimento de um processo de industrialização via substituição de importações cujo dinamismo apoiou-se na expansão do mercado interno. (SOUZA, 1985, p 38).

2.3.1 Urbanização em Recife

O desenvolvimento e a urbanização da cidade de Recife se deram no período entre guerras, quando se experimentou um *boom* econômico na região. Apesar desta industrialização, problemas como a concentração de renda e a pouca oferta de emprego para o crescente contingente que fugia da seca nas

zonas rurais, levou a mão-de-obra a experimentar as atividades informais. Proliferaram biscateiros e ambulantes, e até mesmo os que trabalhavam nas fábricas, nas associações e nos outros setores iniciaram mobilizações sociais, divulgando opiniões sobre a vida pública.

Tornou-se comum discutir sobre a vida do outro, sobre aos problemas que afligiam os cidadãos, como a falta de moradia, a necessidade de ajustes dos salários, a luta pela educação, o espaço das mulheres nas fábricas, o direito às creches, o analfabetismo ligado ao direito do voto, entre tantas outras questões, que os uniam e expressavam suas diferentes inserções socioeconômicas e, também, culturais.

A cidade de Recife desenvolveu seus principais contornos urbanos a partir da década de 1930, com uma expressiva expansão de 180 km² para 209 km² nos anos 1950 (RESENDE, 2005: 123). Na década de 1940, sua população que era de 348,4 mil pessoas e chegaram a 524,7 mil habitantes dez anos depois, por causa da mobilização migratória saída da zona rural.

A área central do Recife que era ocupada por mocambos em toda região central foi substituída pelo comércio e setor de serviços nos anos 40 e 50, enquanto a população se deslocou ocupando alguns bairros como o de Casa Amarela, Boa Vista, São José, Santo Antônio, Graças, Encruzilhada, Beberibe entre outros. Dentro desses espaços, melhor explicitando, no bairro de Boa Vista localizamos uma grande concentração de escolas e faculdades como a Escola de Engenharia, na Rua do Hospício, a Faculdade de Direito, nas proximidades, e a Faculdade de Filosofia, no bairro Solenidade. (RESENDE, 2005: 127).

Um estudo realizado nos anos 1990 constatou que, ainda nesta data, de todas as metrópoles industrializadas do país, Recife foi a que mais concentrou mocambos,⁴¹ analfabetos, um alto índice de mortalidade infantil, além de acentuar a exclusão da população dos meios de produção.

⁴¹ Quarenta anos depois do período em estudo (década de 1990), Recife ainda representava a maior taxa de mortalidade do infantil, de analfabetismo e a população vivendo em péssimas condições. Quase metade da população, 46,4%, reside em favelas, conhecidas localmente como 'mocambos', o que torna Pernambuco o estado de maior índice percentual de habitantes favelados, seguidos por Belém, 19,4%; Rio de Janeiro, 14,4%; Fortaleza, 13,3%; Belo Horizonte, 10%; Porto Alegre, 6,3%; Curitiba, 5,8% e São Paulo, 5,6% CASTRO (1992: 38).

Entre os problemas que mais afligiam a população operária naqueles idos anos de 1950, estava o da moradia. Dada a escassez e o *boom* urbano⁴² e industrial do período entre guerras, a questão da moradia se tornou caso de polícia (CARVALHO, 1978: 217).

A industrialização no Brasil teve seu primeiro verdadeiro impulso durante a I Guerra Mundial, e começou a 'decolar' na década de 40, quando a Segunda Guerra Mundial reduziu drasticamente a importação de produtos manufaturados do exterior. (CARVALHO, 1978: 218).

Para fazer frente a esta questão, o governo nacional passou a dar incentivos aos industriais para que construíssem vilas operárias, com a isenção de pagamentos de impostos. Conforme os autores que estudaram esta questão em outras regiões, estas vilas, desde o período Vargas, passaram a ser espaços onde se exercia a repressão com maior vigor, pois um dos critérios para ter acesso à moradia era o de não participar em atividades políticas consideradas suspeitas, além de exigir atitudes e comportamentos absolutamente submissos à ordem industrial.

Em Recife, o caso das vilas não fora diferente. Especialistas identificaram que ocorreu nos centros urbanos do Nordeste um processo denominado "descampesinato" (LOPES, 1979). Ou seja, grandes êxodos rurais que resultaram em grandes contingentes à procura de trabalho ou fugindo das áreas atingidas pelas secas na década de 1950. A cidade representava para tais contingentes, a possibilidade de trabalho e também de moradia e, uma vez na cidade, eles se instalavam próximo às fábricas nos bairros afastados do centro de Recife. Daí surge como solução paliativa, o modelo fábrica-vila.

Um primeiro marco deste processo pode ser representado pelos trabalhadores submetidos ao 'sistema fábrica-vila operária', o qual sintetiza e concentra simultaneamente um processo de 'descampesinato' – sustentado por um aliciamento direto de mão de obra pela fábrica no campo, [...] muitas fábricas, oficinas e lugares de trabalho urbanos recrutavam trabalhadores já estabelecidos na cidade por um movimento próprio de 'proletarização', enquanto as

⁴² Segundo o autor, entre 1946 e 1964 ocorreu um rápido crescimento urbano no Brasil acompanhado pela industrialização.

fábricas que mais se utilizavam de um aliciamento direto de força de trabalho no meio rural é que se estabeleciam na periferia deste 'mercado de trabalho' fabril, engrossando-o de novos contingentes vindos do campo. [...] as fábricas utilizavam-se largamente de formas de imobilização da força de trabalho pela moradia, caracterizando um estilo de industrialização no que diz respeito à relação com sua mão de obra, e dentre elas as que se utilizavam formas diretas de aliciamento rural, multiplicando um 'aliciamento' espontâneo paralelo, alimentavam a partir do 'descampesinato' os contingentes que circulariam pelas fábricas segundo as regras próprias desse 'mercado de trabalho'. (LOPES, 1979: 21)

A questão da moradia associada ao trabalho criou uma dupla dependência do operário com os deveres da fábrica. Vale destacar que o operário foi mantido "submisso" ao empresariado industrial e às normas internas das fábricas até mesmo na esfera de sua vida privada ou doméstica. A assiduidade do operário era garantida através do vínculo à moradia. O apito da fábrica, a instituição do "chamador"⁴³, a proximidade da fábrica, entre outros aspectos, subordinaram a vida cotidiana dos operários e de sua família à lógica do trabalho. Em 1939, por exemplo, matérias na imprensa pernambucana denominavam:

'Villa operária' os conjuntos de moradias feitas por indústrias para seus operários, fossem eles localizados dentro da periferia de cidades, ou em localidades isoladas. Mencionava-se a "Villa operária" da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, localizada no centro do Recife; a da Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco S.A., situada no bairro da Torre; a do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. e a da Fábrica da Tacaruna, localizadas na periferia da cidade. Os conjuntos situados próximos a pequenas cidades do interior eram tratados da mesma forma: fazia-se referência à "villa operária" da Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, na cidade de Goiana; à da Fiação e Tecelagem de Timbaúba, em Timbaúba; à da Companhia Industrial Pirapama, em Escada, e à do Cotonifício José Rufino, na cidade do Cabo. (CORREIA, 2001: 83).

Essa mesma proximidade serviu de argumento à administração da fábrica para exigir horas extras, para a manutenção da permanência à prontidão em relação ao patrão, "principalmente no que diz respeito às profissões de manutenção e reparos da maquinaria e instalações fabris". (LOPES, 1979: 58)

⁴³ Pessoa designada para abordar operários para o trabalho na madrugada.

Como explicita Lopes, o fato de certas indústrias fornecerem casas aos seus operários em troca de um aluguel geralmente descontado do salário, fez parte das regras do jogo: “significava uma interferência direta e visível mesmo do ponto de vista do processo de reprodução – da administração da fábrica sobre o consumo individual dos trabalhadores”, e conferiu ao patrão um poder de dominação reforçado pela concentração do capital e pela propriedade territorial. (LOPES, 1979: 42)

Enfim, a administração da fábrica exerceu sobre a vida dos operários na vila operária, o controle do trabalho e o controle sobre as regras de moradia, de comportamentos, atitudes e costumes, acompanhados por formas de controle ideológico sobre ele e toda a sua família.

Outras vilas operárias situadas em cidades incluem, além de casas, equipamentos como igreja, creche e posto médico. Um exemplo é a vila operária construída no bairro de Apipucos, no Recife, pela Othon Bezerra de Mello S.A. A construção da vila se estendeu pelas décadas de 1930 e 1940. Em 1941 havia 321 moradias e anunciava-se que a previsão era se atingir 521 casas. Em 1951, publicação do Serviço Social Contra o Mocambo indicava um total de 666 moradias construídas nesta vila. O empreendimento reuniu ainda escola, igreja, clube, cinema e posto médico e dentário.⁴⁴

A questão que se evidencia na documentação é que este controle, assim como as regras e as normas estabelecidas pelo empresariado, relativas ao funcionamento dessas moradias era executado por estes duplos agentes – da DOPS e os da empresa.

⁴⁴Acessado em 27 de agosto de 2009: http://egal2009.easyplanners.info/area05/5858_Almeida_Caliane.doc

2.3.2 A parceria entre o Estado e o empresariado na repressão ao operariado

Como observado por Vera Lúcia VIEIRA (1998), o trabalhador ao longo das décadas de 1930 a 1950 tornou-se caso de polícia, mais específico, caso de Polícia Política. Durante o governo Vargas vários debates suscitaram sobre a concepção e formação do trabalhador: sua índole, a autonomia de decidir sobre o governo em eleições, a submissão às autoridades, o gênio dócil, a característica de honestidade, propaladas por um alto grau de conservadorismo. Atributos propagados e por vezes questionados ao longo das décadas foram motivos de estudos. Enquanto a propaganda era a de que as “massas” eram pacíficas, qualquer movimento contrário às características do bom trabalhador era caso de polícia.

Vargas na década de 1930 gestou um governo centralizado e forte, que “manteria a unidade burguesa no Brasil, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas” (VIEIRA, 1998: 18), deslumbrou integrar o trabalhador à Ordem Social, “sem rupturas ou traumatismos” (VIEIRA, 1998: 15). As “sementes da desordem” foram atribuídas, na visão dos agentes da DOPS, a causas “alienígenas”, ora de infiltração de anarquista, anarco-sindicalistas e comunistas.

Segundo VIEIRA (1998) é possível na década de 1930 identificar quatro tendências no interior do movimento operário “Os anarco-sindicalistas, os socialistas, os comunistas e os anarquistas emergentes do Bloco Operário Campones”. (BOC). Para os integrantes do Partido Comunista Brasileiro, “acreditavam que o trabalhador cumpriria sua função revolucionária e que; para tanto, necessitaria apenas do desenvolvimento de sua consciência de classe, papel que caberia aos Partidos, e em particular, ao Comunista Brasileiro”. (VIEIRA, 1998: 140). Esse movimento de esquerda não tinha uma unidade, pois:

“os anarco-sindicalistas eram contra os comunistas, pois acusavam de terem criado a Federação Sindical Regional (1931) com o objetivo se aproveitar das massas para conquistar representação

na sociedade burguesa. Os trotskistas eram contra os anarco-sindicalistas, pois achavam que estes atendiam apenas aos interesses econômicos e morais do proletariado. Eram também contra os comunistas, pois os acusavam de não revolucionários e de serem apenas defensores do trabalho no plano econômico. Essas divergências impediam a formação de uma campanha unificada. Até a criação da Lei de Sindicalização, proibindo a autonomia sindical, essas divergências ideológicas interferiam na investigação policial que procurava visualizar e controlar a movimentação da esquerda brasileira no território nacional. (BRUSANTI, 2003 apud SILVA, 1990: 37).

No caso de Recife, foi atribuída aos comunistas e simpatizantes da ideologia comunista a desordem nas fabricas, neste caso, têxteis. Os movimentos sociais de trabalhadores “que perturbasse(m) a ordem podia ser reprimido com o maior rigor, por ser contrário à nossa tendência natural” – pacífica e ordeira. (VIEIRA, 1998: 15). Esse discurso ao longo das décadas de 1930 a 1950 permeou por todos os poros institucionais ligados aos órgãos do governo. Pensamento propagado a partir de intelectuais como Azevedo Amaral, que caracterizou o trabalhador como “naturalmente submisso à autoridade, contrário às ações violentas, às agressões e aos atos que colocassem em risco as instituições vigentes, ou seja, a Pátria, a Família, a Propriedade e a Igreja” (VIEIRA, 1998: 27). Estudos como este foram apropriados no discurso repressor da polícia, e caber-lhes-ia a missão de preservar a ordem, e não permitir com que os trabalhadores fossem “contaminados” pelas idéias “alienígenas”.

Assim, quaisquer ações estranhas a esta índole deveria ser debeladas, porque eram contrárias à natureza do povo brasileiro e fruto de ideologias alienígenas, sobretudo quando pregava luta de classes, a violência, a barbárie, a destruição dos valores Moraes, o caos.

Portanto, cercear o movimento dos trabalhadores, perseguir seus integrantes, coibir liberdades civis [demitir funcionários, criar listas negras] não significavam restrições à [propalada] democracia, mas sim salvar a nação do caos, impedir que a ordem social fosse destruída e assim agir conforme a índole do povo brasileiro. (VIEIRA, 1998: 27).

Quando associado ao ‘atraso’, justificava-se “a desigualdade sob nova roupagem, o aumento da exploração, o controle sobre ele, a exclusão e também

a indiferença diante de sua miséria” (VIEIRA, 1998: 23). Para a Polícia Política interessava muito mais combater o comunismo e identificar quem era a favor de uma revolução social e contrário ao Estado. (SILVA, 2003: 23).

A ordem desde 1933, dada por Luis Apolônio, no caso de greve geral e perturbações à ordem era:

Se proceder ao fechamento das associações conhecidas, prisão de seus dirigentes e anarquistas; prisão dos elementos comunistas e apreensão dos órgãos de imprensa subversiva e boletins extremistas.⁴⁵

Lúcia Silva Parra destacou em sua pesquisa sobre o movimento anarquista entre 1924 a 1945, que as fábricas eram quase sempre o foco central da vigilância policial, “além de serem interpretadas como espaço de sedição”. (PARRA, 2003: 64).

Apesar dos direitos conquistados da década de 1930, conforme já analisado pela historiografia, o movimento operário foi subsumido aos ditames do bonapartismo getulista, destacando-se neste contexto a suspensão da Carta Constitucional de 1934, a instauração do Estado de Sítio em 1935 e o fortalecimento do aparato repressivo com a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em 1936 e do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Tais medidas foram justificadas pela ameaça do que foi denominada pelo governo de Intentona Comunista.

Bem como destaca Aquino (2002), a visão da Polícia Política identificava que o problema trabalhista era encarado como vicissitudes do movimento sindical que:

Com o retorno do país ao regime instituído pela Constituição de 1934, fizeram recrudescer as atividades extremistas de esquerda e direita que volveram suas vistas para a massa operária numa infiltração nociva contrapudente. O que muito concorreu para os anseios de desagregação foi o contingente de elementos alienígenas. (AQUINO, 2002: 19).

⁴⁵ Relatório de Investigações do inspetor Luis Apolônio, São Paulo, 10/01/1933. Pront. 1578 – Associações de classe e sindicatos. Vol. I fl. 53. DEOPS/SP, DAESP apud PARRA, 2003: 64.

Só depois de dez anos, em 1945, foi editada uma nova Carta Constitucional. Conforme a historiografia já analisou exaustivamente, na esteira da abertura política, mesmo esta não se deu de forma pacífica,⁴⁶ alguns enclaves ditatoriais foram derrubados e negociados como a anistia aos presos políticos de 1935, a legalização do PCB, o estabelecimento de novas eleições e a possibilidade de inscrição de novos partidos, além da liberdade de expressão, atendida através da extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o direito à associação (em sindicatos, partidos, e outras entidades) e outras garantias representadas pela CLT.

Todas estas circunstâncias criaram uma sensação de que as garantias fundamentais do direito liberal estariam asseguradas pelas leis. Porém, como será visto o período que vai de 1945 a 1948 acentuou a vigilância e a repressão por parte dos agentes da DOPS, que se manteve, principalmente em relação aos integrantes e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) posto na ilegalidade no ano de 1947.

2.3.3 A repressão na fábrica

A história do movimento operário liderado pelo PCB já foi objeto de inúmeros estudos. Esta pesquisa em particular não abordará a criação desse partido, há de se destacar, no entanto, os grupos que deram origem ao partido eram de pessoas ligadas ao movimento sindical e anarquistas (PANDOLFI, 1995: 81), a partir de um amplo debate ideológico, travado no interior do movimento operário (PANDOLFI, 1995:121). Sob a bandeira de união proletária que esteve em evidência desde 1924

‘Uni-vos proletários! Vosso caminho da vossa libertação é o caminho da vossa e da nossa associação. Vosso caminho, o caminho da vossa libertação é o caminho do vosso e do nosso

⁴⁶ Houve entreveros entre manifestantes e polícia civil e militar, mortes a tiro em comícios, como foi o caso de Demócrito de Souza Filho, estudante de Direito, morto na sacada do *Diário de Pernambuco* e Manuel Elias dos Santos, carvoeiro, também assassinado dias depois.

partido. Vossa associação à rua Senador Pompeu n. 124 está ao desamparo. Fortifica-a, unindo-se aos vossos companheiros. Vosso partido, o Partido Comunista, é pequeno. Trabalhai por ele, tornai-o forte. Vinde vereis. Desunidos, nada somos. Unidos, tudo venceremos'. (O Paiz, 18/06/1924 apud PANDOLFI, 1995: 81).

O recorte cronológico desta pesquisa corresponde as décadas de 1940 e 1950, portanto, darei um salto nos processos vividos pelo PCB. Destaco apenas que entre as fases de crises como meados da década de 1920 e 1930, o ano de 1945 pode ser considerado como um 'tempo forte', um momento de 'efervescência' desse partido. (PANDOLFI, 1995: 126), devido entre outros motivos, por ter passado pelo período bonapartista getulista e se reestruturado

Praticamente dizimado pela ditadura Vargas, o PCB, sob a liderança de Prestes, reestruturou-se, adquiriu projeção nacional e tornou-se um ator importante no novo sistema político-partidário implantado no país após o Estado Novo. Num curto espaço de tempo – março de 1945 a maio de 1947 – desfrutou da legalidade e conseguiu, pela primeira vez e talvez única vez, se transformar numa organização de massas. (PANDOLFI, 1995:126).

A seguir, será exposta como se deu a repressão desencadeada pela DOPS sobre integrantes ou não desse partido ligados aos meios fabris a partir das funções que cumpriu esse órgão, a de repressão e reguladora de conflitos entre operários, indústrias e sindicatos.

Numa primeira análise, nota-se que as funções policiais do poder público se voltaram para os interesses privados do empresariado industrial recifense em detrimento das demandas dos operários.

No espaço das fábricas, entre os anos de 1945 e 1947, foram iniciadas investigações sumárias de toda atitude considerada prejudicial à fábrica ou ao empresário que pudesse indicar uma perspectiva comunista.

Para o cumprimento destas funções de vigilância, a DOPS disponibilizava agentes para prestar serviços nas fábricas, pagos por industriais, assim como policiais à paisana, destinados à manutenção da integração da empresa com os órgãos públicos de repressão. O vínculo entre o sistema repressivo e as fábricas ocorria por causa dos agentes de dupla inserção. Ao serem identificados na

folha de pagamento da empresa, era constatada a troca de ofício do trabalho entre os agentes da DOPS e aqueles pagos pelos empresários. Por exemplo, há ofícios que comprovam a inclusão de um investigador da DOPS na folha de pagamento de uma fábrica, conforme é visto abaixo:

Estou apresentando a V.S., com este, José Leal Bosa [Rosa], investigador especial desta inspetoria, para servir junto empresa, cujos honorários, serão pagos por essa empresa. Saudações. Amaro Carvalho de Siqueira. Inspetor.⁴⁷

Sob a justificativa do momento, ou seja, de que as pessoas vigiadas e punidas eram integrantes ou simpatizantes do PCB, e, portanto, agitadores, a integração entre a DOPS e as indústrias se configurou com muita transparência. Assim, as sanções foram aplicadas de forma banal, por serem consideradas normais.

Os agentes assessoravam tanto o empresariado, com a identificação de possíveis suspeitos, onde encaminhavam seus relatórios que serviam para a composição de dossiês sobre os vigiados. Além disso, cooperavam com o poder judiciário, nas ocasiões de julgamentos de litígios, dispensas de trabalhadores e inquéritos. A produção de listas de operários, segundo a documentação se processou a partir da década de 1940. A lista em anexo II foi da Fábrica da Torre, do ano de 1949, em que a DOPS já estava de posse dos documentos apreendidos das células comunistas no Recife e no interior.⁴⁸

Como resultado de tais investigações foram criadas listas, denominadas listas negras, de operários identificados como comunistas e que, por serem considerados “subversivos” não conseguiriam mais se integrar como operários nas fábricas.

Além da função de identificar os comunistas, os agentes nas fábricas foram incumbidos de não permitir a difusão ideológica no interior e nos arredores do espaço fabril, para validar as regras internas das fábricas, para monitorar os

⁴⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Ofício n. 63 da Inspeção de Ordem Política e Social. Prontuário 27.922 de 05 de setembro de 1946.

⁴⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 5645 de 22 de março de 1949.

comícios, as greves e qualquer outro movimento em que o número de operários fosse expressivo.

Para o estudo desta articulação entre o poder público e o privado na ação repressiva, será usada a documentação relativa ao complexo fabril pertencente ao coronel Othon Bezerra de Mello, composto pela: Fábrica de Apipucos com 1.726 operários⁴⁹, Fábrica Maria Amália com 300 operários⁵⁰ e a Fábrica Bezerra de Mello com 600 operários.⁵¹

A vigilância destes agentes se estendia pelo cotidiano da maior parte dos operários destas fábricas, sendo que muitos deles moravam nas denominadas vilas operárias.

A fábrica de Apipucos, no ano de 1944, estabeleceu que, devido à escassez de moradia, os operários residentes em casas com mais de um dormitório deveriam desocupá-las ou permitir que outro operário residisse na casa. Todos os operários que não concordaram foram listados e seus nomes enviados à DOPS para resolver a questão, como pode ser observado:

I – Em virtude da escassês de casas residenciais para os nn/operários da Fábrica de Apipucos, fomos forçados a solicitar dos que estão instalados em habitações de mais de dois quartos, a mudança para outra de um só, ou então a permissão para ceder um dos quartos para outro companheiro.

II – Essa medida, como se vê, de caráter precário e ditada tão somente pela falta absoluta de habitações, apesar de nn/esforços na solução do problema, foi aceita por unanimidade pelos operários por ela atingidos, com exceção de MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, residente à rua Madre Lynch, 912.

III – Na solução d/caso, originado pela intransigência do referido senhor, solicitamos a interferência de V.S., pelo que, desde já, nos consideramos, GRATOS.⁵²

Dois dias depois, a empresa encaminha mais uma solicitação de interferência. Com base nos mesmos argumentos apresentados no primeiro

⁴⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922 de 7 de agosto de 1935.

⁵⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922 de 19 de agosto de 1935.

⁵¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922, s/d.

⁵² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922 de 12 de outubro de 1944.

ofício, sobre a necessidade da cessão de espaços em uma mesma moradia para abrigar mais operários, em decorrência da falta de casas residenciais, amplia o espectro da repressão, sob a justificativa de que os denunciados se mostravam:

refratários ao apelo, numa demonstração de ausência de fraternidade e espírito de companheirismo. São eles: - Sebastião Seabra, residente a rua do Monte, 23, João Pereira de Lima, à rua Ida, 305 e Cecília Silva Dias, rua do Sol, 108, todos em Apicucos. III – Deste, modo, vimos solicitar a (?) dos bons ofícios de V.S., no sentido de solucionar o assunto, ante as razões acima expostas, pelo que, confessamo-nos, GRATOS.⁵³

Nesse primeiro momento, as pessoas foram classificadas como operários que não colaboraram com as normas internas, ou seja, ou apoiavam incondicionalmente a proposta da empresa ou eram considerados subversivos e seus nomes apareceriam destacados pela DOPS com lápis azul. A partir daí, neste caso, a pessoa era identificada como não comunista, no entanto, seu nome estava na DOPS. No prontuário 4.617 de 29 de outubro de 1954, aparece o nome de Antonio Rodrigues Paiva, sublinhado de azul, identificado como não pertencente de nenhuma célula comunista dos anos de legalidade do Partido, e sublinhado em vermelho, a informação que “não figura nos documentos da Célula Comunista, que funcionou à Rua Cardoso Aires, 223, existentes no arquivo desta delegacia”.⁵⁴

A colaboração entre a DOPS e o empresariado industrial recifense não se limitava ao controle e à construção de dossiês condenatórios, mas se estendia a outras parcerias que demonstravam como os poderes públicos atendiam aos interesses da iniciativa privada, no caso, da burguesia industrial recifense.

Tal submissão atinge todos os poderes, como por exemplo, a mancomunação do poder judiciário com os ditames empresariais. Um caso exemplar desta configuração se encontra numa apelação documentada pela DOPS. Um operário chamado Álvaro Moreira da Silva moveu uma ação contra o

⁵³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922. 14 de outubro de 1944.

⁵⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 4.617 de 29 de outubro de 1954

Cotonifício Othon Bezerra de Mello que mandara cortar a água e a luz de sua moradia, obrigando-o a se mudar. Em seu argumento, o operário atesta ter feito o pagamento dos aluguéis atrasados.⁵⁵

A identificação das pessoas consideradas *non gratas* pela empresa, levava à estigmatização do trabalhador que era sumariamente demitido sob a alegação de pertencer às hostes comunistas, além de ser impedido de se expressar livremente entre os operários, pois também era importante que não houvesse a difusão de qualquer ideário contrário às normas vigentes da empresa. Veja-se, por exemplo, a situação de uma funcionária chamada Paulina Francilina dos Santos, suspensa do trabalho por colar, numa sessão da fábrica, fotos de Luís Carlos Prestes. A banalização da parceria entre a iniciativa privada e o Estado no controle do operariado era de tal ordem que, nos boletins redigidos por estes agentes da DOPS, eram incorporadas no relatório enviado ao proprietário da empresa, informações que advinham dos órgãos públicos, além de ser adotado o tom de uma acusação criminal. O relatório do agente Joaquim Ferreira da Silva se inicia com a informação de que ele estava em sua sala, quando ouviu a discussão entre o gerente da empresa e a funcionária que havia sido

Chamada a gerência (...), para receber uma suspensão por motivo de estar pregando retrato de Luis Carlos Prestes dentro da secção aonde trabalha, onde é determinadamente proibido pela Diretoria da Fábrica qualquer propaganda política. Investigador Joaquim Ferreira da Silva. (Prontuário 4628 de 07 de maio de 1946).

Segundo seu relato, ele se “dirigira calmamente” à funcionária, alertando-a que estaria desrespeitando o gerente, enquanto que ela, “jogando a carteira de trabalho em sua cara (...) perante todo o pessoal do escritório”, o chamara de “policia fascista e sem vergonha”.⁵⁶

⁵⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922 de 03 de dezembro 1945.

⁵⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Investigador Joaquim Ferreira da Silva. Prontuário 4628 de 07 de maio de 1946

O agente solicita que a pessoa seja presa e que o encarregado da Delegacia de Ordem Social “puna este caso de conformidade com o que merece” para que ele não ficasse “desmoralizado diante dos operários e da Gerência”. Observa-se que tais agentes tinham ainda o poder de efetuar prisões no local de trabalho, pois ele declara que:

Não a prendi no momento para não criar um caso para esta Delegacia, pois no momento encontrava-me só no referido local. Encontravam-se mais de 60 pessoas para falar com o Sr. Gerente e onde se encontravam diversos comunistas.⁵⁷

Para enfatizar a sua acusação, o agente incorpora outra informação, de caráter mais comprometedor, e que atestaria o envolvimento da funcionária com os comunistas, ou seja, “acusa-a” de ser “irmã do chefe do Partido Comunista de toda zona Camaragibe, sendo o mesmo já há dias indenizado pela empresa por motivo de se encontrar catequizando operários da mesma”.⁵⁸

Como podemos observado por BRUSANTIN (2003), analisando a lógica repressora no interior de São Paulo nas décadas de 1930 a 1945, era comum construir, através das relações familiares ou de amizade, a ligação com alguma organização política. Neste caso, com o Partido Comunista Brasileiro enquanto ainda estava na legalidade, esse atributo deu-se principalmente pela influência positivista da polícia, que “através dos seus pareceres ‘científicos’, fundamentados numa lógica própria, serviam para explicar uma ação política criminosa” (BRUSANTIN, 2003: 29). Assim,

O grau de periculosidade do comunista aumentava na medida que este era apresentado como membro de uma *‘família de comunista’*. era como se o ‘mal vermelho’ se proliferasse de forma orgânica ou genética, contaminando um dos elementos símbolos da moral católica: a *família*. Fragilizada, esta seria permeada por idéias exógenas, prestando-se como berço do comunismo e garantindo a proliferação do caos e da desordem. A polícia não apenas definia o criminoso a partir de suas ligações com organizações ‘subversivas’

⁵⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Investigador Joaquim Ferreira da Silva. Prontuário 4628 de 07 de maio de 1946.

⁵⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Investigador Joaquim Ferreira da Silva. Prontuário 4628 de 07 de maio de 1946

como também procurava reconstituir seu passado histórico. (BRUSANTIN, 2003: 29)⁵⁹.

Nesta situação, o poder judiciário tem como prova do acontecido apenas o relato do agente da DOPS, pois tais documentos eram depois entregues como indícios acusatórios à Justiça do Trabalho nos casos de solicitação de dispensa sob a alegação de “justa causa”.

Neste caso, servia como peça acusatória em processos judiciais, a “coleta de circunstâncias que poderiam vir a compor a ‘prova’ da execução do ato criminoso” (PEDROSO, 2005: 130).

Na DOPS em Pernambuco, observam-se tais circunstâncias em dossiês que passavam a acompanhar a vida da pessoa pelos anos seguintes, com os desfechos finais no período ditatorial que se inicia em 1964. O exemplo abaixo é bem indicativo da forma como a documentação se compunha para a Justiça do Trabalho, pois no ofício a empresa solicita à DOPS, “para fins de fazer prova da Justiça do Trabalho”:

[...] cópia fotostática de uma carta manuscrita encontrada em poder da agitadora comunista Julia Santiago, de autoria da Operária Olga Francisca de Almeida, ambas em litígio com a petionária [...].⁶⁰

Acusada de ser participante do Partido Comunista, ligada aos sindicatos e às lutas dos camponeses na região rural⁶¹, Olga foi demitida por “justa causa”, após a empresa autenticar e registrar na Justiça do Trabalho a prova do “crime”, ou seja, sua petição por direitos trabalhistas.

No interior das fábricas, o controle ao operariado acrescido do controle político se tornava ainda mais acirrado quando se tratava de operárias mulheres, pois também havia o preconceito contra a mulher que trabalhava fora de casa, ou seja, aquela que se expunha publicamente junto a outros homens. O trabalho

⁵⁹ Esta lógica de uma Polícia Política não uniformizada vinculada ao “crime político” veio da polícia francesa no século XVIII, por volta de 1785, segundo Rolim (2006), “o exemplo Francês de uma polícia a serviço de objetivos políticos e capaz de ameaçar as liberdades individuais” (ROLIM:2006, 25).

⁶⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário 27.922 de 09/10/1953.

⁶¹ Para maiores esclarecimento sobre os movimentos camponeses na região, consultar: FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; CARVALHO, J. C. M. de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

de mulheres no interior das fábricas têxteis revela os “mecanismos quase que invisíveis”, como destaca Maria do Socorro de Abreu

[...] não é a mesma coisa ser homem ou mulher dentro da fábrica, num sindicato, ou simplesmente dentro de nossas casas [...] há mecanismos quase invisíveis que tecem as relações entre homens e mulheres [...] fazem com que as tarefas, salários, qualificações e práticas sindicais de homens e mulheres sejam ao mesmo tempo articuladas e diferentes [...]. O trabalho de uma mulher numa fábrica depende de sua possibilidade familiar; seu salário é definido em função da existência de um salário maior, quase sempre do marido. Dela não se espera que participe dos sindicatos ‘porque sindicato não é coisa de mulher’ [...] Trabalhador não é o mesmo que trabalhadora. O trabalho também tem sexo. (LOBO apud LIMA, 2004: 11-12).

As condições de mulheres nas fábricas têxteis eram precárias mesmo representando na década de 1950 cerca de 100 mil; em torno de 59% desse segmento industrial, segundo análise do PCB

Mais de 400 mil mulheres trabalham na indústria, sendo que na indústria têxtil labutam 100 mil operárias, o que representa 59% do total da mão de obra nesse ramo industrial. Além de sofrer com as péssimas condições de trabalho comum a todos os operários, estão as mulheres operárias sujeitas a toda sorte de discriminações e recebem, em geral, para o mesmo trabalho realizado pelos homens, um salário inferior ao deles. As leis de proteção das mulheres operárias, registradas na atual legislação trabalhista, não passam do papel, uma vez que os patrões não tomam conhecimento das mesmas, nem são obrigados a cumpri-las. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 129).

A leitura de que todo o movimento dos trabalhadores, fosse individual ou coletivo, por quaisquer demandas trabalhistas, era resultante da ação dos comunistas, foi um fenômeno já analisado por autores, e sobre isto, reflete Edgar Carone:

A repressão contra as classes populares ocorre paralelamente à repressão aos movimentos grevistas [...] com o governo Dutra, começa a se delinear um programa de contenção social, não de maneira clara no seu início [...]. É a partir da segunda fase – agosto

de 1946 –, que as autoridades procuram confundir o movimento grevista, em geral, com o movimento comunista. [...] proibindo comícios comunistas, prendendo pessoas e matando-as, confundindo reivindicações com agitações. (CARONE, 1985: 21).

Daí que as relações entre a fábrica e a DOPS se concretizam de formas diversas, particularmente no controle dos direitos de organização e de livre expressão. Por exemplo, no documento que segue expedido pela têxtil Cotonifício Othon Bezerra de Melo ao Major Secretário da Segurança Pública (da Secretaria de Segurança) em 1946, a empresa argumenta que para “evitar qualquer alteração da ordem pública no núcleo fabril constituído pela fábrica Apipucos e suas dependências, inclusive Vila Operária e logradouros” ela solicitava à DOPS, “se dignasse de proibir naqueles locais a realização de comícios políticos de qualquer natureza política e ideológica”,⁶² pois:

II – Como V.S.^a bem sabe, o exaltamento da multidão que habita num parque industrial resulta sempre em sérios prejuízos ao trabalho e a ordem pública, criando casos que facilmente poderão ser evitados.

III – Na expectativa de que n/ pedido será interpretado como u’a maneira de colaborarmos com as altas autoridades administrativas do Estado, pela manutenção de tranqüilidade pública, à frente essa Secretaria, que com eficiência e zelo, vem desincumbindo de s/ missão, subscrevemo-nos, Atenciosamente – Cotonifício Othon Bezerra de Melo.⁶³

No mesmo documento, escrito à mão, lemos a referência de que fora providenciada a solicitação em 23 de novembro de 1946.

De fato, a DOPS exerceu o controle sobre as greves, a pedido dos empresários e os relatos dos agentes demonstram que, ao longo dos anos seguintes, ainda na década de 1950, tais dossiês engrossavam as alegações para abertura de inquéritos. Neste sentido, por exemplo, a fábrica Cotonifício Bezerra de Mello, solicitou a abertura de inquérito policial para apurar a participação de operários, alegando que:

⁶² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário 27.922 de 19 de novembro de 1946.

⁶³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário 27.922 de 19 de novembro de 1946.

[...] II – Os operários Lorival Batista Nunes, Manoel José de Oliveira, Vicente José de Oliveira e João Matiniano da Silva, agitadores comunistas, fizeram a paralização do trabalho e induziram os demais os demais companheiros a acompanharem na sua atitude grevista.

III – Assim sendo, e com o propósito de pormos um paradeiro a tais ocorrências, é que reputamos imprescindível o inquérito policial, para a aplicação das penalidades legais.⁶⁴

Percebe-se a ação destes agentes no cerceamento à liberdade de reunião, de greve e de organização, não só no ano em que tais direitos estavam garantidos pela Constituição de 1946, mas também nos anos sucessores a 1952, como podemos constatar na greve de tecelões em Recife. Chama a atenção, no relatório de um dos agentes, o número de policiais que fizeram o cerco no início das greves da indústria têxtil Cotonifício Bezerra de Melo:

Desde o início das greves dos tecelões, foram designados pelo chefe de controle de pessoal para garantir as fábricas Amalita e Cotonifício Bezerra de Melo, no seguinte horário, de 6 as 18 horas os investigadores de nº 230 e 276, 18 as 6 horas os investigadores de nº 255 e 275.

Levo ao conhecimento de V. S., que desde segunda feira próxima passada até o presente momento as fábricas não funcionaram. O escritório Central, que abrange a 4 Fabricas e 2 Usinas no total de 85 funcionários, desde o dia 14 do corrente vem funcionando normalmente, apenas no dia 13 não trabalharam porque o comparecimento dos mesmos foram muito reduzidos.

O escritório do Cotofício Bezerra de Melo, é composto de 34 funcionários, somente 8 tem trabalhado, o restante fazem parte da greve dos tecelões.

O quadro de vigia é composto de 13 homens, havendo uma abstenção de 5 desde o inicio da greve.

Diante da ordem que recebemos de coibir reuniões de operários, nas imediações das fábricas, esta tem sido rigorosamente cumprida, tendo decorrido tudo normal até o presente momento. Sem outro assunto para o momento subs, atenciosamente, investigador nº 230.⁶⁵

⁶⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 27.922 de 26/08/1946

⁶⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Ofício da empresa dirigida ao Comissário da Delegacia Auxiliar de Recife. Prontuário 27.922 de 16 de outubro de 1952.

Esta troca entre a DOPS e a fábrica se estendia ainda ao fornecimento de informações sobre a vida de funcionários que seriam contratados. Por exemplo, foi recomendado pelo agente do Estado que um ex-operário que estava para ser contratado para participar da guarda civil, não tivesse sua contratação efetivada. Francisco Sabino da Silva é o último citado de uma lista de 24 pessoas:

Adianto a V. S que o individuo de nome Francisco Sabino da Silva foi posto fora da Fábrica da Torre como elemento de influência nas hostes do extinto PCB e ainda fazia parte da célula mencionada [José Lourenço Bezerra], encontrando-se o mesmo com a pretensão nessa secretaria no sentido de ser nomeado guarda-civil, solicitando a V.S. que seja sustada tal pretensão, adiantando que o nome do mesmo está nos documentos constante da apreensão. Saudações Antonio Joaquim de Brito (comissário).⁶⁶

Estas investigações sumárias de agentes infiltrados nas fábricas produziram, em 1946 e, principalmente em 1947, listas de funcionários comunistas que continham o número de identificação interno, nome completo, filiação, idade e endereço residencial. A quantidade de listas torna-se expressiva à medida que o número de funcionários identificados como comunistas engordam os prontuários da DOPS.

Identificamos dois tipos de troca de informação, no primeiro caso o agente comunica a DOPS sobre os operários comunistas, no segundo caso, quando identifica operários na documentação apreendida no ano de 1947, envia um comunicado à fábrica sobre o envolvimento do operário no PCB.

Essa prática de troca de informações se deu não só entre a fábrica e a DOPS, mas também entre as Forças Armadas e as outras associações e instituições assessoradas ou ligadas à Delegacia de Ordem Política e Social:

A importância do intercambio institucional como sustentáculo da rede de informação é fundamental na manutenção dos espaços de poder, operando no sentido de vigilância permanente e controle

⁶⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4645. 22 de março de 1949).

social, sendo a partir dessa perspectiva possível entender a importância dada à informação no rastreamento das pessoas, feito através da coleta, processamento e repasse dos dados em caráter local/nacional. (SILVA, 2007: 137).

Segundo Brusantin (2003), essa troca de informações foi atributo do que podemos denominar de geopolítica do controle que

Visava construir uma teia de informações sobre as cidades e seus movimentos político-sociais e o perfil dos seus Cidadãos. Ao vigiar o espaço físico e reprimir as idéias sediciosas (...). agindo com as regionais, a polícia estadual garantia a geopolítica do controle insistindo na necessidade de coesão territorial nacional coordenada por um poder central fortificado. Vale ressaltar que a própria criação do IBGE, em 1938, teve destaque junto a máquina administrativa em dois sentidos: enquanto órgão destinado a promover a regularização do quadro territorial brasileiro; e também, no sentido de estabelecer estratégias governamentais para o território, como a visão à coesão nacional. (BRUSANTIN, 2003: 25, 26).

Tal lógica repressiva da DEOPS de São Paulo pode ser interpretada à luz do controle geopolítico, o que nos permite também pensar a questão na região Nordeste

Conhecimento, vigilância e ação (...) combinada [era] destinada a conter tudo e qualquer movimento político que pudesse desestabilizar o regime. Dessa forma, não só as informações de cunho político eram valorizadas como também as econômicas, sociais e geográficas. Considerações relevantes (localização geográfica, vizinhança, linhas de comunicação e de transporte) nos oferecem múltiplas hipóteses de análises sobre a prática repressiva policial. Registrar a posição geográfica e política de uma cidade, no espaço nacional era a forma de supervisionar a circulação dos 'subversivos' que, da capital para o interior, procuraram 'fazer a revolução'. (BRUSANTIN, 2003: 26)

A lógica era identificar qualquer ação sediciosa, e fazer o mapeamento da população, e desta forma, prever os caminhos já esquematizados pela vigilância, antes mesmo de qualquer acontecimento que provocasse "perigo" a nação.

O controle geopolítico no caso de fábrica era feito através de listas negras. Conforme indica a análise dos prontuários referentes a Células do Partido Comunista Brasileiro tais listas foram produzidas no decorrer da década

de 1940 e 1950, principalmente após a apreensão de documentos no período em que o PCB foi posto na ilegalidade.

É certo que este controle social das esferas do institucional representou não só uma função repressora da DOPS, mas expôs na ordem instituída, a fragilidade da classe burguesa. O limite da democracia liberal se fundiu com a autocracia-burguesa, caracterizado pela força de quem detém acesso às funções instituídas.

Objetivou-se na troca de informações entre a fábrica e a DOPS, o controle nas vilas-operárias de: propagandas, comícios e hábitos que deveriam ser regulados pela Polícia política. Os operários identificados como comunistas passaram a ser considerados a causa dos transtornos sociais. Fixada a imagem do inimigo interno no interior da fábrica perdia-se a função e era demitido. A identificação do trabalhador como criminoso político seguiu durante a década de 1950, conforme expôs a análise das fontes. Tal perspectiva também foi identificada no interior de São Paulo, como aponta Brusantin (2003)

O fato de um indivíduo pertencer a uma associação, sindicato ou partido, contribuía para confirmar o ato criminoso. O germe do mal era comumente atribuído aos comunistas (...). Ao avaliarmos os relatórios policiais sobre o criminoso político, verificamos que reconstituir o passado histórico das atividades políticas dos cidadãos era rotina essencial para traçar o perfil do cidadão perigoso. (BRUSANTIN, 2003: 27 e 29).

2.4 Autocracia institucional em nome da democracia

Em uma sociedade de classes, nem o desenvolvimento econômico nem a democracia constituem um fim em si e para si. Cada classe possui certos interesses particulares a serem atingidos mediante o 'desenvolvimento econômico' e a 'democracia'; e pode (ou não) dispor de meios de acomodação para mesclar tais interesses com interesses que decorrem do enquadramento nacional das classes, de suas aspirações sociais e de suas estruturas de poder. Quando uma classe (ou um conglomerado de classes) destrói esse enquadramento nacional (por meios revolucionários ou contra-

revolucionários), ela (ou ele) se sobrepõe e se antepõe ao todo. (FERNANDES, 1995: 129).

Como bem expõe Florestan Fernandes, “a política acaba sendo a essência do que vem a ser o conflito das classes, na forma de organização e reprodução das relações de produção. [...] É a luta política que marca os objetivos, as tarefas.” (FERNANDES, 1995: 56) O desenvolvimento econômico também é um meio pelo qual as classes ou quase classes organizam suas forças em prol de um objetivo comum, quando o objetivo comum não se coaduna nas políticas de uma classe ou conglomerado de classes, a ordem social, baseada na “democracia” é sobreposta e antepõe a ordem liberal.

Nesse processo de sobrepor e antepor à democracia, a classe “de um lado, é uma forma de dominação. [...] De outro lado, a classe também é uma forma de negação e de contraposição, é um elemento revolucionário. [...] Aqui, temos a classe que nega a classe, que supera a classe, que vai destruir a classe no processo de se realizar e transformar como é enquanto classe.” (FERNANDES, 1995:57) Em outras palavras, o monopólio de uma classe, ou o conglomerado de classes, equaciona a democracia “ao nível dos privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente membros de tais classes (ou, conforme as circunstâncias, só as suas elites).” (FERNANDES, 1995: 129).

a democracia típica da sociedade capitalista é uma *democracia burguesa*, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado institucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’. (FERNANDES, 1979: 7).

O privilégio dessa classe que se alterna no poder, é a burguesia, que “é bastante forte para preservar seu papel real, usar o Estado nacional para se proteger e, especialmente, para estabelecer políticas econômicas que

assegurem a continuidade e aceleração do crescimento econômico sem maiores repercussões no grau de democratização e de nacionalização das estruturas de poder.” (FERNANDES, 1995: 134) Nesse processo de realização, nasce o Estado autocrático, no qual, o capitalismo da periferia “dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político”. (FERNANDES, 1975: 293)

O modelo autocrático-burguês é evocado quando se constata risco dos interesses das burguesias no Brasil, assim “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 1995: 294) são as bases dessa burguesia nacional.

Na lógica estruturada e estruturante, essa burguesia capitalista dependente e subdesenvolvida equilibra as forças para que nem mesmo “dentro da ordem”, ou seja, no espaço da política seus designios sejam ameaçados. A burguesia, não se propõe apenas em manter e consolidar sua classe, esta a cada momento, se “adequando” para a sobrevivência do capitalismo. (FERNANDES, 1995: 296).

A burguesia de capitalismo dependente e subdesenvolvido associa luxo, poder e riqueza de um lado, à extrema pobreza, opressão e repressão, de outro. Em outras palavras, “detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcances nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa”. (FERNANDES, 1975: 296)

[...] a dominação burguesa não é só uma força sócio-econômica espontânea e uma força política reguladora. Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto-defensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa do Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de ‘poder político legítimo’. (FLORESTAN, 1975: 303).

Reflexo das relações materiais de produção, a dominação burguesa, inibe, suprime e reorienta de forma espontânea e institucional, os processos econômicos sociais e políticos ao seu benefício.

Primeiro, ela visa, acima de tudo, preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas, através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém continuidade histórica e o máximo de eficácia. Segundo, ela visa ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia ao mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’, com o objetivo de garantir o máximo de continuidade e de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de assegurar o poder burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento. Terceiro, ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de auto-afirmação, de auto-defesa e de auto-irradiação de natureza coativa e de alcance nacional. (FERNANDES, 1995: 304).

Caso que se coloca como o “problema da autocracia” dissimulada numa ‘democracia forte’. Como bem nos explicita Florestan Fernandes, para que se conservasse a ordem foram instaurados, criados, recriados e instituídos mecanismos que garantissem não apenas a preservação e a manutenção da ordem posta, mas também mecanismos de cooptação. Este autor nos explicita que tais mecanismos se destinavam a “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem” apoiados pelo suporte externo imperialista (FERNANDES, 1975: 294). Nesta lógica, o poder burguês em defesa dos interesses privados e fins políticos particularistas, se “impõem de cima para baixo”⁶⁷ – num ensaio bonapartista de classe.

⁶⁷ Florestan Fernandes inicia refletindo sobre as tendências da historiografia que discutem a transformação capitalista no Brasil e na América Latina e a relação societária de dominação burguesa, contrapondo a estes autores a idéia de estágios para se chegar à *Revolução Burguesa*. Segundo ele, para chegar à *Revolução*

Estes interesses de classe alcançam a universalidade sob a forma de “interesses da Nação como um todo” (FERNANDES, 1995: 300). Insere-se como uma estrutura de dominação, no âmago das relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos (renovação e revitalização do sistema de produção, modernização, financiamento e acumulação capitalista), sociais e políticos (meios externos acessíveis de suporte preventivo, auto-afirmativo e autodefensivo de alcance nacional) por meio dos quais as demais classes ou “quase-classes” poderiam se defrontar contra esta dominação (FERNANDES, 1995: 303). A rede de autodefesa e repressão da “ordem legal” legitimada tanto institucionalmente como espontaneamente se converte em “Segurança Nacional”.

Florestan Fernandes chegou ao entendimento que a instalação de um “capitalismo selvagem” associado ao luxo, poder e riqueza, de um lado, e extrema miséria do outro, impulsionaria uma guerra institucionalizada, não só entre classes ou quase-classes, mas dentro da própria burguesia, quando se refere aos interesses “nacionais” e “estrangeiros”, mais ou menos conservadores e mais ou menos liberais, partilhados pela “grande”, “média”, e “pequena” burguesia e corporações estrangeiras.

Sua fragilidade e isolamento dos segmentos sociais que a poderiam auxiliar no rompimento com as forças conservadoras que emperram o próprio progresso do capitalismo a ação estratégica desta burguesia se uniu aos militares. Assim, militarizar-se era um caminho para assegurar os interesses particularistas e individuais.

Além disto, nos conflitos sócios culturais e nos conflitos existentes no interior do proletariado e nas classes marginalizadas e excluídas, é encontrada

Burguesa, seria necessário superar um estágio inicial para uma fase de transição, ou seja, uma revolução *anticolonial*. Florestan considera que a consolidação do capitalismo nacional interno formou as bases de um capitalismo monopolista que comportava as pressões da “dominação imperialista”. O desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem requisitos da acumulação capitalista de intensificação. Além disso, serviu de aparato burocrático para consolidar o controle da burguesia no que se refere às estruturas do poder. No entanto, o excedente econômico absorvido pela burguesia nacional gradativamente foi drenado provocando uma hipertrofia acentuada, uma concentração social de riqueza, formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão do trabalho assalariado, configurando-se, assim, uma realidade muito distinta das clássicas vias de dominação burguesa que não nasceram frágeis como as que ocorrem na América Latina. (1975).

uma possibilidade de tirar proveito para benefício próprio e defender privilégios e políticas econômicas exclusivos, pois esta situação lança uns contra os outros.

Não só certos estratos da alta burguesia se lançavam uns contra os outros, defendendo políticas econômicas ou privilégios exclusivos. Os setores médios convertiam suas frustrações e suas aspirações em fatores que dissociavam o radicalismo burguês da sua ordem burguesa existente e possível. Por conseguinte, eram as classes e os estratos de classe burgueses que rasgavam as fendas pelas quais a instabilidade política se instaurava no âmago dos conflitos de classe, no intento freqüentemente de dinamizar em proveito próprio o radicalismo pró-burguês ou antiburguês das massas populares, em geral, ou do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais, em particular. (FERNANDES, 1975: 323).

O modelo privilegiado de segurança – sustentado com reforço externo e preservação do poder – interno e, ao mesmo tempo a “pressão dentro da ordem”, pode ser entendido como autocrático⁶⁸, ou como Florestan Fernandes em uma de suas passagens intitula “movimento autocrático-burguês” (FERNANDES, 1995: 329). Autocracia entendida enquanto forma ambígua de “democracia forte”, ou seja, uma “ordem burguesa firme”, consagrando o poder absoluto (das relações de produção, das superestruturas e do aparato ideológico). (FERNANDES, 1995: 333).

O elemento político se desenhou como fundamento do econômico e do social, e implicou num dilema que deveria ser solucionado, implicou num jogo em que a classe se sobrepunha a Nação. O bonapartismo de classe rígida e aberta convertida em Estado nacional, “quando a burguesia evoluiu da auto-defesa para a auto-afirmação e o auto-privilegiamento” (FERNANDES, 1995: 343), “é através do Estado nacional, se instalara como modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”.⁶⁹

⁶⁸ “[...] uma filosofia militante e agressiva de defesa da ordem impõe correlações mais ou menos rígidas entre ‘crime’, ‘punição’ e ‘formas de punir’. É nesse plano, que muitos consideram policial-militar, mas que é jurídico e político também, que a autocracia burguesa coloca seu ideal de Estado em conexão histórica como o fascismo e com o nazismo”. (FERNANDES, 1975: 345).

⁶⁹ “A curto prazo, cabia ao Estado nacional, “deprimir” e “comprimir” o espaço político e jurídico de todas as classes ou estrato de classe (mesmo burgueses e pró-burgueses), que se erguessem ostensivamente contra a transição, opondo-se a ela por meios violentos ou pacíficos”. (FERNANDES, 1975: 344)

Assim, esse Estado que se constitui, não serviu apenas para os “interesses” gerais, mas sim a um despotismo político, para satisfazer o consenso burguês do qual se tornou instrumental, “a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia”. (FERNANDES, 1995: 346)

Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente o poder econômico, o poder social, o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante. (FERNANDES, 1995: 350)

O Estado nacional mobilizado pelas burguesias pode usar de tal força artil de violência institucionalizada que o dilacera de alto a baixo, tornando-o uma entidade política irreconhecível, mas eficaz.

O questionamento sobre o tipo de democracia que se poderia vir a ter foi foco de pesquisas e estudos de esquerdistas e direitistas no Brasil. Tacitamente, a partir do último período bonapartista, despontaram os estudos sobre a democracia liberal.

Historiadores como Chasin identificaram o período “democrático” ou de redemocratização como uma autocracia institucional, a partir de estudos desenvolvidos sobre a especificidade do caráter hiper-tardio de desenvolvimento capitalista no Brasil, dos impasses na renovação do parque industrial, do caráter conservador, da subordinação internacional econômica e tecnológica, do monopólio. Conformaram impasses tais, que aqui, não há meios de se concretizar uma democracia liberal, numa sociedade de classes. Esse caráter autocrático também foi pensado em paralelo por Florestan Fernandes na década de 1980, ressaltando também que o modelo democrático liberal nunca se aplicou ao Brasil, devido às forças conservadoras e ao uso da violência institucionalizada a serviço de quem se alterna no poder.

A repressão é importante na sociedade de classes. Engels analisa o papel da repressão encabeçada pelo Estado como um instrumento de dominação de classe.

O Estado não é, portanto um poder imposto de fora à sociedade; ele não é tampouco “a realidade da idéia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como quer Hegel. Ele é antes um produto da sociedade num estágio determinado de seu desenvolvimento; ele é a confissão de que esta sociedade está envolvida numa insolúvel contradição consigo mesma, tendo-se dividido em oposições inconciliáveis que ela não pode conjurar. Mas para que os elementos antagônicos, as classes com interesses econômicos opostos, não se consumam, elas e a sociedade, numa luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, colocado aparentemente acima da sociedade, deva atenuar o conflito, mantê-lo nos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e se torna cada vez mais estranho a ela, é o Estado. (ENGELS, 1961: 12)

CAPÍTULO III – Associações femininas e repressão na década de 1940 e 1950 em Recife Pernambuco

3.1 O movimento feminino no interior do debate histórico e historiográfico

Os estudos sobre a mulher, ou sobre as mulheres, ou sobre o gênero, como foi cunhado na década de 1980 no Brasil em sua maioria iniciam-se discutindo a história dos vencidos, contestando a história oficial, questionando o lugar da mulher, expondo a violência doméstica, a delinqüência em casos de polícia, fundamentalmente ligados a uma escrita vinculada ao gênero, que procurou romper com o paradigma da relação mulher-espaco privado e homem-espaco público. Buscou-se mostrar que a mulher está inserida na história, com isso, trouxe debates dos mais variados, como a questão do feminismo, gênero, memória, tradição entre outros assuntos abordados por autores como: DIAS (1984), MORAIS (1985), ROCHA (1985), PISCITELLI (2009).

A historiografia sobre as “esquerdas” feministas das décadas de 1990 a 2000 versam sobre militantes que participaram de guerrilhas ou de outros grupos de esquerda (Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR8, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR, Partido Operário Revolucionário Trotskista - PORT, Organização Revolucionária Marxista - Política Operária - ORM-POLOP, entre outras de resistência ao último período bonapartista do Brasil ou até mesmo na Argentina, na sua maioria constituída de memórias escritas ou obtidas através de entrevistas. O objetivo de reconstruir histórica, sociológica e psicologicamente a passagem de militantes femininas por estes grupos representou e representa estudos de fôlego que trouxeram discussões sobre a questão de gênero. Neste sentido, entre outros autores encontramos: COLLING (1997), PERROT (1998), FERREIRA (1996), JOFILLY (2005), FÁVERI (2007), RODRÍGUEZ (2001), WOLFF (2007).

No entanto, tais estudos ainda tratam da militância feminina no Brasil tomada enquanto uma totalidade, sendo ainda raras as reflexões que adentram as especificidades destas atividades em regiões ou Estados.

Com a abertura dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em 1990 foi possível traçar o percurso da vigilância, repressão e opressão desencadeada por este órgão sobre o movimento feminino. Neste artigo em específico, a análise de documentos do acervo do arquivo de Pernambuco⁷⁰ demonstrou como se deu a militância de mulheres naquela região, em geral integrantes do Partido Comunista e também de outras organizações que faziam críticas ao governo ou que simplesmente expressam de forma organizada suas demandas sociais, foi possível no interior desta documentação nos deparamos com um acervo instigante sobre a vigilância de uma das personagens que atuaram na região, militantes do PCB; trata-se de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Assim, apesar do avanço dos estudos sobre gênero, ainda são poucas as reflexões que se baseiam na análise de prontuários da DOPS, na repressão desencadeada por este órgão no interior das organizações de esquerda e menos ainda, no interior destas organizações em Estados brasileiros nos quais a articulação do PC, por exemplo, foi das mais ativas conforme se verifica no Estado de Pernambuco.

Para a DOPS o movimento feminino era um perigo a “ordem e aos bons costumes”; e a adesão de mulheres à política traria conseqüências danosas para a nação. Na II Conferência Nacional de Polícia em 1958 consideraram que a entrada de mulheres na política promoveria: “o rompimento da unidade da família brasileira, a quebra da nossa formação, tradicionalmente cristã, e, com isto, a marcha para o caos moral social”. (LIMA et. al., 1989: 56). Ou seja, os agentes do Estado pregavam a defesa da ordem social, política e moral da família e dos bons costumes.

A participação de mulheres nos espaços públicos começou não só em Recife como em todo Brasil a despontar com maior evidência a partir da liberação do voto feminino. Os direitos garantidos na Constituição de 1932- nem

⁷⁰ Arquivo Estadual Emerenciano no Recife.

sempre cumpridos, versaram sobre a regulamentação do trabalho (Decreto 21.470), determinavam salário igual para trabalho de igual valor; proibição do trabalho no horário noturno, das 22 horas às 6 horas da manhã, com exceções, em hospitais e sanitários; a proibição do trabalho feminino em transporte de materiais inflamáveis. Também foi proibido o trabalho da mulher no mês anterior ao parto; e em caso de aborto, eram previstas duas semanas de repouso, além de dois descansos diários por semana para a amamentação e um berçário dentro da fábrica. (LIMA, 2004).

Além dos direitos individuais conquistados nesta década, destaca-se entre outros fatos históricos de relevância, o decreto de Vargas suspendendo a Carta Constitucional de 1934 e instauração do Estado de Sítio em 1935, na seqüência em 23 de dezembro de 1935, fora criada a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em 1936, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Tais medidas foram justificadas pela ameaça do que foi denominado pelo governo de Intentona Comunista.

Só depois de dez anos, em 1945 foi editada uma nova Carta Constitucional. Conforme a historiografia já analisou exaustivamente, na esteira da abertura política, mesmo esta não se dando de forma pacífica, ocorreu a morte de Demócrito de Souza Filho, estudante de Direito, morto na sacada do *Diário de Pernambuco* e Manuel Elias dos Santos, carvoeiro, também assassinado dias depois. (RESENDE, 2005: 122). Alguns enclaves ditatoriais foram derrubados e negociados; como a anistia aos presos políticos de 1935, a legalização do PCB, o estabelecimento de novas eleições e a possibilidade de inscrição de novos partidos⁷¹, além da liberdade de expressão, atendida através da extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o direito à associação (em sindicatos, partidos, e outras entidades) e outras garantias representadas pela CLT. Todas estas circunstâncias criaram uma sensação de que as garantias fundamentais do direito liberal estariam asseguradas pelas leis. Porém, como será visto. O período que vai de 1945 a 1948 acentuou a vigilância e a repressão por parte dos agentes da DOPS, manteve-se a vigilância e

⁷¹ Ato Adicional n. 9 de 28 de fevereiro de 1945.

controle social principalmente em relação aos integrantes e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) posto na ilegalidade no ano de 1947.

Percebe-se que se atribuiu à polícia não só a missão de assegurar a manutenção da ordem e de verificar as infrações penais como também o poder de, em certa medida, ditar normas, ou seja, o direito de interdição ou regulamentação sobre atividades da vida cotidiana. (CHATALA, 1975: 22). Na luta de poder no interior das relações sociais a violência foi representada pela opressão ao gênero feminino.

A história de vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti e a trajetória de inúmeros militantes do PCB, assim como de várias associações de esquerda, e até de pessoas que não estiveram associadas diretamente aos movimentos de direitos, foram, nas décadas seguintes, não apenas vigiadas e perseguidas, mas passaram por situações constrangedoras, chegando ao ponto do aniquilamento da vida, desaparecimentos e prisões arbitrárias.

A partir das categorias emanadas de fatos extraídos da documentação produzida pela DOPS, de bibliografias sobre o PCP, recortes de jornais sobre o período foi possível apresentar como se deu as discussões sobre a questão de gênero emergidas da realidade histórica vivenciada, tanto pelos movimentos femininos e seus embates, como sobre a visão que a DOPS tinha destes grupos e principalmente a vigilância e repressão desencadeada por esse órgão. Ou seja, os agentes do Estado pregaram a defesa da ordem social, política e moral da família e dos bons costumes.

Portanto, busca-se evidenciar as relações percebidas na construção dos ideários de luta dos movimentos femininos, dos embates internos do PCB, no discurso policial sobre a construção do lugar da mulher, seu papel na sociedade.

Nestas décadas analisadas, de 1934 a 1964 as reivindicações giravam em torno de direitos sociais, como por salários iguais, creches, escolas, hospitais, entre outras questões, aglutinaram mulheres e militantes de várias correntes

[...] principalmente, em torno dos problemas mais imediatos e concretos como o custo de vida, o bairro e, ao trabalho fora, por

questões ligadas à fábrica, ao salário, à diminuição da jornada de trabalho; ou seja, eram lutas pelo direito de sobrevivência muito mais que por cidadania igualitária. (PENA apud LIMA, 2004: 16)

As mulheres que se organizaram neste período expressaram as demandas sociais não só vinculadas à vida privada, no universo de suas vivências enquanto esposas, mães e mulheres, bem como buscaram articular tais vivências com os acontecimentos políticos vinculados à vida pública. É o que se observa analisando a documentação apreendida, na qual fica claro como as organizações que emergiram no período pós-período bonapartista varguistas, partiram da vida privada para a vida pública e como tal trajetória as impulsionou a enfrentar, não apenas a repressão, mas também uma cultura que considerava ser o papel da mulher essencialmente voltado para a vida privada, para o lar e para a família.

É neste contexto e com esta tônica que surgem organizações como, por exemplo, a “União Feminina, criada para atender à política de ‘frente popular’, estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, o Comitê das Mulheres pela Anistia em 1945, que se transformava no Comitê das Mulheres pela Democracia, o Instituto Feminino do Serviço Construtivo criado em 1946, a Federação das Mulheres do Brasil em 1949, e várias outras entidades”. (COSTA, 1984 apud BRANDÃO, et. al., 1994: 101).

[...] o que poderíamos chamar de ‘feminismo de esquerda’, no Brasil, não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista mundial. Sua vinculação com os acontecimentos políticos e conjunturais interessavam mais à política mundial stalinista do que aos interesses específicos das mulheres às quais diziam representar. Esse foi o caso da União Feminina, criada para atender à política de ‘frente popular’ estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, o Comitê das Mulheres pela Anistia em 1945, que se transformava no Comitê das Mulheres pela Democracia, o Instituto Feminino do Serviço Construtivo criado em 1946, a Federação das Mulheres do Brasil em 1949, e várias outras entidades. Todas sempre vinculadas e atendendo à política do PCB. (COSTA, 1984 apud BRANDÃO et. al., 1994: 101)

O movimento feminino em Recife, assim como no Brasil, ao longo dos anos assumiu, ainda “várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal”. (BRANDÃO et. al., 1994: 95). Na esteira desse movimento, encontra-se o PCB, partido que assumiu a discussão sobre a posição da mulher na sociedade e em sua estrutura.

Embora autores como SARDENBERG e COSTA destaquem da documentação que “[...] o PCB via a mulher principalmente como dona de casa e mãe e esforçava-se para preservar este papel” a mesma documentação nos permite apurar como pensaram a participação de mulheres e a entrada de novas na militância do partido. Como demonstra o documento do Comitê Central (1947) intitulado ‘Acelerar a Organização de um Poderoso Movimento Feminino de Massas’:

É indispensável fazer, em cada organismo do Partido, um apurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas para a possibilidade de qualquer atividade nas filas do nosso Partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso partido sem prejudicar suas tarefas domésticas. Outro assunto a estudar é a vantagem ou não, da necessidade ou não, de permitir em nosso partido a existência de células femininas, isto é, exclusivamente de mulheres. Estas células tanto podem surgir através de organismos de massas femininas, como servir de ponto de partida, como força motriz inicial para a organização feminina de massas. (BRANDÃO et. al., 1994: 102).

Observa-se que, embora o autor enfatize a questão do partido sobre a posição da mulher nas tarefas domésticas e procurasse reduzir ao máximo as exigências como integrante do partido, o PCB teve como objetivo incorporar as mulheres no espaço político. De acordo com a análise do IV Congresso, na década de 1950, as mulheres encontravam-se “vítima, como mulher, das mais injustas e brutais discriminações no terreno econômico, político e social e, até no

terreno jurídico, encontra-se em posição de inferioridade”. De forma que na visão do PCB

As mulheres são vítimas de toda espécie de preconceitos feudais e burgueses. Em sua esmagadora maioria, vivem na ‘escravidão doméstica’, esmagadas pelo trabalho mais árduo, subalterno e embrutecedor da cozinha. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 128).

Neste mesmo Congresso, Prestes salienta a importância da participação de mulheres no Partido Comunista do Brasil. Segundo a análise, estas deveriam expressar os interesses das diversas classes sociais, fossem operárias, camponesas, donas-de-casa, comerciárias, funcionárias públicas, artesãs, intelectuais, nas suas palavras “as grandes massas femininas”:

É impossível organizar a ação vitoriosa das forças democráticas e patrióticas em defesa da paz, pelas liberdades e pela independência nacional sem a participação das grandes massas de mulheres-operárias, camponesas, donas-de-casa, comerciárias, funcionárias públicas, artesãs, intelectuais, etc. as grandes massas femininas de nosso povo podem e devem ser ganhas para a ação em defesa dos seus interesses e direitos e para a frente democrática de libertação nacional. Sem a participação de mulheres não pode haver nenhum verdadeiro movimento de massas. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 127).

Apesar da ênfase nas demandas classistas e de gênero e de reconhecerem a importância da participação de mulheres no PCB, fica evidente que no interior da discussão, problemas como a falta de credibilidade e subestimação dessa força feminina como obstáculos a serem superados pelos integrantes do partido, resultando em que o movimento feminino foi desprezado e negligenciado.

A negligência, a subestimação, o desprezo pelo movimento feminino constitui sério obstáculo à aplicação da política do Partido e traduzem grave tendência oportunista que deve ser energeticamente combatida nas fileiras do nosso Partido. É tarefa primordial do Partido Comunista travar uma luta infatigável para libertar da influência dos latifundiários e da burguesia as massas femininas, despertá-las, educá-las politicamente e organizá-las sob

a bandeira do proletariado. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 128).

O dilema travado dentro do PCB não era específico deste partido, mas uma questão cultural expressa nas relações sociais construídas historicamente; como o 'machismo, paternalismo e o patriarcalismo', mais arraigado do que a subestimação da força da mulher enquanto militante.

Há nas fileiras do Partido, incompreensões e subestimação a respeito da importância da atividade partidária no sentido de despertar para a luta as grandes massas de mulheres. O trabalho feminino está, de modo geral, à margem das atividades das Organizações de Base e demais organizações partidárias. Resiste-se a colocar o trabalho entre as mulheres como uma de nossas principais tarefas. Prevalece a idéia de que esse trabalho é uma atividade à parte, de responsabilidade exclusiva das Seções e das encarregadas do trabalho feminino e das Organizações de Base femininas. Nas reuniões partidárias raramente se discutem os problemas do trabalho entre as mulheres. As tarefas do trabalho feminino de massas, que algumas companheiras realizam, não contam com a devida ajuda ou não recebem ajuda alguma. As camaradas que realizam trabalho feminino comumente são deslocadas para outras atividades. Tudo isso causa sérios prejuízos ao movimento. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 132).

Ainda tentando romper com o posicionamento da década anterior a 1950, foi preciso um pronunciamento do Comitê Central do PCB para convencer a própria militância sobre a importância da participação das mulheres no partido, declarando que os problemas eram de ordem geral:

A mulher trabalhadora seja operária, camponesa, artesã, simples dona-de-casa, empregada ou intelectual, sofre como qualquer trabalhador as conseqüências da dominação do Brasil pelo imperialismo norte-americano e o peso do regime dos latifundiários e grandes capitalistas, que impedem o progresso do Brasil e mantêm seu povo no atraso, na miséria e na ignorância. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 128).

Ressalta ainda o mesmo documento, esclarecendo que tais posicionamentos são frutos da velha concepção que defende a superioridade do

homem sobre a mulher, denominada por seus integrantes como uma causa de ordem ideológica “Determinando esta situação, profundamente insatisfatória, encontramos nas fileiras do Partido uma causa de ordem ideológica. Muito de nossos militantes são portadores da velha concepção que defende a superioridade do homem sobre a mulher, a velha idéia do homem como ‘senhor’”. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 132).

Em geral reconheceu-se tacitamente que as questões que se referiam à emancipação de gênero e a opressão à mulher tangenciavam as questões sociais, como a dominação do imperialismo norte-americano, o latifúndio e os grandes capitalistas. Os embates sobre a questão de diferenças de gênero deveriam ser superados não apenas na sociedade, mas também e principalmente no próprio PCB. Pois a questão que se colocava era a quantidade de mulheres que estava à margem da política

Milhões de mulheres exploradas e oprimidas continuam desorganizadas, completamente alheias às lutas do povo. São milhões que vivem afastadas, não apenas de qualquer atividades política mas das menores lutas de suas irmãs mais esclarecidas, em defesa da paz e da infância, contra a miséria e pela emancipação da mulher. Precisam ser despertadas, aguardam quem as oriente e dirija na luta por seus direitos e aspirações, a mulher operária quase não participa do movimento sindical. A mulher camponesa, na sua esmagadora maioria, permanece esquecida e desorganizada. Apesar da influencia crescente da Federação de Mulheres do Brasil, não se sente na vida política brasileira a existência de um poderoso movimento feminino de massas. As mulheres ainda não influem decisivamente como poderiam e deveriam fazê-lo, no desenvolvimento dos acontecimentos políticos. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 131).

A orientação do PCB em assimilar o interesse de mulheres à participarem do movimento feminino ocorreu de formas diversas. Desde a desvinculação crenças ou religiões, até a identificação de suas aspirações e reivindicações. O objetivo era “despertar as mulheres para a atividade política” (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 135). Tal participação abarcava os vários segmentos da sociedade e de várias classes sociais, e essas mulheres deveriam ser orientadas porque representavam na visão deste partido:

uma população ativa de 36.560.000 de pessoas, 18.470.000 são mulheres. Cerca de dois milhões de mulheres participam da atividade produtiva na indústria, na agricultura e no comércio.

Mais de 400 mil mulheres trabalham na indústria, sendo que na indústria têxtil labutam 100 mil operárias, o que representa 59% do total da mão de obra nesse ramo industrial. (...) estão as mulheres operárias sujeitas a toda sorte de discriminações e recebem, em geral, para o mesmo trabalho realizado pelos homens, um salário inferior ao deles.

Difícil também é nas grandes cidades, a vida de centenas de milhares de comerciárias, bancárias, professoras, funcionárias públicas, intelectuais e artistas. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 129).

Numa breve análise, observa-se que para o partido as mulheres deveriam ser organizadas e direcionadas para as causas públicas sob a bandeira do proletariado:

Um amplo movimento de massas feminino só poderá desenvolver-se se tiver à sua frente a vanguarda esclarecida e organizada do proletariado, se for dirigido politicamente pelo Partido Comunista, único capaz de dar solução a todas as questões que afligem as mulheres. Só os comunistas, como lutadores conseqüentes contra toda espécie de opressão, pela liberdade e a democracia, são lutadores intransigentes pela emancipação da mulher, por todos os seus direitos e aspirações. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 128).

A instrução do Comitê Central para os militantes e as militantes do PCB era a de que deveriam aglutinar as principais reivindicações das mulheres de diversas classes sociais, unindo-as através da política

A orientação fundamental do trabalho do Partido é no sentido de ganhar para a vida política, para os objetivos e as tarefas do Programa do Partido e para a frente democrática da libertação nacional as grandes massas de mulheres, particularmente operárias e camponesas, esposas, mães, irmãs e filhas de operários e camponeses. É dever de cada comunista, onde quer que atue, na fábrica, na fazenda, no bairro, no sindicato, no movimento da paz, em qualquer organização de massa, tudo fazer para atrair as massas femininas para todos os movimentos democráticos e para a luta, tudo fazer para organizar e unir as mulheres num amplo movimento de massas sob a liderança do Partido Comunista. (...) Sem isto, dificilmente conseguiremos arrancar a mulher do jugo opressor e embrutecedor do atual regime

do atraso, da ignorância, do isolamento a que esta relegada, dos velhos preconceitos feudais e burgueses a que esta escravizada. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 134).

As sugestões para convocar e incorporar as mulheres ao PCB eram das mais diversas, desde a “constituição de uma comissão de luta por uma única reivindicação, a instalação de uma escola, a rebaixa do preço de um determinado gênero alimentício, o calçamento de uma rua, etc. Iniciativas como aula de corte e costura ou culinária, instalação de creches ou simples berçários, venda de gêneros de consumo popular, bailes, palestras, cursos de alfabetização, etc. se bem empregados, eram consideradas de grande utilidade para despertar as mulheres para a atividade política. Particular atenção deveria ser dada ao problema da infância, que tão de perto tocava as mulheres e que mais facilmente poderia convencê-las da necessidade de se organizar e de lutar”. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 135).

Também as mulheres participantes da Federação de Mulheres do Brasil⁷² tiveram orientações do PCB de “estreitar e reforçar os laços de amizade e solidariedade com o movimento internacional, em particular com a Federação Democrática Internacional de Mulheres” (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: p, 138) com a seguinte instrução:

As militantes comunistas devem defender permanentemente e intransigentemente a mais ampla política de unidade, saber trabalhar infatigavelmente pelas unidades de ação da Federação de Mulheres do Brasil com as demais organizações femininas existentes no país. Lutando para fazer estreitar e reforçar os laços de amizade e solidariedade do movimento dos países, em particular com a Federação Democrática Internacional de Mulheres. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004:: 138).

Com relação às mulheres que trabalhavam em fábricas, a orientação era a de se organizarem e serem instruídas sobre seus direitos e garantias constitucionais. Tais demandas podem ser perceptíveis nas discussões e nas

⁷² No ano de 1957 a DOPS suspendeu o funcionamento por seis meses da Federação de Mulheres do Brasil e a Liga de Emancipação Nacional. (LIMA, 2004).

pautas a serem cumpridas junto à Primeira Conferência das Mulheres Trabalhadoras realizada no Rio de Janeiro em 1956, cujos objetivos eram

14 – Recomendar a todos os sindicatos associações operárias que criem Departamentos Femininos incumbindo-os do trabalho sindical junto à mulher trabalhadora; 15 – recomendar aos sindicatos, associações e comissões presentes para que organizem debates, discussões e palestras de esclarecimento para todas as trabalhadoras instruindo-as sobre os direitos assegurados à mulher na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 110).

Continua o documento salientando a importância da participação de mulheres em eleições, tanto em sindicato, quanto em associações. Pois estas deveriam concorrer aos postos de liderança e serem sindicalizadas, como se pode observar, na continuação do documento:

16 – recomendar que nas próximas eleições sindicais sejam incluídas mulheres trabalhadoras na chapa das diretorias, dos conselhos fiscais e demais órgãos dirigentes dos sindicatos...18 – Recomendar aos sindicatos, associações e organizações que, ao procederem as eleições ou nomearem delegados dos trabalhadores nas empresas e, onde a maioria for de mulheres, seja eleita ou nomeada também maioria de mulheres. (Comitê Central Partido Comunista, Março 1955 apud LIMA, 2004: 110).

Desta forma, bem como salienta TELES

Essas mulheres estavam preocupadas com a existência de uma opressão específica que atinge, embora de maneira diferente, todas as mulheres, independente da classe ou camada social, grupo étnico ou cultura a que pertençam. Não eram nesse sentido, feministas. Sua preocupação era no sentido de melhorar as condições de vida das mulheres enquanto donas-de-casa e trabalhadoras. (TELES, 1993 apud LIMA, 2004, p,17).

Estas e outras associações surgiram ao longo das décadas de 1940 e 1960. Por ser um número relevante, cada uma procurou, através da política, através do acesso ao desenvolvimento da vida material, ou através do feminismo, promover discussões que incorporassem as questões de emancipação do gênero e principalmente, as lutas que deveriam despontar para cada demanda ser atendida.

3.2 A repressão desencadeada pela DOPS à C.M.P.D

Entre as associações vigiadas pela DOPS, encontramos na década de 1945 a intitulada Comitê de Mulheres Pró-Democracia do Recife (C.M.P.D), fichada pela DOPS, em 20 de novembro de 1945, como mostra o ofício enviado pelo Serviço Secreto, nas palavras do investigador “obedecendo às nossas normas de serviço, estamos acompanhando os passos da recente organização, colhendo o que interessa a esta DOPS”⁷³

Na sua constante faina de infiltrar-se no seio da massa, sob as mais diversas camuflagens. O Partido Comunista do Brasil se radica dia a dia, com o surgimento de novas organizações de caráter apolítico, mas, em verdade, legítimas ramificações vermelhas.⁷⁴

Uma das questões que pode ser destacada é o ano da criação da associação, data do período de abertura política e da possibilidade de associações participarem ativamente da política. Continuando o ofício:

Entre tais organizações, surge com invulgar destaque o ‘Comitê de Mulheres Pró Democracia’ [...] Essa organização está usando de inteligente meio de difusão, mantendo escolas [...] e bibliotecas, onde ministram ensinamentos doutrinários aos seus freqüentadores.⁷⁵

Continua o Serviço Secreto no ofício, informando que as dirigentes da associação são Edite Coutinho, Neuza Cardin e Edite Góis.

Em outro ofício, de 10 de abril de 1946, determinados agentes da DOPS descreveram sobre uma das reuniões. Essa teve o caráter de identificar as

⁷³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário de n. 31.430.

⁷⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário de n. 31.430.

⁷⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário de n. 31.430.

demandas e as reivindicações que deveriam se estabelecer para “melhoria” de vida:

Comunico-vos que realizou-se no dia 9 p.p. na rua do Hospício, 477, 1º andar, a sessão do COMITÉ DA MULHER PRO DEMOCRACIA, tendo se iniciado as 19,30 encerrando-se as 20,30. Contava a sessão com a presença de 50 pessoas, todas do sexo feminino, presidida por NEUSA CARDIN e secretariada por EDITE COUTINHO.

Foi tratado nessa sessão a formação da diretoria definitiva e apresentação de reivindicações, quanto a formação da nova diretoria, ficou determinado para ser tratado noutra sessão e, as reivindicações apresentadas foram as seguintes:

Carestia de vida

Aluguel de casa e luvas.

8 horas de trabalho

Salário igual do menor adulto

Auxílio ao camponês e entrega das terras devolutas.

Foi também iniciado os trabalhos para formulação de uma nova comissão de ‘donas de casa’ para trabalhar junto a comissão de tabelamento, para fiscalizar as firmas importadoras, evitando o cambio negro.

Estava presente a reunião CANDIDA MARANHÃO, componente do Partido Comunista do Brasil, secção de Pernambuco.⁷⁶

O prontuário de n. 31.430 segue composto pelo documento de abertura da associação, de folhetos de propaganda e vários recortes de jornais. Vale destacar que os recortes de jornais, diziam respeito sobre futuras reuniões, para convocar as mulheres a participarem e, em outros momentos, as informações contidas nos jornais diziam respeito às discussões internas e sobre as quais foi “determinado”, conforme publicado no *Jornal do Comércio* de 23 de abril de 1946:

O ‘COMITÉ’ DE MULHERES PRÓ-DEMOCRACIA E A FUTURA CONSTITUIÇÃO

Sugestões alvitradas – Medidas práticas contra a inflação e a carestia – Habitação popular e alugueis de casa – Horário de trabalho – Notas

Em sua última reunião, após animados debates, o ‘Comitê de Mulheres pró Democracia enviou ao presidente da Comissão Constitucional, da Assembléia Constituinte, a seguinte mensagem:

⁷⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 31.430. 11 de abril de 1946

'Exmo. Snr. Presidente e demais membros da Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte. [...]

Sintetizando o pensamento das que compareceram às suas reuniões, pedimos permissão para apresentar a vv. excias. as reivindicações abaixo:

1) Proteção à maternidade, à saúde do Povo e à infância [...]
Criação de Maternidade, Pronto-Socorros e Creches [...]

2) 'Para igual salário, igual trabalho' punir severamente, a exploração do sexo feminino e dos menores como também não permitir disparidade de vencimento de funcionários públicos federais e estaduais de uma mesma classe.

3) Criação, pelo governo, em cada capital, de uma 'Casa para Moças', visando facilitar a hospedagem das que desejem estudar ou trabalhar e não residem na capital.

4) Medidas eficientes para combater a inflação, como sejam:
a) incentivo imediato à produção; b) entrega imediata e gratuita de terras devolutas aos camponeses, e criação, pelo governo, de Cooperativas provisórias para mantê-los nos primeiros meses. c) repressão severa ao cambio negro, fiscalizando-se principalmente a classe dos importadores. d) criação, em cada Estado, de uma 'Comissão de Donas de Casa', para cooperarem com a Comissão de tabelamento, na fiscalização de preços. e) criação, pelo govêrno de Cooperativas sem intermediários, de modo a favorecer, realmente o Povo. [...].⁷⁷

Segue o anúncio do jornal com 21 solicitações. Destacou-se ainda a questão de moradia, o direito ao ensino secundário e superior aos pobres do interior, o afastamento do trabalho público cursando o ensino superior, o incentivo público à cultura, o ensino obrigatório para detentos analfabetos e a criação de escolas penitenciárias (transformando-as em reformatório) e a proteção à velhice. Aos menores, eram reivindicados o ensino primário e o secundário gratuitos, além do fornecimento de livros e de uniformes, a federalização do ensino, a criação de universidades populares e de bibliotecas públicas especializadas, a criação de "repúblicas" para alunas de medicina na universidade, o estágio na própria universidade com a criação de hospitais e clínicas. Já, no caso das condições trabalhistas: 8 horas de expediente para qualquer profissão, inclusive no interior; transporte, pensão não menor que o salário mínimo, proteção aos diaristas etc.

⁷⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 31.430. 11 de abril de 1946.

Sobre o Comitê de Mulheres Pró-democracia pode ser observado que não era anunciado no jornal da *Folha do Povo*, dirigida pelo PCB. Essa observação conota que cada anúncio foi pago por suas colaboradoras, já que constava no estatuto, na parte de direitos e deveres. A associação era mantida pelas próprias mulheres que se integravam ao Comitê. Com os valores arrecadados eram promovidos cursos de capacitação e de educação de adultos.

Como pode ser notado, no interior das questões abordadas não foram levantados problemas específicos de gênero. Essa questão se apresenta no interior do desenvolvimento das capacidades intelectuais, da sobrevivência e do acesso aos meios de produção, ou seja, capacitar as mulheres para sua emancipação, pois, ao analisar no interior das reivindicações, a classe excluída esteve reivindicando melhorias para sobressair através da educação, do divórcio, da criação de escolas e moradias para ambos os sexos.

Notam-se, principalmente, reivindicações para a mulher e para as crianças, já que o amparo à criança estava ligado à mãe solteira. Não estando apenas ligadas às questões de gênero, essas mulheres participantes da associação também reivindicavam melhorias para os camponeses, a divisão de terras, tanto quanto os problemas com relação ao custo de vida, moradia que não atingia apenas mulheres, mas a sociedade em geral. Temos, portanto, uma associação ligada às classes excluídas e pertencentes a esta classe, reivindica em seu nome à assistência do Estado. Essas mulheres questionavam o problema específico dos privilégios da elite dominante.

3.3 Militância e vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti

Como participante e militante do movimento feminino de Pernambuco, ao longo das décadas de 1930 e 1960, Adalgisa participou e ajudou a criar vários comitês, ligas e associações de mulheres, tais como o Comitê de Mulheres pela Democracia, a União de Mulheres, a Associação de Mulheres e a Liga Feminina, todos com atuação em Pernambuco, além de distribuir o jornal *Tribuna Feminina* e a revista *Movimento Feminino*. Em 1947, já como deputada estadual integrou várias campanhas, como, o “Petróleo é nosso”, contra a ida de soldados para a Coréia e a formação da Frente do Recife.⁷⁸ (CAVALCANTI, 1978: 268).

Todas as atividades da militante foram intensamente vigiadas e todos os movimentos reivindicatórios que criou ou dos quais participou, foram reprimidos, fechados e considerados ilegais. Assim, foi presa muitas vezes; até 1963, foram 19 prisões. Sabemos apenas que, de todas as prisões que sofreu, a que mais durou foi uma de dois anos no *Presídio Feminino Bom Pastor*, já com 60 anos de idade, nos idos anos do Golpe Militar de 1964.

Adalgisa Rodrigues Cavalcanti nasceu na cidade de Glicério⁷⁹, no ano de 1907, no sul do Estado de Pernambuco, filha de Joaquim Justo Rodrigues de Freitas, e Maria Madalena Rodrigues de Freitas Neves. Foi adotada aos 11 meses por Silvio de Aguiar Campello e esposa.

Durante a infância morou na cidade de Olho D’água dos Brejos, chamada também de Rio Branco e posteriormente Arcoverde. Adalgisa foi para a escola primária aos cinco anos. Sua infância foi marcada por eventos singulares, como as constantes “visitas” de cangaceiros em sua residência. Entre eles Antonio Silvino e Antonio Godê. De seu mundo de criança, lembra-se que, quando os cangaceiros chegavam, sua “mãe adotiva botava aquelas agulhas nas máquinas

⁷⁸ A Frente do Recife era constituída pelos comunistas, socialistas, trabalhistas e de grande número de pessoas sem partido.

⁷⁹ Cidade posteriormente chamada de Paquevira.

manuais e costurava os sacos, preparava a comida que eles mandavam”.⁸⁰

Para Adalgisa, a “visita” dos cangaceiros era motivo de festa. Conforme explica:

Eu gostava porque todas as segundas feiras os cangaceiros vinham para a feira de São Sebastião em Umbuzeiro. Eles me chamavam de ‘a menina’. Quando chegavam, faziam lá um doce africano chamado de ‘beira seca’, cocada, essas coisas... eu gostava mesmo e sentia por eles uma atração devido a um óleo que eles usavam no cano do rifle das carabinas. O óleo era de ‘horisa’. De forma que fui assim criada nesse ambiente.⁸¹

Dentre os grupos de cangaceiros que invadiam a casa destacava-se o de Lampião. Havia também os “que não eram profissionais”, como por exemplo, o formado por um líder intitulado Doutor Augusto Santa Cruz, que ameaçara seus pais de morte, “esses, a ultima vez que tiveram em nossa residência, foram para matar o meu pai. Ele fugiu e nós tivemos que ir embora... Foi quando viemos para o Recife”.⁸²

Casou-se em 1922 aos 16 anos com Tito Cavalcanti⁸³ e iniciou sua vida política influenciada pelo seu marido e por amigos ferroviários como Agostinho Dias de Oliveira, entre outros. Na década de 1930, entrou no movimento da Aliança Liberal Nacional, e sua participação lhe permite adentrar à discussão historiográfica sobre o período. Segundo ela, a revolução foi antecipada, assim explica:

Eu, por exemplo, que fazia parte do movimento, vim saber da revolução no domingo ao meio dia. Arrebentou, houve esse desencontro, levantou-se Natal, depois aqui [Recife], depois Rio [de Janeiro]. De modo que não foi uma coisa bem organizada e por isso falhou. Falhou até em armamentos (...). Eles se dispersaram.⁸⁴

⁸⁰ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁸¹ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁸² FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁸³ Tito Cavalcanti na época tinha 26 anos, era ferroviário, filho de fazendeiros e neto de latifundiários.

⁸⁴ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

Adalgisa conta que sua primeira prisão foi no ano de 1936, após sua casa foi invadida, remexida e revirada por policiais em busca de material subversivo. Todos os amigos presentes foram levados à Delegacia de Segurança, crianças e adultos, no total de seis pessoas.

Naqueles idos anos, a polícia não disponibilizava carros, e todos que foram detidos na casa de Adalgisa seguiram a pé até a delegacia. Conta Adalgisa que naquele dia, estava havendo a Procissão dos Passos. De modo que enquanto caminhavam misturavam-se presos e tiras, beatos e religiosos. Numa confusão de Santos e reprimidos. Quando chegaram à delegacia foram abordados pelo Capitão Malvino Reis, que logo quis saber quem era dona Adalgisa. Ela descreve que o delegado olhou-a

Com os olhos esbugalhados, vermelhos, parecia um cão raivoso – e disse: ‘A senhora vai ter que contar tudo, tim tim por tim tim, pois tenho graves denúncias sobre suas atividades subversivas’. Respondi-lhe: ‘não vou dizer nada, porque de nada sei.’⁸⁵

Enquanto seu inquérito caminhava, lembra-se ela, os outros cinco prisioneiros acompanhantes foram liberados. Na prisão também se encontrava Alicia - a companheira de Ferro, a companheira de Caetano Machado, Mercedes e tantas outras companheiras dos líderes do movimento comunista. A companheira de Luís Bispo que foi torturado e morto no ‘Brasil Novo’. A companheira de ‘Cabelo de Rato’, morto também no ‘Brasil Novo’.⁸⁶

Adalgisa permaneceu presa por pelo menos 15 dias, incomunicável, nem o marido teve direito de visitá-la. Na entrevista, num suspiro de alívio ela desabafa, “Ele escapou de ser preso também, porque estava viajando”. Para Adalgisa o período que corresponde ao Estado Novo foi um dos mais negros, tiveram prisões, deportações e toda uma série de perseguições. No Brasil Novo,

⁸⁵ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁸⁶ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

como ela o chamou. “Foram quinze anos de miséria, foi uma nuvem negra que se abateu sobre o povo brasileiro”.⁸⁷

Após o movimento de 1935, conta Adalgisa que o movimento fascista, integralista tomou força, os comícios ajudaram “Com aquela pregação para os pais de família... De forma que resultou... Deram aquele golpe”.⁸⁸ Sendo instituído o Estado de Sítio e a instaurado o Estado Novo.

Com o término da Segunda Guerra Mundial veio a anistia aos presos políticos que já se encontravam há anos encarcerados. Nesta ocasião uma comitiva foi designada para recepcioná-los na entrada do presídio, conta Adalgisa que

Abriram-se os portões da velha Casa de Detenção, testemunho de tantos sofrimentos e tantas amarguras. Quem abriu os portões do velho Cárcere, foi Coronel Viriato de Medeiros, querendo parecer ao povo como democrata. Mas a marca do perseguidor, do torturador, não é fácil de ser apagada, porque o povo não esquece, porque o povo não perdoa.⁸⁹

Foram libertos

Lauro Campos Góis, José Albino Ferreira de Miranda, Valter Wansberg, de cujo nome real não lembro – primeiro operário da Pernambuco Tramwys -, Pedro Celestino – da construção civil (...) Partimos em passeata até o Parque 13 de maio realizando um comício improvisado.⁹⁰

Com a volta da legalidade do Partido Comunista, iniciaram-se as atividades legais do PCB e o movimento feminino ressurgiu. Lembra Adalgisa que a primeira organização formada foi o *Comitê de Mulheres Pró-democracia* sob as lideranças de Neuza Cardim, funcionária pública e jornalista, Edith Coutinho, Edith Góes, Iracema de Castro entre outras.

⁸⁷ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁸⁸ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁸⁹ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁹⁰ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

Essas mulheres faziam parte dos diversos partidos políticos porque as nossas organizações de massas não tinham cores partidárias nem religiosas. Aceitava mulheres católicas, protestantes, espíritas... Em síntese, todas as correntes, o objetivo era a melhoria da situação dos bairros, da situação de vida do povo em geral.⁹¹

As mulheres líderes em Pernambuco criaram organizações de massas como, *Comitês de Bairro, Clubes de Mães, Juventude*, e mais centenas de organizações. Para Adalgisa, não houve uma líder desse movimento, havia mulheres que ficavam à frente, mas de certa forma ela pensava que “líderes quem faz é o povo, ele é quem cria os seus líderes. Completa ainda seu pensamento sobre líderes: “Há atualmente montanhas e montanhas de líderes nomeados, tirados a bilhetes de bolso de colete, mas que a seu ver, o melhor líder é aquele que o povo o intitula de líder”.⁹²

As organizações femininas tiveram como objetivo principal a defesa da mulher e da criança, como também de toda a sociedade. O programa social se constituía de comemoração do dia Nacional da Mulher; dia das Mães, dia das Crianças, organização de passeatas contra a carestia. Foram organizadas 28 associações ligadas ao Comitê Estadual do PCB.

Todas as organizações femininas, apesar dos seus estatutos, seguiam os estatutos da matriz, digamos em defesa da democracia, tinha por lema a defesa da mulher e da criança (...) Eram incluídas reivindicações de base que era a escola (...) Todos os problemas sociais inerentes a mulher eram levados e defendidos (...) comemorava-se datas históricas, fazia-se chás, comemorava-se os aniversários das sócias... entre passeatas diversas pelas ruas do Recife, com o apoio das organizações de bairro e femininas. As mulheres participaram de movimentos pela paz, em defesa do petróleo, protestos através de assinaturas contra a guerra, ao envio de tropas brasileiras a Coréia e uma série de reivindicações e lutas partidárias (...) Também as mulheres, naquela época, tinham uma cota de venda da Folha do Povo, o jornal oficial do Partido, vendíamos de porta-em-porta.⁹³

⁹¹ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁹² FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁹³ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

O ‘Petróleo é Nosso...’ Esse slogan conseguiu empolgar, a criar um trabalho cansativo, porque trabalhávamos dia e noite nessa luta que foi muito bonita. Houve o congresso do ‘Petróleo é Nosso’, realizado no Rio de Janeiro, ao qual nós enviamos uma delegada, não estou agora lembrada do nome da companheira nossa que foi.” Adalgisa não se recorda desse movimento ser militar, sabe que tinham militares como o General Carnáuba, mas como se tratava de uma luta justa, os comunistas participaram, essa campanha foi para criar a PETROBRÁS, “uma independência do Brasil”.⁹⁴

Adalgisa e outras militantes, por exemplo, como, Julia Santiago, que estiveram engajadas no movimento feminino pelo PCB arrecadavam dinheiro vendendo a *Revista Momento Feminino*, como também o *Jornal da Folha do Povo*.

Vieram às eleições estaduais em 1947, Adalgisa foi a primeira mulher de Pernambuco a ocupar uma Cadeira na Assembléia Estadual. Também foram eleitos: José Leite Filho, Neivas Otero, David Capistrano, Eliazar Machado, Etelvino Pinto, Waldu Cardos, e mais dois “que não lembro, éramos nove. O PSD só levava com a nossa ajuda”.⁹⁵

Um dia antes de se officiar a cassação em 1948, ela foi avisada que haveria prisões, mesmo assim foi cumprir seu mandato

Olhe Adalgisa, você não fique em casa esses dias, porque vocês comunistas vão ser cassados e presos e tomar destinos ignorados’. Ela ignorou e recado e foi cumprir seu mandato no dia seguinte “Nós fomos presos todos nove lá na Secretaria (...) de lá seguimos a pé para o Palácio do Governador, com a vacância do governador quem assume é o presidente da Assembléia, isso é constitucional (...) de lá cada um foi para sua residência.”⁹⁶

A partir daí o Partido passou a atuar na ilegalidade, a essa altura já estava acostumada a viver na clandestinidade.

⁹⁴ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁹⁵ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁹⁶ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

Não era por nossa vontade, eu pessoalmente digo: gostaria muito mais de trabalhar legalmente, desenvolver meu trabalho, do que ilegalmente. Não gosto da clandestinidade, apesar de que, com clandestinidade ou com ilegalidade, o meu trabalho é o mesmo. O Partido Comunista teve poucos meses, digamos, de legalidade (...) a legalidade do Partido Comunista é efêmera, durou muito pouco.⁹⁷

Para Adalgisa o objetivo do Partido era a implantação do socialismo, essa era a meta.

Com relação a vigilância sistemática sobre a vida pública e privada de agentes da DOPS em relação a Adalgisa, o seu prontuário revela que ocorreu nos primórdios de 1934, conforme observado na documentação produzida pela Delegacia Auxiliar. Neste documento, aparecem também outras pessoas apontadas apenas pelos primeiros nomes e colocados como seus parceiros na política como: Sobreira, Julia Santiago, Macieira e Augusto.⁹⁸

De fato, juntamente com Áurea Góes e Odete Silveira, estas pessoas participaram, desde os anos de 1935, do *Socorro Vermelho*.

A DOPS identificou Adalgisa como militante do *Socorro Vermelho* em 16 de março de 1936, através de um investigador que teria obtido a informação por intermédio de “pessoa de confiança”. Como bem expõe Marcília Gama, “a informação adquire *status* de poder, na medida em que os órgãos passam a sobreviver do processamento de dados de informações [...] tornando-se a mais poderosa arma de controle do cidadão”. (SILVA, 2007: 69) Assim, relatou o investigador:

na Rua 24 de maio no bairro de Santo Antonio, na casa n. 84, reside uma senhora de nome Adalgisa a qual é tezeira do Socorro Vermelho, que fornece dinheiro as famílias dos comunistas que acham-se presos, como também os que estão soltos vão até lá [...] esta senhora acima citada, recebe em sua casa diariamente as mulheres dos que estão presos.⁹⁹

⁹⁷ FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

⁹⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 15 de junho de 1934

⁹⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS) Prontuário n. 5.306.16 de março de 1936

Bem como expõe, Antonio Lavareda:

No trabalho feminino, naqueles anos de 1930, Adalgisa Cavalcanti, Áurea Góes e Odete Silveira ajudaram o PC em finanças, no que se chamou na época de 'Socorro Vermelho', proporcionando meios materiais ao desempenho das tarefas políticas e de assistência a militantes necessitados de auxílio em dinheiro. (LAVAREDA, 1986: 17).

A dimensão do trabalho desta militante junto aos operários e trabalhadores em geral, é indicada pelo agente enviado para dar continuidade à investigação:

D. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, este é o seu nome completo, é casada com o Sr. Tito Tenório Cavalcanti, residente à rua 24 de Maio, n. 84, empregado da 'Great-Western', como condutor. [...] é pessoa inteligente e mantém espões às suas custas [...]. É muito conhecida a senhora acima referida, nas classes ferroviárias e graphics.¹⁰⁰

Logo no mês seguinte, no dia 1º de abril, a DOPS fichou Adalgisa e, em seguida, invadiu sua casa apreendendo documentos e fotos pessoais e de outras pessoas, posteriormente presas também. Maria do Carmo Rodrigues, Amélia Rodrigues de Freitas e Amélia Rodrigues Campelo, Hilda Soares, Maria de Barros Silva (esposa do ex-sargento da Brigada Militar, José Gumercindo), Alcides Moreira (ex-investigador) e Alfredo Richmond foram presos quatro dias após a prisão de Adalgisa.¹⁰¹ Nesta ocasião foi aberto seu prontuário, sob o número 5306, que a acompanhou nas quatro décadas seguintes. No dia seguinte novamente foi enviado um investigador em sua residência, que informa:

Sendo designado [...] para fazer observação na residência de D. Adalgisa, [...] em substituição ao investigador n. 77, levo ao conhecimento de V.S. que, durante a minha permanência [...],

¹⁰⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 26 de março de 1936.

¹⁰¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 26 de março de 1936.

esteve um cidadão [...], Antonio Leitão ao entrar na referida casa, D. Amélia tia de D. Adalgisa, foi recebê-lo e fez um sinal para elle que me deu a entender ser me apontado. Dado sito, o snr. Antonio perguntou por D. Adalgisa respondendo o esposo da mesma que ella se achava presa na Secretaria.¹⁰²

As informações sobre a organização à qual estavam vinculadas as pessoas presas levou a DOPS de Pernambuco a solicitar informação à DOPS do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, sobre o *Socorro Vermelho*, no que logo foram atendidos, já que a resposta veio em maio do mesmo ano:

Attendendo a vossa solicitação telegraphica, remeto, com este, a inclusa cópia authentica do documento apreendido do Socorro Vermelho Internacional e do qual consta os nomes do Dr. Arthur Coutinho, Sebastião Lopes e Adalgisa Cavalcanti. (Ofício n. 315-G da Polícia do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Prontuário n. 5.306. 04 de maio de 1936).

Vale destacar que nos documentos citados acima, os nomes de seus integrantes estão sublinhados com lápis vermelho.

Um mês depois, outro investigador, designado para identificar quem auxiliava financeiramente o *Socorro Vermelho* e dava dinheiro para Adalgisa ajudar as famílias de detentos presos no Presídio Especial, escreve que: “Pude colher as seguintes informações, chama-se Manoel Campos Góes” e cita o endereço.¹⁰³

Apesar de toda esta perseguição e das prisões, observa-se que Adalgisa deu continuidade às ações de solidariedade aos presos políticos que enchiam as prisões naqueles idos tempos ditatoriais varguistas, pois em 1938, chega outro informe à delegacia:

Cumpri-me levar ao conhecimento de V.s que fui informado que a comunista Adalgisa Cavalcanti, que já foi presa mais de uma vez nesta delegacia, acha-se agora trabalhando no Socorro Vermelho

¹⁰² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 02 de abril de 1936.

¹⁰³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 03 de abril de 1936

onde é distribuidora de remédios e dinheiro aos detentos do credo vermelho.¹⁰⁴

O relatório do agente recupera a vida da militante desde a década de 1930, destacando sua prisão em abril de 1936 e a constatação de seu nome no documento do *Socorro Vermelho* do Rio de Janeiro apreendido pelos agentes dos DOPS daquele Estado. Foi presa, novamente, em 03 de abril de 1936 até 11 de abril de 1936, desta vez sob a alegação genérica de “motivo de ‘ordem pública’”. No dia 22 de abril, novamente foi levada à prisão onde permaneceu até o dia 26, também por “motivo de ordem pública”.

Apesar de toda a documentação produzida sobre sua vida não foi possível recuperar todas as suas idas e vindas à prisão neste período, mas é possível afirmar que desde a década de 1930 suas prisões foram intermitentes até 1965.

Da documentação sobressaem as informações sobre o período correspondente ao Movimento de 1935, quando foi mais sistematicamente vigiada pela DOPS e taxada de subversiva por vários motivos. Mesmo tendo ela sido absolvida das acusações por ter participado do Movimento de 1935, conforme o ofício n. 5.205, de 26 de novembro de 1947¹⁰⁵, as vigilâncias continuaram, pois conforme os agentes diziam: “para averiguações”.

Seus passos foram seguidos nas ruas, nos mercados e no cumprimento de seu mandato como deputada, em 1947. Pessoas ligadas a ela e matérias que escreveu serviram de motivos para justificar prisões arbitrárias ao longo de sua vida.

¹⁰⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 21 de maio de 1938).

¹⁰⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306 de 26 de novembro de 1947

3.4 Polícia e opressão à mulher

Abaixo é analisada, a partir da documentação produzida pela DOPS de Pernambuco, a forma como se deu a repressão a esta militante nas décadas entre 1930 e 1960, cuja documentação está disponível no Arquivo Estadual Emerenciano no Recife.

A repressão desencadeada pela DOPS em Pernambuco, não escolheu classe ou gênero ou segmentos sociais. Porém, quando se trata do gênero feminino, o preconceito contra a mulher que exercia atividades públicas somou forças na composição da violência da opressão.

Conforme consideravam os agentes da DOPS, a entrada de mulheres no movimento da política causava transtornos adicionais, pois a ela cabia-lhe o espaço privado, o cuidado da casa, da família, do marido, dos filhos.

As mulheres podiam ser ao mesmo tempo a base de uma sociedade estável e uma das principais ameaças de desagregação da ordem social. [...] as mulheres ou mereciam uma atenção especial – cuidado e proteção – enquanto anjos, ou eram objeto de rígido controle – palavra que em grande medida significava a intervenção da polícia, se houvesse o risco de se transformarem nos temidos demônios. (BRETAS, 1997: 173-174).

Essa conexão de opressão e da repressão pode ser notada mais claramente em um documento da DOPS, lavrado pelo delegado de polícia ao relatar a prisão relâmpago de Adalgisa já no ano de 1964. Como outros o fizeram anteriormente, ele começa por traçar a história, ou parte do que eles conheceram sobre a trajetória desta mulher no PCB:

Dona ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI, - é ela própria quem confessa na sua auto biografia – ingressou nas fileiras do Partido Comunista no ano de 1945 e nunca mais dele se separou. Não tendo filhos para cuidar e sendo seu esposo bonzinho de gênio, não criando embaraços às suas atividades políticas, dona Adalgisa passou a dedicar-se única e exclusivamente aos interesses do Partido, mesmo porque esta questão de lar, de família, são sentimentos burgueses segundo a teoria comunista e,

daí dona Adalgisa relegar a um plano secundário a uma vida doméstica. Moscou precisava mais dos seus serviços.¹⁰⁶

Observam-se como os jargões sobre as funções da mulher e sua posição na família transparece nas falas deste delegado, ou seja, a falta de filhos e a anuência de um marido concessivo, havia lhe dado espaço para as atividades políticas, “relegando ao plano secundário a vida doméstica”.

Outra questão permanente é a vinculação ao Partido ou da pessoa em questão à outra nacionalidade, neste caso, a acusação de estar prestando serviços à Moscou, essa atribuição se dava principalmente, como prova incriminatória, associada ao comunismo internacional. Continua o documento:

Adquirindo a necessária confiança dos dirigentes do Partido Comunista, passou dona Adalgisa a galgar postos de relevo quer quando o Partido estava registrado legalmente quer na sua vida ilegal. Assim é que, em 1947, foi eleita sob a legenda daquele Partido, deputada estadual, salientando-se entre seus pares na defesa postulados bolchevistas. Cassado o seu mandato por haver o PC mergulhado na ilegalidade, mais intensa tornou-se a luta de dona Adalgisa. Foi presa várias vezes, tomou parte em congressos, visitou sua terra natal – Moscou e sempre figurou em todas as campanhas de caráter esquerdista e ao lado dos que tentavam reorganizar sob as mais simuladas fórmulas, o Partido Comunista. Nem mesmo ao atingir a idade propecta afastou-se do campo de luta. O seu estado não lhe arrefeceu e continuou ombro a ombro com seus “camaradas”. Por ultimo passou a figurar no Comitê Estadual do Partido, embora continuasse este na ilegalidade. É o que dizem as testemunhas quando fazem referencia a sua pessoa. E são depoimentos eloqüentes, vez que partem de pessoas que conhecem de perto as atividades daquele Partido.¹⁰⁷

Da contraposição entre o demérito das atividades públicas e o enaltecimento dos afazeres domésticos, emerge a culpabilização pelas doenças e achaques de seus parentes e consorte, conforme se observa abaixo.

Dona Adalgisa promovia reuniões em sua própria residência, com os demais membros componentes do Comitê, era freqüentadora assídua do Edifício “Vieira da Cunha”, ponto de reunião do estado

¹⁰⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964

¹⁰⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964.

maior dos comunistas nativos, tornando, assim, a atividade do Partido Comunista de fato visto que não poderia fazê-la de direito. A sua ajuda, como se vê, a essa entidade de caráter internacional, era inequívoca.

É o sr. Tito Cavalcanti, esposo de dona Adalgisa quem diz em seu depoimento que – ‘é a sua senhora militante do Partido Comunista’, como é do conhecimento geral e que desde o dia três de abril do ano em curso, a mesma saindo para fazer compras, não mais voltou ao lar até a presente data’. Bem que dona Adalgisa já se aproximando dos seus sessenta anos assaz vividos, poderia estar ao lado de seu marido, cuidando do bom velho, fazendo tricô e ouvindo novela, mas qual o quer Prefere andar por aí afora, tramando contra tudo e contra todos.¹⁰⁸

Continua o inquérito do delegado, ao se referir “a esta altura já denegrindo a personalidade do seu ex-chefe Kruschev e enaltecendo as altas qualidades de Krosygin, seu novo patrão”, à tomada de posição da militante no interior da crise que abalou o Partido Comunista quando da publicação do pronunciamento internacional feito por Kruschev denunciando os crimes de Stalin, em 1956. Tal relatório denunciou o culto à personalidade, promovido na época de Stalin, acusando-o também por crimes de guerra, o que provocou o desentendimento derradeiro entre os dirigentes do PCB, minando a unidade do Partido e culminando com sua cisão. Origina-se desta cisão, o PCdoB em 1962, que retoma a política de orientação stalinista contida no Manifesto de agosto de 1950 no qual o “velho partidão” defendera uma revolução nacional libertadora, um governo democrático e popular e uma frente única com setores da burguesia, ou seja, uma frente popular nos moldes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935. Observa-se, portanto, que Adalgisa integra o grupo que critica aquele dirigente russo e que virá a compor, nos anos sessenta, o PCdoB.

[...] a esta altura já denegrindo a personalidade do seu ex-chefe Kuschev e enaltecendo as altas qualidades de Krosygin, seu novo patrão, pessoa de quem – é possível – nunca tenha ouvido falar. Tem jeito não para dona Adalgisa.

Enquanto isso, ‘seu’ Tito se encontra sozinho, setuagenário, diabético, precisando mais do que nunca de sua companheira para

¹⁰⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964.

lhe fazer um chá, prover nos seus achaques e cantando para si mesmo – ‘ela saiu de casa e nunca mais voltou...’¹⁰⁹

Na fala do delegado, continua a explicação do sumiço relâmpago (prisão) de Adalgisa a seu marido Tito Tenório:

Diante das provas colhidas no inquérito, não é preciso invocar o sistema de São Tomé para afirmar que dona Adalgisa estava inclusa nas penas dos artigos 9 e 10 da lei de Segurança Nacional, tornando-se oportuna a decretação de sua prisão preventiva nos termos da aludida lei.¹¹⁰

Mas para o delegado que elabora tal retrospectiva o que interessava era o fato de que deixava o marido que “encontrava sozinho, setuagenário, diabético”. Conforme o ideário deste servidor público deveria acompanhar sua idade, como a de fazer chá para seu marido, tricô e ouvir novela. Já que sua idade de sessenta não lhe permitiria, como permitiu durante anos a militância no PCB, que continuasse ilegal. Assim considera a militância de Adalgisa uma causa perdida e declara: “tem jeito não para dona Adalgisa”, ou seja, apesar da idade, achava-se presa, incurso nas leis de Segurança Nacional.

Tais conotações preconceituosas contra a mulher que exercia uma função pública não expressam somente a posição de um indivíduo. Estão engendradas no social, confere-lhe valor moral, diz respeito aos bons costumes e significa o uso do poder público para determinar a função e o lugar da mulher.

¹⁰⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964.

¹¹⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964.

3.5 As eleições sob vigilância

Conforme analisa BRUSANTIN (2003), o foco da vigilância em períodos de eleições vem desde a década de 1936, no interior de São Paulo até posterior ao término do Estado Novo (BRUSANTIN, 2003: 30). No caso do processo de eleições em Recife-Pernambuco não foi diferente.

Tomando por fio condutor a vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, a partir de 1946, os procedimentos de suspeição foram intensificados. Em qualquer situação, dentro ou fora de sua residência, fosse qual fosse o motivo de suas saídas e em sua residência, havia sempre agentes de prontidão. Sua vida social foi acompanhada diariamente com o objetivo de registrar alguma atitude que fosse considerada subversiva, para assim servir de provas para os inquéritos que eram abertos a cada prisão.

Embora tal abertura enfatizasse a ampliação e a participação no direito de representatividade, o modelo democrático liberal nunca cumpriu as funções previstas por seus idealizadores, como bem destaca Emilia Viotti:

A utopia do modelo Liberal foi adotada oficialmente no Brasil desde 1891, não se implantou na prática conforme reza o regime Liberal. Devido entre outros fatores a transgressão às leis. As fraudes eleitorais, a falta de representatividade do Legislativo, o domínio das Oligarquias, a marginalização de amplos setores da sociedade, a exploração em que viviam as classes subalternas, o desrespeito às leis, a freqüente renovação do estado de sítio, a suspensão das garantias constitucionais, os desmandos da polícia, as perseguições política, não permitiram com que vivêssemos um regime Liberal desde sua implantação. (COSTA, 2006: 80).

Assim, a justificativa do uso do termo “redemocratização” se deu principalmente por se tratar do intervalo entre regimes ditatoriais. Além desses aspectos, a formulação de uma nova Carta Constitucional, a liberdade de imprensa (limitada), o direito à associação (em sindicatos, partidos, e outras entidades) e outras garantias representadas pela CLT criou uma sensação de

bem estar social, em que as garantias fundamentais do direito liberal estariam asseguradas pelas leis.

Conforme a historiografia já analisou exaustivamente, em relação ao Brasil, a abertura política de 1945 não aconteceu de forma pacífica. Em Recife, não foi diferente: houve entreveros entre manifestantes e polícia civil e militar, mortes a tiro em comícios, como foi o caso de Demócrito de Souza Filho, estudante de Direito, morto na sacada do *Diário de Pernambuco* e Manuel Elias dos Santos, carvoeiro, também assassinado dias depois. (RESENDE, 2005: 122).

A vigilância se acentuava, e no caso que analisamos, observa-se que os relatórios se tornam mais detalhados, anotando-se absolutamente tudo, como horários, o que fez e com quem conversou. As coisas mais corriqueiras tornaram-se objeto de registro. Por exemplo, qual seria a importância de se registrar que no dia 24 de agosto de 1946,

Pela manhã a acampanada esteve no Mercado São José, onde comprou mercadorias no Compartimento do sr. José Saraiva de Medeiros. Às 9 horas foi ao Comitê Estadual, permaneceu até às 18 horas. Durante a sua permanência ligou-se com Paulo Antunes, José Bezerra, Manoel Vitorino Barbosa, Antonio Marques, Carlos Cavalcante, David Capistrano e Guilherme Vasconcelos.¹¹¹

No geral, a vigilância e a perseguição eram feitas pelos agentes a pé, numa certa distância para que não fossem notados, mas que lhe permitisse registrar conversas e detalhar tudo o que viam e ouviam. Consideravam muito importante registrar os nomes e lugares por onde andassem; as amizades que rodeavam o suspeito e faziam parte de seu convívio, como foi o caso em análise.

Quando a vigilância requeria o uso de um automóvel, o agente permanecia “acampanado” nas cercanias da residência até a volta da pessoa vigiada, cuja rotina já conhecia. Conforme o registro:

¹¹¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 25 de agosto de 1946.

25-08-1946 – A sra. Adalgisa [...] foi vista pela manhã quando fazia compras no Mercado de São José. Esteve depois no Comitê Estadual onde palestrou com João Rodrigues, Alfredo Richmond, Antonio Marques e Guilherme Vasconcelos, Dalí regressando à residência. Às 13 horas saiu no carro de aluguel n. 4323, de propriedade de Genaro [...], residente à rua 21 de Abril n. 30 – Afogados, tornando à casa 17,30.¹¹²

Já ao cair da noite, ocorreu à troca de agentes que continuou a insana tarefa de seu colega, no mesmo diapasão: “24-08-1946 – Nêsse dia não houve movimento de pessoas na casa observada [...]. 25-08-1946 – À noite esteve ali em ligação com Adalgisa Cavalcante, o comunista Rubens Lopes, secretário da Célula Olga Benário Prestes’.¹¹³

Termos pejorativos como a “comunista”, a “acampanada”, a “mulher” são comuns nos relatórios, como se observa nas anotações dos dias 26 e 27, como ainda se observa:

26-8-1946 – Durante o quarto da manhã a comunista acampanada permaneceu em casa, e lá estiveram, os elementos Clovis Torres e Iracema de Castro.

Às 14,30 saiu com destino ao Comitê Estadual, permanecendo até às 15 horas, quando foi à Escola Prática de Comércio, à rua da Concórdia n. 307.

Às 16 horas seguiu para a rua Marquês do Herval n. 302-1º andar, onde entraram, também, pouco depois, os comunistas Salvador Nigro e Fernando Licarião. A acampanada regressou à residência às 18 horas.¹¹⁴

Continua o documento informando que no dia seguinte ela esteve no Mercado São José, (um dos cartões postais do Recife), pelos comércios da rua Direita. Anotando-se quem eram as pessoas com as quais conversava e que estivera em sua residência, e até mesmo o tempo que permaneceu com Alfredo Richmond, ou seja, uma total falta de privacidade.

¹¹² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 25 de agosto de 1946.

¹¹³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário 5.306. 25 de agosto de 1946.

¹¹⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 27 de agosto de 1946.

Desta forma mapeiam todo grupo que consideram suspeito, que, alcunhado de comunistas, confundem pessoas de contato na vida privada com militantes vinculados à organização partidária.

28-08-1946 – Pela manhã a acampanada recebeu em sua residência os comunistas José Cordeiro e Cândida Maranhão, com os quais saiu para o Comitê Estadual. Nêsse ínterin ligou-se com Iracema de Castro, na rua da Concórdia n. 251, sapataria do propriedade de Antonio de Lima. No Comitê Estadual conversou com Carlos Cavalcante, Paulo Antunes, Rui Antunes, Alfredo Richmond, Cláudio Tavares e Guilherme Vasconcelos.¹¹⁵

Notemos que o único que não foi sublinhado foi o proprietário da sapataria. Tal relatório segue informando a trajetória no período da tarde:

À tarde estive fazendo compras no Mercado de São José, depois foi à rua das águas Verdes n. 163, Escola Prática de Comércio, à rua da Concórdia, e a rua Marquês do Herval, n. 202, regressando às 18 horas.¹¹⁶

No mesmo documento, registrou-se o dia seguinte

29-8-1946 – Pela manhã a acampanada recebeu em casa a comunista Cândida Maranhão, com a qual saiu para o Mercado de São José. De volta estive na loja comercial de Severino Marinho de Carvalho e no Comitê Estadual, onde se ligou com Rui Antunes, Alípio Uchôa Correia, Antonio Marques, Alfredo Richmond, Paulo [A] ntunes e Carlos Cavalcante. À tarde voltou ao Comitê Estadual e ali conversou com João Justino, Claudio Tavares, Rui Antunes, Neusa Cardim e Fernando Licarião, regressando à casa às 18 horas.¹¹⁷

Dessa vez, o nome do comerciante foi ticado de vermelho, assim como os demais nomes. Nota-se que mesmo que fossem as mesmas pessoas no decorrer do dia, o agente continuava a fazer sistematicamente as mesmas anotações, conforme se observa nas anotações dos dias 30 e 31,

¹¹⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 30 de agosto de 1946.

¹¹⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 30 de agosto de 1946.

¹¹⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 30 de agosto de 1946

30-08-1946 – De manhã a acampanada esteve no Mercado São José. Às 9 horas recebeu em casa a visita da comunista Cândida Maranhão, e às 10 horas esteve no Armazém Pernambucano e Casa Marinho, ambos à rua Direita, tornando à casa em seguida.

31-08-1946 – às 9 horas da manhã estiveram na residência da acampanada os comunistas José Cordeiro, Cândida Maranhão e o gazeteiro n.1 – Abílio de Tal -.

Às 10 horas saiu para o Mercado São José, onde se ligou com os srs. Sales Machado – proprietário do compartimento n. 389, e José Saraiva de Medeiros – proprietário do Compartimento n. 410.

Às 11 horas foi ao Comitê Estadual, e ali, conversou demoradamente com Neusa Cardim, Paulo Antunes, Antônio Marques e Carlos Cavalcante.¹¹⁸

No mês seguinte seguem registrando-se os mesmos percursos até que em dezembro, observa-se que o agente deve ter recebido algum alerta sobre a possibilidade de Gregório Bezerra estar a caminho da casa de Adalgisa, conforme se nota abaixo:

11-10-1946 – Nenhum movimento de pessoas foi observado na residência referida.

12-10-1946 – Pessoa alguma esteve na casa da comunista Adalgisa Cavalcante, nesse dia.

O deputado Gregório Bezerra ainda não esteve na casa observada.¹¹⁹

Todo o período descrito acima antecede a campanha eleitoral de janeiro de 1947, na qual Adalgisa sairá candidata à Deputada Estadual pelo PCB.

Logo, esta vigilância cotidiana será somada às campanhas políticas associadas à legenda do PCB, como foi o caso da reunião da célula Primeiro de Maio, no dia 25 de outubro de 1946, na qual, conforme se deduz do resumo que o agente/vigilante fez, Gregório Bezerra discursou no sentido de alertar os trabalhadores sobre a exploração a que eram submetidos; da falácia que era a propalada democracia, e da falta de atendimento às necessidades básicas da população, por parte do Estado:

¹¹⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 31 de agosto de 1946

¹¹⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 12 de outubro de 1946.

Houve uma reunião no dia 24 do corrente na Célula 1º. de Maio á qual compareceu o deputado Gregório Bezerra, que falou durante os trabalhos. Disse que todos os trabalhadores devem estar de olhos abertos para não se deixarem enganar pelos falsos políticos exploradores do povo. É preciso que se faça 19 deputados no mínimo, para desmascararem os tubarões reacionários que se fingem de democratas. Mais adiante falou sobre a assistência social, dizendo que o trabalhador esta em completo abandono. Quanto á política Pernambucana disse que em nosso Estado existe uma meia dúzia de gananciosos capitalistas escravizadores de operariado. A reunião teve início às 20 horas e se encerrou às 22,30 mais ou menos.¹²⁰

Mas a finalidade do evento teria sido o lançamento da organização de um comitê feminino para atuar na campanha eleitoral, que seria dirigido, nada mais, nada menos, do que por Adalgisa.

Realizou-se uma reunião no dia 3 do corrente na Célula Comunista da Rua do Bebedouro, tendo início os trabalhos ás 20 horas encerrando-se as 21. Á reunião compareceram os comunistas Eliezer de Sousa Pinto, Ramiro Justino, José Galdino, José Floriano, João Carneiro, José Lourenço e Francisco Santana. A finalidade da sessão era a instalação da ala feminina comunista, tendo como presidente a Sra. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.¹²¹

O teor dos comícios realizados pelo PCB às vésperas das eleições de 1947 transparece nestas anotações, observando-se qual era a estratégia deste partido na região. Além da divulgação das palavras de seus dirigentes, no caso o discurso de Carlos Prestes no Senado, alertando para que estivessem atentos aos limites de democratização, o partido formava novas lideranças, já que muitos operários, ou seja, pessoas “que não eram relevantes” também discursavam.

Cumpri-me o dever de levar ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, e de conformidade as vossas instruções, assisti o

¹²⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4.669. 25 de outubro de 1946).

¹²¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4.618. 06 de novembro de 1946).

comício na célula comunista 'Frei Caneca e Kalinini, localizada no Bêco do Quiabo em casa Amarela no dia 11 [...].

Mais ou menos cem pessoas assistiram os oradores, não vi no recinto pessoas de destaque, tão somente operários. [...].

Logo na minha chegada, um operário me trouxe um folheto, contendo o discurso de Luiz Carlos Prestes na Assembléia Nacional Constituinte, no dia 18 de junho de 1946 e o jornal a 'Classe Operária', de 14 de setembro de 1946, [...].

Em seguida tocaram um hino, pegando no microfone o 1º. orador. Disse este aos presentes, que os comunistas não se deixassem iludir pelos políticos profissionais, os quais ofereciam dinheiro por votos prometendo grandes vantagens [...].

Em seguida falaram mais 02 operários dentro mais ou menos do mesmo assunto. [...].

Em 4º. lugar, pegou o microfône o conhecido comunista Jorge Oranges, este fez uma preleção mais profunda, atacando os Governos passados, os sofrimentos que tiveram os operários comunistas, despertando a atenção dos comunistas e dos simpatizantes do Crêdo Vermelho, que, os fascistas continuavam a Governar [...].¹²²

A associação entre o governo ditatorial de Vargas e o fascismo, conforme colocado no evento foi acompanhada da denúncia das mazelas pelas quais passara a população e, finalmente, a fala que justificava a retomada da lei de Segurança Nacional: o comunismo se enraizaria entre a pequena burguesia, e “os simpatizantes de hoje, serão os comunistas de amanhã”, conforme a fala registrada pelo agente.

Em 5º.logar, falou um astuto sagaz comunista magro, aparentando ter mais ou menos 45 anos de idade; [...]. Este comunista na sua preleção foi muito longe, despertou aos presentes que os fascistas de 1930, o que tinha prometido ao operariado Brasileiro não cumpriram, foi tudo uma mentira, uma verdadeira negação; que, o golpe de 10 de Novembro de 1937, foi a continuação da Ditadura Fascista, foi a época que o operário mais sofreu, que os cárceres ficaram superlotados que, o golpe de 1945, foi um acordo entre eles (fascistas) para ficarem eternamente no poder [...].

Em 6º. lugar, falou também o conhecido comunista Manoel Gica ou Gico; disse que, a 27 Novembro, esteve no Rio [de Janeiro] sentado ao lado de Luis Carlos Prestes na Assembléia Constituinte; que Prestes, teria um candidato próprio para Pernambuco [...]. Disse mais, que ninguém poderá privar a marcha e a vitória do Partido Comunista do Brasil; que, o credo vermelho já estava se

¹²² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4.606. 12 de dezembro de 1946).

enraizando entre a pequena burguesia; que os simpatizantes de hoje eram os comunistas de amanhã. Finalizou, erguendo um viva a Luiz Carlos Prestes.¹²³

Referia-se aqui o orador, à linha programática adotada pelo partidão de fazer a revolução pelas vias legais, ou seja, tentar articular as forças populares com a pequena burguesia, contra o capital internacional e seus defensores.

Em outro comício, realizado em 26 de dezembro de 1946, as vésperas das eleições de 1947, outra estratégia de conscientização da população contra atos repressivos, utilizada pelos integrantes deste partido, aparece no registro do policial, pois este se refere a pessoas que “dão instruções” aos operários para reagirem contra as ações dos policiais, consideradas como abusivas e arbitrárias.

Realizou-se no dia 7 do corrente em Salgadinho, um comício comunista que teve início às 21 horas e se encerrou às 22:40. Achavam-se presentes elementos das células de Sítio Novo, Peixinhos, Olinda e Campo Grande, além da assistência local, tendo o comício se realizado defronte da Célula de Salgadinho. Durante os trabalhos falaram os srs. Aníbal Menezes, Antonio Guimarães, êste último instruindo os operários acerca de certas medidas policiais que são um abuso da Constituição. Disse para os operários não tomarem conhecimento das intimações verbais e sim daquelas que forem por escrito. Todos os oradores se referiram à campanha eleitoral, aconselhando os trabalhadores para se precaverem contra os falsos democratas. Comício Célula Comunista Salgadinho. Por José Ismael da Silva.¹²⁴

Nota-se a preocupação dos militantes em fazer valer os preceitos da lei, pois orientam a população para não cair em ciladas preparadas pelos policiais que estivessem infiltrados nos comícios e que tinham como intuito provocar distúrbios que depois eram atribuídos aos operários, o que justificaria a dispersão, as prisões e a pecha de desordeiros. Como se observa, inverte-se a situação, ou seja, quem trabalha de forma ilegal são os defensores das leis e

¹²³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4606. 12 de dezembro de 1946

¹²⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4669. 10 de novembro de 1946.

quem aponta para a necessidade de se consolidar os preceitos das leis, são os considerados ilegais.

A intensidade da campanha eleitoral de 1947 em Recife pode ser medida também pelo relato do agente da DOPS que recebera instruções da Secretaria de Segurança Pública, de que deveria garantir que as eleições corresse normalmente, sem restrições aos direitos de expressão e de organização.

Em resposta, a DOPS informou que as eleições ocorreram em perfeita normalidade democrática; que nenhum grupo ou partido fora tolhido do direito de organização e de propaganda política, particularmente o PCB que distribuía panfletos, jornais e fizera reuniões várias. Sobre as atividades dos outros partidos, nenhuma informação foi registrada.

Passo às mãos de V.Excia. um ligeiro relato, de acordo com dados fornecidos pela Divisão de Ordem Política e Social, desta Delegacia, do que foi a recente campanha eleitoral no Estado, notadamente na cidade do Recife.

Inicialmente, temos a grata satisfação de salientar que nenhum incidente digno de nota verificou-se nesta capital, assim como ninguém foi detido, preso ou tolhido em seus direitos, no decorrer de toda a campanha eleitoral por motivos políticos. [...].

Apesar da intensidade da campanha política, que, no, Recife, registrou em um só dia, por muitas vezes, a realização de mais de trinta comícios, das várias correntes partidárias, a ordem pública foi integralmente mantida, sendo assegurado a todos os partidos, o livre exercício da propaganda oral e escrita.

Todos os pedidos de medidas ou providências, encaminhados a esta especializada, bem como qualquer reclamações, foram imediatamente atendidos, sem preferências de côr partidária.

Citaremos, para ilustrar esta última afirmativa, as medidas postas em prática para assegurar a vendagem, na vizinha cidade Paulista, do órgão comunista 'Fôlha do Povo', cujos distribuidores, vinham sendo ameaçados ali, o que seu logar a uma reclamação do Partido Comunista do Brasil, Secção de Pernambuco, a esta Delegacia. [...].

Para encerrar estes ligeiros exemplos, das inúmeras providências tomadas pela Delegacia de Ordem política, Econômica e Social, quando solicitadas por quaisquer correntes partidárias, citaremos as medidas postas em prática a pedido do Partido de Representação Popular, quando da realização de duas conferencias de propaganda política no Teatro Santa Isabel, que decorreram dentro da mais perfeita ordem.

Desse modo, foram obedecidas as reiteradas instruções de V.Excia., no sentido de que fosse respeitadas as garantias e liberdades individuais, independente de qualquer grupo ou facção,

para pleito eleitoral ontem encerrado, decorresse, dentro do Estado, num clima de ordem, e absoluta tranqüilidade.¹²⁵

Durante o período de campanha que antecedeu as eleições, os comícios dos que eram considerados suspeitos de associação com os comunistas foram vigiados e seus oradores fichados na DOPS.

Além disto, a ordem significou também dissolver comícios, como se tem o registro do ocorrido na região de Apipucos (Recife), cujos participantes denunciaram a agressão por escrito, o que foi anexado como indicativo de pessoas que se mobilizavam. Diz o documento de denúncia:

Nós abaixo assinados, moradores em Apipucos, Recife, protestamos perante V.Excia e demais membros desta casa, contra as arbitrariedades, praticada pela polícia [...] no 13 de maio, dissolvendo os comícios devidamente comunicado dentro da lei, ainda prendendo e espancando cidadãos pacíficos pelo simples fato de serem anti fascista desrespeitando assim a nossa constituição e o nosso brio de povo civilizado.(Subscrevemos, Luiz Gomes Cabral, Manuel Salustiano de Albuquerque [...]. Segue o documento assinando mais 16 pessoas. Prontuário n. 4.669 de 26 de dezembro de 1946).

A DOPS recebeu o documento, sublinhou todas as assinaturas em vermelho deu sequência aos encaminhamentos burocráticos.

O que chama a atenção é a necessidade de se pedir autorização para a realização de qualquer atividade pública, pois, como alegam os querelantes, o comício impedido fora autorizado pelas autoridades competentes.

Inúmeros pedidos de realização de eventos são encontrados nesses prontuários da DOPS que, conforme indicamos no primeiro capítulo tinham uma seção que cuidava dos costumes e das expressões culturais. Eram os eventos para arrecadação, festividades em geral, os citados comícios e tudo era encaminhado ao Serviço de Censura de Diversões Públicas como pode ser observado no documento de autorização:

¹²⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 4669. 21/01/1947

De ordem de Sua Excelência, o Senhor Major Secretário do Estado dos negócios da Segurança Pública, fica, por esta, o Sr. NELSON MONTEIRO, secretário político do Comitê Municipal do Recife do Partido Comunista do Brasil a realizar os seguintes festivais, nos locais e datas abaixo declarados: Célula da Vila São José: Rua São Miguel, 597
Sábado, 19, de 19 às 24 horas.
Célula Ipiranga: Rua João leite, 95. Sábado, 19, de 20 às 24 horas. [...]. (Secretaria de Negócios da Segurança Pública de Pernambuco (Serviço de Diversões Públicas)).¹²⁶

Apesar disto, não ficavam isentos de serem interrompidos por alguma ação repressora da DOPS, restringindo-se assim na prática, o direito de reunião e de livre expressão. E quando os agredidos enviavam qualquer documento de protesto, este era utilizado para servir de base para a repressão fundamentar a perseguição.

Além disto, e apesar das declarações do delegado da DOPS, as apreensões e os impedimentos continuaram, conforme registraram os agentes. Por exemplo, um dos relatórios da DOPS informa a apreensão de documentos e de objetos das extintas células comunistas, em 1947, além de uma importância em dinheiro, no valor de Cr\$ 42.438,80.¹²⁷ Tais objetos haviam sido localizados na residência de Nestor Pacífico Cavalcante, considerado secretário financeiro do Partido Comunista.

Numa tentativa de reaver o dinheiro, os vereadores do Partido Social Progressista requereram a restituição, “alegando que lhes pertence, e que era parte dos seus subsídios”. No transcorrer do processo em 12 de junho de 1948, o juiz ignorou os argumentos do PSP e alegou que o PCB não poderia reaver o dinheiro, pois fora posto na ilegalidade:

Tudo indica, e a mais rudimentar experiência l[ó]gica ensina, que só se reivindica aquilo o que é ilegalmente retirado ao patrimônio alheio. E este, como entendido que dei[x]ou de existir para todos os efeitos jurídicos, não pode exercer tal direito máximo porque o Ministério da Justiça, logo após a decisão do Tribunal Eleitoral cassando o registro do P.C., baixou instruções no sentido de a

¹²⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 4.638. 19 de outubro de 1946.

¹²⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 12 de junho de 1948.

polícia conservar em seu poder tudo quanto apreendesse do Partido Comunista, até que, na jurisdição ordinária ou comum, fosse pleiteada e provada de terceiro de boa fé, posto que se trata de uma espontânea e generosa dádiva dos vereadores do Partido Social Progressista secção de Pernambuco, já quando este se acha[v]a fora da lei. Neste caso solicitar restituição é atitude esdrúxula, porque, em última análise tudo reduzir-se-ia, a uma formula simplista, querer o retorno do dinheiro porque o mesmo não foi tempestivamente aplicado pelo donatário, em face de brusca e inesperada atuação da polícia que o apreendeu. [...] O dinheiro incorporou-se ao patrimônio de uma agremiação política que, certa ou erradamente, não importa, acha-se fora da lei, com existência clandestina e sob permanente vigilância das autoridades.¹²⁸

A conclusão do processo foi que o valor seria encaminhado para os cofres públicos.

Salvo a devolução de chaves de algumas extintas células comunistas, o PCB raramente conseguiu reaver algum dos objetos apreendidos pelos agentes da DOPS, documentos ou valores em dinheiro encaminhados.

Em casos excepcionais, foi possível obtê-los de volta, como foi o caso do portador Jorge Miguel Abagi, que conseguiu o recuperar o imóvel alugado à extinta célula comunista no distrito de Casa Amarela, alegando que faria a demolição do “mocambo” para a construção de casas populares. (Prontuário Célula Comunista da Rua Abaeté, Casa Amarela. 8 de dezembro de 1947)

Quando os candidatos foram definidos no ano de 1945, 1946 e 1947 e divulgados seus nomes e fotos na mídia escrita, principalmente no jornal *Folha do Povo*, a DOPS tratou de arquivar os recortes de jornais e, ao lado de cada foto e nome, foi escrito à mão, o número correspondente de identificação de abertura de prontuário. No intuito de registrar e garantir com que todos fossem fichados, nenhum dos candidatos escapou.

Tal procedimento se repete nas eleições de 19 de janeiro de 1947 para governador, senador e deputados estaduais. Na lista aparecem: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Amaro Francisco de Oliveira, Elizar Machado, Etelvino de Oliveira Pinto, Francisco Leivas Otero, José Leite Filho, Daví Capistrano da

¹²⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 12 de junho de 1948

Costa, Rui da Costa Antunes, Valdú Cardoso de Aguiar. (Prontuário Célula Comunista da Rua Abaeté, Casa Amarela. 8 de dezembro de 1947).

Quando o Tribunal Eleitoral colocou o PCB na ilegalidade, o Ministério da Justiça delegou às Secretarias de Segurança Social de todo o país, a função de emitir, através de suas respectivas Delegacias de Ordem Econômica, pedidos de interdição e de apreensão de tudo o que fosse encontrado em todas as organizações consideradas comunistas e neste sentido foram emitidas circulares no dia 10 de maio de 1947 em cumprimento à Lei de Segurança Nacional, a todas as Delegacias da cidade de Recife e em todo o Estado.

A partir daí, inúmeros relatórios atestam a eficiência do cumprimento da lei. Assim, por exemplo, a Delegacia de Surubim no interior do Estado, declara que apreendeu no dia 21 de maio de 1947 tudo o que fora encontrado no Comitê do Partido Comunista, tais como, livros, documentos internos, móveis e chaves que ficaram em poder da delegacia.¹²⁹ Em Arco Verde no dia 26 de maio de 1947, além de toda a documentação, objetos e chaves também foram enviados como parte do “material apreendido”, o soldado da polícia militar, Severino Correia de Araújo, pois conforme o relatório da polícia, documentos e fotos do soldado foram encontrados durante a apreensão de documentos e objetos, logo, Severino foi enviado também como “objeto” para a DOPS de Recife.¹³⁰

Mas o número de registros produzidos pelos agentes após as eleições, precisamente relativos às idas e às vindas de deputados, vereadores e senadores eleitos, entre suas bases partidárias e os órgãos públicos, no cumprimento dos mandatos como Assembléia Legislativa, Câmara Municipal e Assembléia Constituinte, cresce vertiginosamente, demonstrando o zelo dos órgãos públicos no cumprimento desta tarefa, antes mesmo da cassação do partido.

Num destes documentos, um dos agentes relata que os deputados Mauro de Oliveira, David Capistrano e a deputada Adalgisa Cavalcanti, pegaram um

¹²⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário Comitê Zona Sertão. Delegacia de Polícia de Surubim. 21 de maio de 1947

¹³⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 29.690. 26 de maio de 1947

automóvel de aluguel da residência desta última e foram para um destino “desconhecido”, pois o agente, não tendo automóvel não pôde segui-los. No entanto, ao continuar sua campanha se direciona para a Câmara e constata que lá estavam.¹³¹

Em 1947, Adalgisa, então deputada, reclama a permanência de agentes da DOPS no recinto da Assembléia Legislativa e o investigador responde alegando que “se eles comunistas vivesse[m] regularmente não havia motivo para tanto”.¹³²

Assim, observa-se que ocorre, a partir de 1946, uma grande produção de documentos referentes às atividades de vários integrantes do PCB e a eles associados, e que, após o fechamento de células comunistas, em abril de 1947, se acentua a vigilância em torno dos candidatos eleitos. Toda a documentação que fundamenta a cassação dos deputados um ano depois, foi produzida imediatamente às eleições.

Enquanto tramitava o julgamento, passaram-se nove meses e com isso os eleitos puderam continuar cumprindo, nos respectivos Estados, seus mandatos, até que em 12 de janeiro de 1948, eles foram finalmente cassados.

Os meses de julho e de agosto foram os mais importantes no ano de 1947, os relatórios, na maioria, manuscritos, impressionam quem tem acesso a esta documentação ou outros prontuários referente a este período. São pelo menos quatro agentes divididos por turnos e que se revezavam em torno de pessoas vigiadas.

No caso de Adalgisa Cavalcanti, notamos tal troca de turno dos agentes nos “relatórios” que seguem:

Comunico-vos para os devidos fins que, rendi o Investigador 289 do quarto de 24 as 6, as 6 horas da manhã na residência da Deputada A.C ficando em observação até as 8,30 horas quando a mesma saindo para a camara no carro n.4323 de aluguel da Praça João Alfredo, neste ponto dirigi-me para camara conservando-me lá até

¹³¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. S/d.

¹³² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 12 de agosto de 1947.

as 12 horas quando terminou a reunião [...] passei o serviço para o Investigador n. 302 tendo deixado a Sra. A.C aos seus cuidados.¹³³

A preocupação dos agentes em não deixar margem quanto à continuidade da vigilância é visível, particularmente no caso de alternância dos turnos, como se observa pelas anotações de outro agente:

[...] observei que a Deputada Adalgisa Cavalcanti entrou na referida casa [residência] as 12,20 retirando-se as 13,40 no automóvel n. 4323 acompanhada por dois elementos que pude identificar como sendo os Deputados Amaro de Oliveira e Ruy Antunes não podendo 'acompaná-los' pelo motivo dos mesmos terem saído de automóvel, nada mais observado até a minha rendição.¹³⁴

A estratégia de vigilância segue também no dia 17 do mesmo mês. Outro investigador informa o horário de vigilância, o itinerário de Adalgisa e de outros deputados, a partir de um ponto que era o de sua residência:

As 12 [30] chegou a Deputada Adalgisa Cavalcanti acompanhada pelos Deputados Amaro de Oliveira de David Capistrano no automóvel de aluguel n. 4323 retirando-se as 13,40 com os mesmos Deputados, não podendo 'acompaná-los' pelo motivo se não ter transporte suficiente, f[u]i até a Camara, chegando lá já encontrei os ditos Deputados, saindo as 5 [30] no mesmo automóvel para o destino que não foi possível saber, passando o serviço ao meu colega no ponto acima referido.¹³⁵

O fato destes agentes não terem condução própria, de fato, limitava seus atos, mas também às vezes, eram tantas as trocas de turnos que resultava em confusão entre eles, como se observa no registro do dia seguinte, em que outro agente registrou:

Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que: conforme vossa determinação, no serviço de campana, em torno de D. Adalgisa, passou-se da seguinte maneira. As 12h. dirigi-me à rua Nogueira n. 174, afim de substituir o investigador n. 303 não encontrando-o no

¹³³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 15 de julho de 1947.

¹³⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 15 de julho de 1947.

¹³⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 17 de julho de 1947

local. [...] [após relatar o dia de Adalgisa o investigador passou o serviço] ao investigador n. 136 [...].¹³⁶

O agente citado acima trabalhou das 12 às 18 horas, e o que substituiu foi o de n. 136. Assim, seguem vários “relatórios” de vigilâncias muito semelhantes entre si, até que no dia 9 de agosto, um dos agentes informou à DOPS, que a deputada iria viajar para Rio Branco, onde iria fazer um comício. Tal afirmação, diz ele, veio de fonte “segura”:

tenho a mencionar, que a mesma viajou hoje pela manhã com destino a Rio Branco onde vai ser realizado amanhã domingo, um comício do [Partido Popular Progressista] P.P.P, colhi esta informação do Sr. [...] comerciante na mesma rua e pessoa de confiança, que alias conheço a muitos anos o mesmo tem-me dado muitas informações desde a primeira vez que fui designado para observar a referida deputada.¹³⁷

Neste fragmento, nota-se que, além dos agentes, também cumpriam a função de informantes pessoas comuns, no caso, um vizinho de Adalgisa.

Tendo retornado de viagem três dias depois, foi seguida à Assembléia onde reclamou da permanência de agentes policiais vigiando o recinto:

Levo ao vosso conhecimento que sendo designado para o serviço de observação na Assembléia Constituinte pude colher o seguinte: em palestra ligeiramente com a Deputada Adalgisa Cavalcanti mi foi dito pela a mesma que existe na [sessão] de ordem econômica, uma investigadora de serviço secreto, eu fiz um protesto alegando se eles comunistas vivem regular não haveria motivo para tanto ou se atemorizarem com policiais.¹³⁸

Destaca-se neste diálogo, em primeiro lugar, que ela se dirige diretamente ao policial do Serviço Secreto de campana na Assembléia, portanto, estava ciente desta vigilância. Em segundo lugar, o fato de o policial ter entendido a reclamação como afronta e ter protestado, alegando inclusive que a “culpa” era porque se “eles” os “comunistas” vivessem “regular” não haveria

¹³⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 20 de julho de 1947.

¹³⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 09 de agosto de 1947.

¹³⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 12 de agosto de 1947

motivos para repressão. Assim, observa-se uma desordem dentro da ordem, pois em vez de o policial fazer segurança aos políticos eleitos democraticamente, estavam vigiando seus mandatos.

A vigilância nesse período não serviu de motivo para prisões imediatas, mas se configurou como medida profilática, apenas para compor o relatório de vigilância do dia a dia dos deputados eleitos. Mas a partir da década de 1950, principalmente quando foram cassados os mandatos, qualquer “atitude” considerada “subversiva” era motivo de prisões.

Nas eleições de outubro de 1947, aparece uma lista de 12 eleitos pelo Partido Social Progressista, como tendo sido “recomendados” pelo Partido Comunista. Em dezembro de 1947, Paulo Figueirêdo Cavalcanti, eleito primeiro suplente de deputado e de vereadores pelo Partido Social Democrático (PSD), aparece na lista da DOPS como candidato recomendado pelo Partido Comunista.

Nas regiões onde candidatos considerados suspeitos receberam votação significativa a vigilância foi mais intensa, como em Jaboatão, Cabo, Carpina, Paudalho, Nazaré da Mata. Em seguida, foram mapeados os “comunistas” e a legenda que os elegeu.¹³⁹

Nas eleições de 1950 e 1954 novos candidatos foram identificados pelos agentes da DOPS e para cada um deles foi anotada a suspeita em que recaíram. Assim Josué Apolônio de Castro e Estácio Gonçalves Souto Maior, eleitos na legenda do Movimento Popular Autonomista foram considerados esquerdistas. Alexandre Gomes da Fonsêca, “partidário da paz – pelo PTB”; Edgar Bezerra Leite e Clodomir Santos de Moraes, “suspeito(s) de atividade comunista, pelo PTB”; Adalberto Gomes Pereira Guerra e Miguel Arraes de Alencar, “esquerdistas – pelo PTB”; Agripino Ferreira de Almeida “(atividade subversiva) pelo PTB”; Francisco Julião Arruda de Paula – “esquerdistas – pelo PSB”. (Prontuário n. 4.687. S/d).

¹³⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 4.688. S/d.

Até as eleições de 1955, observamos que houve a preocupação da DOPS em listar os candidatos às eleições e associar a sua participação com os comunistas, particularmente aqueles declaradamente apoiados pelo PCB, como era o caso dos deputados: Alcêdo de Moraes Coutinho; Gregório Lourenço Bezerra, Luis Carlos Prestes e Agostinho Dias de Oliveira.

3.6 Apesar da cassação, as tentativas de continuidade

No dia 15 de fevereiro de 1948, o jornal *Folha do Povo*, noticia a cassação dos mandatos dos políticos eleitos pelo PCB. Junto com esta notícia, encontram-se os autos de antecedentes de Adalgisa, desde 1930. Embora não haja registro policial de sua prisão naquele momento, a *Folha da Manhã* em Recife divulgou uma nota de uma matéria escrita no Rio de Janeiro, informando que “A escritora Raquel de Queiroz se insurge contra a polícia que agrediu Adalgisa Cavalcanti, ex-deputada comunista”.¹⁴⁰

A partir do momento em que as prisões começam a ser efetuadas, a vigilância destes agentes muda de perspectiva: passam a se concentrar na “averiguação” de “atitudes subversivas” que pudessem justificar prisões e, portanto, demonstra ser mais seletiva, embora não menos intensa. Assim, até uma conversa na rua era motivo de prisão em 1950.

Apesar das cassações, os integrantes do Partido Comunista continuam a se mobilizar contra as ações governamentais que consideram ruins aos interesses da população e a favor da restauração das liberdades democráticas. Fundam assim várias associações e entidades que logo serão mapeadas pela polícia em continuidade à repressão, iniciando com o monitoramento às suas reuniões, onde colocará agentes infiltrados. Assim, por exemplo, o policial:

Comunico à V.S. , para os devidos fins convenientes, que o Comitê de pró-Democrácia do Bairro [de] Santo Antonio, encontra-se, atualmente, instalado na Rua da Palma n. 583 onde realizou-se

¹⁴⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Recorte de jornal *Folha da Manhã* de 20 de fevereiro de 1948. Anexo ao prontuário n. 5.306.

uma sessão as 19 horas e 30 minutos do dia 15 (ôntem) tendo comparecido a ex-deputada Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Neusa Cardin, Carmem Pinto, Edite Coutinho e Nilvaldina Rosa do Espírito Santo, o ex-deputado David Capistrano da Silva, os Vereadores Heitor Pereira, José Albino de Miranda e Demócrito Ramos da Silveira, Sindulfo Correia Josué e outros elementos comunistas não identificados pelo policial em observação.¹⁴¹

Também deram continuidade à divulgação de ideários através do jornal *Folha do Povo*, meio pelo qual os integrantes do PCB divulgavam os seus pensamentos e entravam em contato com a população. Embora não tenha sido fechado permanentemente, durante anos este jornal sofreu com os vandalismos dos policiais, sendo seu maquinário quebrado pela polícia da DOPS e seus funcionários, presos.

Os integrantes do PCB de Pernambuco, na sua maioria, escreviam os mais diversos artigos: sobre a vida da mulher na fábrica, a situação do operariado, a carência dos alimentos e sobre os abusos do governo.

No caso de Adalgisa, todas as vezes que ela escreveu ou foi escrita alguma matéria sobre ela, a DOPS se preocupou em arquivar. Em geral, são recortes colados em uma folha com data e referência do jornal recortado.

Percebe-se através dos artigos escritos por Adalgisa, a sua preocupação em chamar as mulheres para a causa política, por direcionar sua fala ao público feminino. Num fragmento de artigo escrito, comenta a vida de Dolores Ibarruri – (La Passionaria), nascida em 1895, em Somorrostro (Viscaya, na Espanha). Destaca que ela era “defensora da democracia e do proletariado, cas[ou-se] aos 20 anos e fili[ou-se] ao Partido Comunista Espanhol em 1920, [foi] mãe de inúmeros filhos [e] soube conciliar o lar e o partido” (Com a proclamação da República em 1934, começou a participar dos trabalhos de âmbito nacional até ser eleita no Parlamento espanhol, representante dos mineiros asturianos, tomando-a como exemplo a ser seguido

¹⁴¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 16 de março de 1948.

É sem dúvida uma grande lição a que nos oferece Dolores Ibarruri, quer como combatente pela causa do povo, quer como esposa e mãe modelar.

Imitemos a grande mulher que hoje saudamos, unindo-nos [...] afim de organizadas lutar contra a fome e a miséria, que invade os nossos lares, em consequência das sucessivas altas dos gêneros alimentícios e o congelamento dos salários dos nossos filhos e esposos.

Criemos uma forte corrente democrática, acima das divergências políticas e religiosas, afim de lutarmos unidas contra a guerra, pela paz, e ofereçamo-la como uma das maiores homenagens que podemos prestar a Ibarruri, espelho das lutadoras anti-fascista de todo o mundo.¹⁴²

Tais artigos serviram de impulso para que as mulheres se unissem, a fim de reivindicar melhores salários, que neste período estavam congelados, assim como para reclamar sobre o aumento dos gêneros alimentícios.

As mulheres às quais ela se dirigia formavam um grupo que não participava da vida pública, estavam mais presentes no “lar” (na vida privada). Muitas advindas do interior do Estado, região em que a seca recrudescia, dominada por grandes latifúndios e muita pobreza.

Para que sua fala não entrasse em conflito com o modo de vida destas mulheres, Adalgisa se dirigia a elas na perspectiva de chamá-las à causa política, mas sem desconsiderar a importância que davam ao espaço privado, neste caso, o cuidado com a família.

Tais atividades não eram novas na vida desta militante, pois desde 1946 o agente da DOPS já registrara que, além de se fazer presente no jornal, recebia em sua residência muitas mulheres, integrantes dos movimentos femininos que liderava e dos quais participava, ou seja, “A prontuariada exercia no ano de 1946, grande atividade na Diretoria do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, escrevendo e falando em comícios promovidos pelo mesmo Comitê”.¹⁴³

Assim, enquanto o partido esteve na legalidade, todas as organizações estiveram sob o olhar vigilante da DOPS, o que serviu de base acusatória para o

¹⁴² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Recorte de Jornal *Folha do Povo* de 09 de dezembro de 1948. Anexo ao prontuário n. 5.306

¹⁴³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Atestado de antecedentes. Prontuário n. 5.306.

momento em que, postos na ilegalidade, passassem a ser presos por participar de atividades consideradas “comunistas”, acirrando-se a repressão exatamente nos anos democráticos. Se no período anterior a 1950, associações diversas, além dos jornais, eram o foco de vigilância, após este período, passaram a ser diretamente reprimidos, pois agora estavam respaldados pela lei, conforme, por exemplo, fazem referência os policiais no dia 27 de agosto de 1949:

Foi detida e conduzida a esta delegacia, na ocasião em que elementos comunistas pretendiam realizar um comício em defesa da Paz, no Parque 13 de Maio, não obstante ter sido o mesmo proibido pela polícia.¹⁴⁴

A partir do fim da década de 1949 e no decorrer da década de 1950, as idas à delegacia se tornam corriqueiras, principalmente porque ocorreram eleições e campanhas organizadas a partir dos integrantes do PCB.

Ainda nessa década, Adalgisa e outras pessoas ligadas à política tentaram se candidatar sob outra legenda, não sendo permitido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

3.7 As perseguições sob a égide da Guerra Fria

A partir da década de 1950, impulsionados pela nova tecnologia que o aumento de recursos permitiu comprar, a troca de informações entre os Estados e com o governo central não só se intensificou, mas se tornou mais sofisticado, pois passou a ser feito também por rádio. Não nos esqueçamos que, conforme foi indicado no início, novos recursos financeiros foram disponibilizados a esses órgãos para que pudessem cumprir a contento a extirpação da ameaça comunista. Na correspondência que registra tal comunicação, as palavras, assuntos, intenções e ações ou comandos são desarranjados, truncados, e dificultam o entendimento sobre as deliberações tomadas.

¹⁴⁴ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Atestado de antecedentes. Prontuário n. 5.306.

Tal observação pode ser verificada numa seqüência de documentos que informavam sobre o Congresso Nacional de Mulheres, que foi realizado em São Paulo em 1951:

SS/23179 pt confirmado meu rádio SS20.188 vg 1º do corrente vg a respeito do CONGRESSO NACIONAL MULHERES vg comunico vg que referido conclave que vg provavelmente será proibido vg foi transferido para dias 28 vg 29 e 30 de junho vg segundo noticias imprensa comunista pt

Entretanto vg podendo tratar-se de ardil e o congresso ser realizado antes vg solicitado prezado colega verificar quais delegações desse Estado deverão embarcar para esta Capital vg comunicando imediatamente data seu embarque e vg se possível vg temarios que citadas deverão discutir pt Tudo que se refira referido congresso interessa esse Departamento vg motivo porque agradeço V.S. sua cooperação pt. [sic].¹⁴⁵

Com relação à informação de rádio acima, numa primeira leitura se observa que se tratava de uma resposta do Serviço Secreto de São Paulo confirmando o rádio passado pelo Serviço Secreto de Pernambuco sobre o Congresso Nacional de Mulheres a ser realizado na cidade de São Paulo. Solicita-se que, além da relação das participantes também se indicasse os temas do encontro. Tal solicitação termina dizendo que tudo que fosse tratado era de interesse da delegacia de Pernambuco. No dia 25 do mesmo mês chegou a primeira resposta:

Resposta vosso 137 vg 13 corrente vg informo-vos até agora apenas uma delegação foi designada assistir Congresso Mulheres a realizar-se nessa Capital pt

Essa delegação vg será assim constituída bipontos
ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI vg ex-deputada estadual
eleita P.C.B vg MARIA JOSÉ DA SILVA e IRACY BARBOSA DA
SILVA pt

Não conhecemos ainda temarios irão discutir congresso.
Adianto-vos vg entretanto vg quaisquer informações colhidas
respeito vg bem como outras notícias vg possam interessar essa
Diretoria vg serão transmitidas com presteza pt. [sic].¹⁴⁶

¹⁴⁵ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 13 de junho de 1951).

¹⁴⁶ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Rádio n. 18. São Paulo. Prontuário n. 5.306. 25 de junho de 1951.

O teor dos assuntos a serem discutidos no congresso foi notificado pelo agente em outro rádio,

Aditamento último rádio enviado essa Diretoria vg informo-vos temários deverão ser debatidos Congresso Mulheres representantes P.C.B. local vg são seguintes bipontos
Carestia de vida ptvg barateamento de generos de 1ª. necessidade ptvg flagelação do nordeste e perseguições policiais pt. [sic].¹⁴⁷

Embora os problemas a que se referiam como os altos custos de vida, e a seca no Nordeste fossem de interesse de praticamente toda a população, a DOPS retrucou que, conforme suspeitavam, as militantes que representavam o Estado de Pernambuco iriam debater assuntos “ardis”, ligados a política. Ainda na pauta do debate estava à questão da violência e perseguições policiais exercida pelos agentes.

As atividades de Adalgisa no jornal a *Folha do Povo* também se acentuam ao longo dos anos seguintes, o que provocou ao aumento da vigilância a este matutino. Havia sempre um agente policial de “campana” observando a entrada e a saída de pessoas do local onde funcionava o jornal, conforme o documento de 1952 informa:

Levo ao conhecimento de V.S. que durante meu horário de serviço, em observação a Folha do Povo, consegui registrar a entrada naquele local dos seguintes comunistas: Ruy Antunes, Claudio Tavares, Luiz Maranhão Wilson, Adalgisa Cavalcanti, (?), Clovis Melo, (?) e mais alguns comunistas cujos nomes não me foi possível averiguar.¹⁴⁸

Nesse ano, ela e outros integrantes do PCB e da esquerda no Nordeste, assim como pessoas progressistas da região encetaram várias campanhas de caráter público, como a campanha contra a ida de soldados para a República da Coréia, a campanha pela manutenção da nacionalização do petróleo, e a

¹⁴⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Rádio n. 19. São Paulo. Prontuário n. 5.306. 27 de junho de 1951

¹⁴⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Grifo do documento. Prontuário n. 5. 306. 28 de julho de 1952.

campanha contra a “dependência” e a intervenção dos Estados Unidos no governo brasileiro, pelo que foram presos e, mais uma vez, fichados.

Conforme os autos da DOPS, Adalgisa tomou posse no cargo de Presidente do Conselho Consultivo da Associação de Mulheres Democráticas de Pernambuco naquele mesmo ano. Em se tratando de uma organização cuja função social era a de promover o acesso de mulheres às discussões sobre suas demandas políticas e sociais, tal organização foi considerada atrelada ao Partido Comunista e, portanto, considerada ilegal.

Interessante observar que nesse período, a vigilância a Adalgisa chegou a tal proporção que até quando ela saiu à rua para varrer a calçada¹⁴⁹, o agente da DOPS fez questão de registrar, assim como anotou quando ela trocava de roupa. Esse tipo de invasão do cotidiano da vida das pessoas revela a total falta de privacidade.

Depois, já de roupa trocada, saiu às 15.45 em direção ao Mercado São José, sempre acompanhado por mim, porém, com poucos minutos perdi-a de vista, conseguindo levanta-la 15 minutos depois, seguindo-a em direção a sua casa, onde ela encontrou-se com um elemento masculino desconhecido com quem conferenciou durante 5 minutos, retirando-se depois o desconhecido.

Depois a “acampada” saiu com destino a um depósito de leite na rua das calçadas, voltando momentos depois com uma leiteira à mão entrando-se com o marido.¹⁵⁰

No mês de novembro de 1952, Adalgisa flagrou o policial vigiando-a e interpelou-o sobre isto. Não fosse trágico, pela indicação do que isto denota sobre uma situação que não se restringia a uma pessoa, mas se colocava em todo o país, podemos considerar que é hilário o depoimento do agente sobre a atitude da ex-deputada.

Às 8.10 horas a observada saiu novamente de casa, a pés, pela Rua das Calçadas, tomando destino à Praça de Cinco Pontas. Neste local Adalgisa parou na esquina da Rua das Calçadas com a Praça das Cinco Pontas. Com surpresa de minha parte a

¹⁴⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.305. 13 de novembro de 1952.

¹⁵⁰ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.305. 13 de novembro de 1952

observada me abordou di[z]endo que iria protestar estar sendo vigiada pela polícia. Diante da atitude de Adalgisa perguntei a ela se estava falando comigo, tendo ela não dado resposta, voltando as costas para mim, continuou a andar. Em face do exposto procurei entrar na primeira rua, a fim de recolher[-]me a esta Especializada para informar o incidente havido o conse[qü]entemente ser providenciado a minha substituição no serviço.¹⁵¹

Não era a primeira vez que ela enfrentava pessoalmente tais policiais, como observado no documento escrito pelo próprio agente no dia 9 de agosto de 1947. No documento ela denuncia que tal perseguição era ilícita, burlava a Constituição em vigor. Apesar disto, a DOPS continuou a vigiá-la, pois no mesmo dia outro agente prosseguiu a “campana” das 18 horas às 24 horas, registrando seu cotidiano. (Prontuário n. 5.306. 14 de novembro de 1952). Tal vigilância ainda foi denunciada por Adalgisa no dia 18 de novembro de 1959.

Em janeiro de 1953, Adalgisa foi presa após uma conversa “subversiva” em um Mercado da cidade, denominado São José, na qual se posicionou contra o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, acusada novamente de ter ligações com células comunistas. (Prontuário n. 5.306. 16 de janeiro de 1953)

ADALGISA CAVALCANTI, [...] estava conversando com o comunista de nome ANTONIO CORREIA NEVES, dia 14/07/53, no compartimento de café no Mercado de São José, de propriedade do elemento acima [...].

Esta conversa, tinha caráter subversivo, sendo bastante prolongada, atraindo, até outros elementos, não identificados. (Prontuário n. 5.306, 17 de julho de 1953).

No dia 23 do mesmo mês, a DOPS invadiu a Associação de Mulheres Democráticas. Lá ficharam os nomes das mulheres integrantes e apreenderam tudo que consideraram suspeito. Em julho do mesmo ano, outro agente informa a DOPS.

O trabalho policial podia efetivar-se conforme seu livre-arbítrio, por policiais não uniformizados, denominados como espião policial, “sempre alerta” trabalhando sistematicamente para colher informações, como bem destaca Célia PEDROSO (2005), constituía a base do serviço investigativo a coleta de

¹⁵¹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5.306. 14 de novembro de 1952.

circunstâncias que iriam compor a ‘prova’ da execução do ato criminoso. (pedroso, 2005: 130).

Como podemos ver, a DOPS continuou a perseguir e a vigiar conversas em cafeterias, mercados, ruas, mas agora, a partir das constatações de “subversão”, as pessoas eram levadas à delegacia para prestar depoimentos. Emitir opinião crítica sobre a coisa pública era considerado um ato “subversivo”, sendo censurado e seu emissor levado para prestar depoimentos na delegacia.

Foi vista em palestra com o comunista Antonio Correia Novais. Vem prestando o seu concurso à Campanha da Paz, do Petróleo, da Emancipação Nacional e contra o Pacto Militar Brasil-Estados Unidos. Figurou o nome da epigrafada na chapa como candidata a deputada estadual pela legenda P.T.N., às eleições realizadas em 3 de outubro de 1954.¹⁵²

Se as conversas em cafeterias eram proibidas, participar de movimentos reivindicatórios era muito pior. Mesmo sabendo que eram proibidos os encontros, as reuniões e as manifestações públicas, Adalgisa e outros integrantes do extinto PCB continuaram expondo suas opiniões. Porém, quando tentaram se candidatar sob outra legenda, foram proibidos entre outros motivos, pela posição “subversiva”.

Em 1954, para coibir a participação das pessoas ligadas ao extinto PCB nas eleições que se aproximavam, foi editada uma lei de emergência proibindo tais candidaturas, o que foi imediatamente denunciado pelo PCB e pelo PTB que escreveram um telegrama ao Deputado Carlos Vergal, que foi devidamente apreendido pela DOPS:

Solicitamos a V.Excia, transmitir ao plenário da Camara de deputados a nossa repulsa ao artigo n. 32, do projeto de Lei Eleitoral de Emergência, que impedi o registro dos candidatos patriotas do pleito de outubro vindouro [...]
Outrossim, pedimos por seu apoio, bem como o de todos no plenário, para o projeto do deputado Coutinho Cavalcanti, que regulamenta o registro e funcionamento do Partido Comunista do

¹⁵² Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário 5.306 de outubro de 1954.

Brasil cuja existência jurídica é reclamada por milhões de brasileiros.¹⁵³

Além de solicitar permissão para a candidatura, os integrantes do PCB continuamente enviavam listas e mais listas de pessoas que pediam a legalização do PCB. Esse telegrama foi apreendido no mesmo dia em que a polícia interrompeu a reunião que acontecia na residência de Valentim da Costa Figueroa, com a presença de Paulo Cavalcanti, Adalgisa Cavalcanti, Julia Santiago da Conceição.

Enquanto isso, a continuidade da existência da *Folha do Povo*, apesar de toda a repressão, apreensões e falta de recursos, continuava a ser um caminho para a divulgação dos eventos e das críticas aos acontecimentos que, naquele momento, eram dos mais conturbados, dadas as tentativas de golpe de Estado contra as novas eleições. Por isto, continuava também a vigilância acirrada a este jornal, conforme se vê deste relato de 1954

Faço chegar a vosso conhecimento, que os comunistas CARLOS DUARTE, ADALGISA CAVALCANTI, JULIA SANTIAGO, VICENTE BARBOSA E DOMINGOS CORREI e os que trabalham na Folha do Povo, estiveram reunidos esta noite das 22,30 horas às 0,15 horas, os quais falaram sobre o segredo do Partido e como deve ser retirado o material da Folha do Povo, para a polícia não pegar. Ficou acordado que o material deveria ser retirado nas bol[s]os de cada um. Ficou acordado também que vai haver reuniões nos subúrbios, mas com todo cuidado por causa da polícia. Uma parte fazem as reuniões e outra ficará na parte da rua, afim de, caso os tiras de Otavio Domingues, apareçam, haver tempo para os conferencistas poderem escaparem.¹⁵⁴

O plano secreto descrito no relatório seria o “Plano Luiz Carlos Prestes”, para reorganizar o partido. Era o ano em que estava sendo programado o IV Congresso do PCB, previsto para dezembro na cidade do Rio de Janeiro e para participar deste evento Adalgisa em “11-12-1954 – viajou com destino ao Rio de Janeiro conforme comunicação feita à Polícia do Distrito Federal”.¹⁵⁵ Nesse

¹⁵³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 18 de julho de 1954

¹⁵⁴ Grifo original do documento. Prontuário n. 5.306. 05 de agosto de 1954.

¹⁵⁵ Prontuário 5306, antecedentes.

evento, Adalgisa foi presa, conforme observamos na documentação. Nesse congresso foram tratados os seguintes assuntos, resumidamente:

Foi ressaltada a importância do Programa e dos Estatutos, documentos que marcam uma nova etapa no desenvolvimento do Partido. A aplicação do Programa exige que o Partido se volte mais e mais para as massas, que modifique os seus métodos de trabalho entre as massas, tornando-os mais flexíveis e persuasivos. É dever primordial do Partido empregar o máximo de seus esforços para unir e organizar a classe operária. A unidade e organização da classe operária têm se desenvolvido, atingindo a movimentos tão importantes como as greves gerais do Rio Grande do Sul, de Minas e de São Paulo. É necessário desenvolver este processo a fim de fortalecer cada vez mais o papel dirigente da classe operária nas lutas do povo brasileiro. A aliança operário-camponesa deve estar no centro das atenções do Partido. A subestimação dos camponeses será eliminada com medidas concretas que acelerem a organização das diversas camadas do campo, onde todas as formas de luta devem ser aplicadas, ao mesmo tempo com flexibilidade e audácia. Dada a situação que o país atravessa, sob a pressão crescente do imperialismo norte-americano, são cada vez maiores as possibilidades de amplas alianças, que o Partido precisa utilizar. A criação, organização e ampliação da frente democrática de libertação nacional é uma tarefa urgente e inadiável, que deve ser levada a efeito através das próprias lutas do povo brasileiro pela paz, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional. Desenvolvendo estas lutas, o Partido deve se colocar resolutamente à frente das massas, combater o oportunismo que teme as lutas de massas, porém, ao mesmo tempo, impedir qualquer aventura, qualquer ação que possa isolar o Partido das massas e facilitar os golpes do inimigo. A revolução brasileira se fará através de uma luta árdua, tenaz e prolongada, mas a sua vitória é inevitável. É o que nos indica o Programa do Partido.¹⁵⁶

Após o Congresso, várias medidas de ampliação da militância dos comunistas foram adotadas, inclusive de organizar cursos que se propunham a integrar, nortear, ensinar sobre as novas diretrizes do partido, utilizar melhor e mais eficientemente os meios de comunicação, como a *Folha do Povo*, dar cursos de alfabetização e de política, voltados para a conscientização da população, com relação aos seus direitos. Nesse ano ainda, foi organizado um

¹⁵⁶Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/resumo.htm. Acesso em 25 de junho de 2009.

movimento para atuar no meio rural denominado “Campo”, que com a frente de Francisco Julião, pretendia dar assistência jurídica e organizar a população para pleitear maior acesso aos bens produzidos, acesso ao trabalho e à terra. Como destaca Flávio Henrique Albert BRAYNER, no ano de 1955:

[...] vários cursos de capacitação política do PC são realizados; a imprensa partidária local divulga informes e manifestos, dá cobertura às greves, critica severamente o Estado policial implantado por Cordeiro de Farias; as chamadas “Associações de Bairro” funcionam a todo vapor [...]. Com uma atividade tão febril e alcançando dimensões políticas até então inusitadas no movimento comunista pernambucano. (BRAYNER, 1989: 63).

No dia 28 de outubro de 1955, o agente policial em campanha registrou o seguinte fato:

Comunico a V. Excia., que ontem, às 11 horas, a grande agitadora comunista ADALGISA CAVALCANTI em companhia de outros elementos vermelhos, estiveram no Moinho Recife, [...] distribuíram vários exemplares do Jornal “Folha do Povo” e algumas revistas de propaganda comunista, improvisando ainda uma rápida conferência entre os trabalhadores. Convem salientar que tal tarefa faz parte do “Plano Luiz Carlos Prestes” do Partido Comunista do Brasil, na parte de recrutamento de militantes, já em nosso poder.¹⁵⁷

Outro agente, também no local, fez suas “observações”:

Para os devidos fins, comunico a V.S. que em obediência ao “Plano Luiz Carlos Prestes” do Partido Comunista do Brasil, na parte “Construção do Partido”, a líder ADALGISA CAVALCANTI em companhia de outros companheiros, esteve ontem, às 11 horas, no Moinho Recife, um dos setores constantes do referido plano para recrutamento de militantes, e ali pronunciou uma espécie de comício relâmpago, distribuindo exemplares da “Folha do Povo” e algumas revistas, ficando de fazer nova visita. Deixo de juntar alguns exemplares do material distribuído em face do investigador que ali trabalha, não ter enviado para esta Delegacia, até o momento, e como prometeu.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 28 de outubro de 1955.

¹⁵⁸ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS).
Prontuário n. 5.306. 28 de outubro de 1955.

Embora não tenhamos no conjunto da documentação pesquisada o referido documento apreendido pela DOPS, sabemos que, ao mesmo tempo em que estavam acontecendo campanhas do partido com a intenção de ampliar e divulgar os ideários com o fim de levar à legalidade e a novas eleições, a questão que se colocava era a de apoiar candidatos de outros partidos, como foi o caso do apoio dado à candidatura de Pelópidas Silveira nas eleições desse mesmo ano. Ainda nesse ano ocorreu o Congresso de Salvação do Nordeste, com a participação de vários integrantes do extinto PCB.

Embora não tenhamos no conjunto da documentação pesquisada o referido documento apreendido pela DOPS, sabemos que, ao mesmo tempo em que estavam acontecendo campanhas do partido com a intenção de ampliar e divulgar os ideários com o fim de levar à legalidade e a novas eleições, a questão que se colocava era a de apoiar candidatos de outros partidos, como foi o caso do apoio dado à candidatura de Pelópidas Silveira nas eleições desse mesmo ano. Ainda nesse ano ocorreu o Congresso de Salvação do Nordeste, com a participação de vários integrantes do extinto PCB.

As perseguições, vigilância e repressão em torno de Adalgisa recebem um interregno que vai de 1956 a 1959; entre outros motivos, essa interrupção deve estar associada à apreensão de documentos e prisões destacada no capítulo I, do dia 6 de janeiro.

Apenas para efeito de retomar a historicidade do período, esse interregno está ligado a “nova” orientação, que “permitiu” uma maior ação repressora, ou seja, foi ordenada a repressão às células que já estavam sendo acompanhadas durante anos a fio,

uma nova orientação ao nosso trabalho nos foi dada, permitindo uma repressão mais eficiente nos organismos subordinados àquele Comitê. [...]. Inicialmente desarticulamos a Comissão Sindical, que tinha como finalidade dirigir o Partido no seio dos operários sindicalizados, detendo e tomando por termo as declarações de todos os seus componentes. Atingimos, depois, vários Comitês de Empresas, tais como o das fábricas de tecidos de Moreno, Camaragibe, Torre, Macaxeira, Paulista, e os Comitês Distritais de casa Amarela do Porto, do Centro e a Organização de Base dos transviários entre outros. Ainda apreendemos a maquinaria de uma

imprensa ilegal [...]. Detivemos cerca de 550 militantes, para audiências, fazendo inquéritos contra alguns deles, resultando isto na condenação, pela Justiça Civil, de quatro dos membros do C.R. [...]. (LIMA, et. al., 1986: 27).

Nas palavras dos policiais, a “queda de 6 de janeiro de 1956” foi um marco, a desarticulação do PCB regional para a DOPS-PE, foi considerada um “triunfo” e mesmo que o PCB tenha tentado se reorganizar, quatro meses depois, novamente “a polícia Pernambucana apreendeu os documentos e tudo que restou da organização, desde os comitês distritais da capital, comitês de zonas e inclusive os no interior do Estado”. A vigilância segue informando se saiu de casa, qual sua trajetória, o que fez e com quem conversou.

Em 1961, por ocasião de um Congresso de Mulheres Latino-Americanas, a DOPS registrou a ida ao Rio de Janeiro nos dias 21 a 24 de abril, de Adalgisa e Neusa Cardim. Em nota o agente também informou que, representando Cuba estava Célia Golvara “genitora do ministro cubano” a qual fora a vários Estados realizar conferências. Nesse início de década, a preocupação da DOPS era da cubanização do Nordeste, cujos trabalhadores rurais, entre outros fatos, estavam se organizando nas Ligas Camponesas, sob o comando de Francisco Julião.

Nos anos que se seguem a DOPS, numa proporção bem menor, continua suas anotações sobre a vida de Adalgisa, até mesmo quando ela faz a venda de sua residência no ano de 1962, de onde fora vigiada desde a década de 1930.

Em 25 de junho de 1963, antes mesmo do proclamo da tomada de poder bonapartista, a DOPS já trocava informação afirmando que ela já era prontuariada desde o ano de 1934.

Em outubro de 1964, ocorre o inquérito e o processo sob as ordens da Comissão de Investigação Sumária. Tal comissão era responsável por encaminhar inquéritos de pessoas ligadas ao funcionalismo do município. Como Adalgisa não se enquadrava como funcionária, a peça processual foi arquivada tendo sido solicitado seu envio para outra instância.

Acompanhando as diretrizes de um regime bonapartista, os direitos políticos de várias pessoas foram cassados nesse ano, particularmente dos

funcionários públicos, e foram iniciados os expurgos da máquina administrativa do país. Mesmo sem ser funcionária pública, foi emitida ordem de prisão contra ela, no dia 6 de junho de 1964.

Em 1966, em recorte guardado pela DOPS do jornal *Diário de Pernambuco* de 10 de outubro de 1966, foi divulgada a condenação de Adalgisa:

foi condenada ontem, pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a ex- deputada Adalgisa Cavalcanti, ex-funcionária do Serviço Social Contra o Mocambo, e uma das mais antigas militantes e divulgadoras da doutrina Marxista no Recife.¹⁵⁹

Apesar de não trabalharmos com a documentação posterior aos anos 1960, que até o momento não está liberada pelo governo referente o período ditatorial, de 1964 a 1985, acreditamos que a sua vida segue vigiada até fins da década de 1980.

Os anos de vigilância, repressão e opressão pela qual passou Adalgisa a confinaram no apartamento ao fim de sua vida, que só recebera visitas de amigos próximos ou recomendados por cartas, conforme descreve Beth Salgueiro, na revista *Mulherio*.

se esconde num apartamento no centro do Recife, e só recebe visitas se estas chegarem através de amigos de confiança. Para as pessoas conhecidas, a casa esta sempre aberta. Para os estranhos, só com carta de apresentação. 'não é que eu tenha medo, mas já me aborreci muito e acho que devo poupar minha velhice'.¹⁶⁰

Adalgisa morreu em Recife no dia 26 de abril de 1998.¹⁶¹

¹⁵⁹ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Delegacia de Ordem Política e Social – (DOPS). Prontuário n. 5603. 10 de agosto de 1966.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulherio/capes2.html>. Acesso em 2 de junho de 2009.

¹⁶¹ Disponível em: http://www.bolsademulher.com/estilo/materia/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora/1785/1. Acesso em 2 de junho de 2009).

Considerações Finais

Conforme foi indicado no início desta dissertação, o objetivo da pesquisa foi mostrar que a repressão política desencadeada em Pernambuco e particularmente em Recife, nas décadas de 1940 e 1950, não só teve continuidade, como estava em íntima conexão com os eventos regionais, nacionais e internacionais, quando este esteve vinculada a Guerra Fria.

Ou seja, procurou-se apreender as informações enquanto expressão das relações sociais concretas, às quais não se atribuiu sentidos imaginários ou significados exteriores ao que a documentação encontrada nos prontuários do Arquivo Público Jordão Emerenciano, em Recife, demonstrava.

Apesar das mudanças ocorridas na estrutura da DOPS desde a década de 1930 até o fim da de 1950 e, considerando que tais mudanças decorrem da situação social de cada momento histórico, observa-se que a função de repressão voltada contra um inimigo interno se manteve ao longo praticamente de todo o século XX, conforme outros autores já o demonstraram, mas sem a especificidade apontada para a região de Pernambuco.

Redes de informações das mais variadas e com níveis de especialização foram criadas, a exemplo do Serviço Nacional de Informação (SNI), Centro de informações da Marinha (CENIMAR), Conselho de Segurança Nacional (CSN) Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) e as DOPS. Além da intrincada divisões, subdivisões, “operações” entre outras instituições que serviram de “inspiração”, como a Escola Superior de Guerra. Em outros casos, os serviços foram criados posteriores às suas funções como o caso do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), criado em 1968, embora já houvesse serviço de informação na década de 1940.

Entre 1920 e 1960, foram incorporados novos nomes e novas funções, mas na essência, cumpriram as funções de um órgão repressor desde seus surgimentos no início da década de 1920.

A segunda metade da década de 1950 se apresentou para a DOPS como um período de “perigo iminente”, entre outros motivos, por causa da expansão

dos ideários e da adesão da população às coisas públicas. Se nas décadas anteriores a orientação que os agentes policiais tiveram foi a de vigiar e acompanhar a vida cotidiana das pessoas, a partir de 1950 a orientação foi outra, a de fazer a repressão, principalmente nos anos de 1956 e 1958.

A repressão segundo os agentes policiais era lícita e legal, pois a legislação previa o uso da força, já que se tratava de uma organização de base do extinto PCB que a polícia já conhecia e que acompanhava de perto todo movimento de idas e vindas de integrantes e simpatizantes do PCB.

Demonstramos que os Estados atuavam sob os auspícios de orientações nacionais. Assim como as atribuições, funções e criação de departamentos e seções da polícia vigente nos de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, eram as mesmas, embora variassem, por vezes, a ordem hierárquica e a posição relativa de cada setor no interior da burocracia.

Tal condição advém do período de Getúlio Vargas e se mantém e aprofunda na segunda metade da década de 1950, ou seja, no período da presidência de Juscelino Kubitschek. Enquanto no Rio de Janeiro, tenhamos encontrado a Divisão de Polícia Política (DPS), dividida também em duas seções a de Ordem Social e a de Ordem Política, em São Paulo as divisões são similares, por vezes idênticas, porém, no lugar de se constituir Divisão como no Rio de Janeiro, a de São Paulo é Delegacia, bem como a de Pernambuco.

Nos anos posteriores a 1947, a perseguição constitui um legado muitas vezes atribuído ao levante de 1935 (Intentona Comunista), particularmente pela participação de tenentes e soldados na tentativa da tomada do poder no interior das Forças Armadas, não sendo apenas puramente militar, mas que se estendeu a civis também.

Os prontuários e dossiês dos arquivos da DOPS-PE se ampliaram no período de legalidade do PCB, a partir de 1946. Foi quando o partido, confiante no discurso da “redemocratização”, passou a comunicar aos órgãos do governo (encarregados do controle de atividades públicas sobre as próprias atividades organizativas), como a abertura das *células*, a composição dos núcleos

dirigentes, os horários e os lugares das reuniões, assim como divulgava abertamente a toda a população nos anúncios do jornal *Folha do Povo*.

Segundo os agentes da DOPS, já no fim da década de 1950, a “perturbação da ordem social” era incitada pelo Partido Comunista Brasileiro, e era necessário se prevenir contra a “infiltração” comunista, na defesa do “tradicional regime político abraçado pelo povo brasileiro, [...] compatível com suas tradições de família, de cultura e de religião”.

A polícia intensificou, no decorrer do período de “redemocratização”, durante o governo JK, a vigilância aos grupos urbanos e rurais, operários de fábricas têxteis, da Base Aérea do Recife, políticos e até mesmo seus próprios agentes da DOPS.

A leitura da documentação nos permitiu identificar uma determinada lógica neste processo repressivo, isto é, um conjunto de prontuários contendo anotações indicadas como “investigação”, a seguir outro conjunto de anotações e documentos que se caracteriza como “censura”, e finalmente, como “repressão”.

A lógica do controle social e repressão conforme situa a historiadora Marcília Gama da Silva esteve fundamentada sobre três matrizes: a investigação que “corresponde ao procedimento usado quando se impõe a necessidade de averiguar, pesquisar, diagnosticar, a atividade de pessoas físicas e jurídicas”, a censura que se refere “[...] procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando constatada a existência de alguma atividade suspeita, nociva à ordem ou que sugerisse subversão”. E a repressão: “procedimento último na hierarquia das atividades-fim do órgão. É utilizado quando comprovado a existência de atividade subversiva”. (SILVA, 1997: 79).

A vigilância e a repressão no interior das fábricas pelos agentes da DOPS em tempos de “redemocratização” se articulavam com os desígnios do empresariado. Uma perseguição que não se restringiu aos aspectos político institucionais, mas que enveredou pelo campo da opressão quando esta esteve vinculada à questão de gênero.

A censura foi praticada por agentes do Estado em toda sociedade, independente de classe social, a partir da análise de estudo de caso, foi possível analisar e expor a dimensão da repressão difundida pelos agentes da DOPS em torno da militante Adalgisa Rodrigues Cavalcanti e o movimento feminino, nos anos correspondentes a 1936 a 1964.

Embora essa pesquisa não tenha o caráter de discutir gênero, foi visto como esse movimento feminino foi visualizado pela DOPS como um perigo a “ordem e aos bons costumes”, a adesão de mulheres à política, na concepção da DOPS, foram consideradas como “o rompimento da unidade da família brasileira”, da religião católica, “com isto, a marcha para o caos moral social”. Essa era a visão conservadora e protetora que os agentes pregavam, portanto, defesa da ordem social, política e moral da família e dos bons costumes.

A história de vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti e a trajetória de inúmeros militantes do PCB, assim como de várias associações de esquerda, e até de pessoas que não estiveram associadas diretamente aos movimentos de direitos, foram, nas décadas seguintes, não apenas vigiadas e perseguidas, mas passaram por situações constrangedoras, chegando ao ponto do aniquilamento da vida, desaparecimentos e prisões arbitrárias.

Esta pesquisa, portanto, buscou demonstrar que embora o Brasil estivesse passando por um período de “redemocratização”, de abertura na política, seus órgãos repressores continuaram em pleno funcionamento.

O período estudado focou apresentar que mesmo com a abertura política, a DOPS funcionou e agiu durante as décadas de 1940 e 1950. Durante os anos de 1945 a 1947 a DOPS trabalhou intensamente para mapear e identificar pessoas e associações ligadas ao PCB que tacitamente foram fichadas e perseguidas nos anos posteriores a 1947.

A vigilância e a repressão estiveram ligadas às ordens emanadas das várias instâncias policiais, principalmente em razão do vínculo de uma polícia política e social associada ao judiciário, que condenava e fortalecia as ações de agentes desse órgão.

Os espaços vigiados foram mapeados de tal forma que nem suas próprias corporações deixaram de ser investigadas, onde agentes da DOPS se vigiavam mutuamente, além de fábricas, a Aeronáutica, as ruas comerciais, a vida pública e privada. Conduziram nessas décadas a caça aos possíveis e identificados comunistas que tivessem os ideários sociais contrários, e principalmente o foco do *inimigo interno*. Essa lógica, já identificada por diversos autores, cada qual numa linha de pesquisa singular, mas na sua maioria dentro do conceito do Estado autoritário, revelaram o caráter da perseguição, vigilância e repressão desencadeada por esta instituição.

A partir das conexões demonstradas consideramos que esta repressão expressou a luta de classes no interior de um Estado de cunho autocrático. A exposição de como se deu a repressão nos dá as bases para que sejam desenvolvidas novas pesquisas que possibilitem um melhor entendimento sobre o tema.

Fontes:

Documentação levantada:

Nome do Prontuário	Número Prontuário
Célula Comunista 10 de Outubro	4675
Célula Comunista 15 de novembro	1313
Célula Comunista 18 de Abril	4676
Célula Comunista 19 de Janeiro	4674
Célula Comunista 1º de Fevereiro	27962
Célula Comunista 07 de Novembro	27968
Célula Comunista Água Fria	4575
Célula Comunista Altair Palmeira	4589
Célula Comunista Aluízio Rodrigues	4565
Célula Comunista Anita Garibaldi	4586
Célula Comunista Anita Leocádia	4588
Célula Comunista Antônio de França	4583
Célula Comunista Antônio Pereira Prestes	4582
Célula Comunista Antônio Soares	4584

Célula Comunista Antônio Tiago	4593
Célula Comunista Altair Ferreira	4581
Célula Comunista Augusto Gomes Cabral	4587
Célula Comunista Beberibe	4690
Célula Comunista Bela Vista	27911
Célula Comunista Benedito Alves	4597
Célula Comunista Benedito Silva (Mangabeira)	4621
Célula Comunista Casa Forte	4610
Célula Comunista Castro Alves (Casa Amarela)	4609
Célula Comunista Cinco de Julho	27913
Célula Comunista Clementino Guimarães (Zumbi)	4608
Célula Comunista Cleto Campelo (Município de João Alfredo)	4611
Célula Comunista Coluna Prestes	4677
Célula Comunista Comuna de Paris	4678
Célula Comunista Confederação do Equador	27.915
Célula Comunista Construção Civil	4613
Célula Comunista da Base Aérea do Recife	4622
Célula Comunista da Boa Vista	4617
Célula Comunista da Guarabiraba	27923
Célula Comunista da Madelena	4660
Célula Comunista da Mustardinha – Afogados	4669
Célula Comunista da Rua Vitorino Palhares nº 262 Torre	27972
Célula Comunista de Afogados	4569
Célula Comunista de Areias	4573
Célula Comunista de Beberibe	4594
Célula Comunista de Beberibe	4623
Célula Comunista de Boa Viagem	4616
Célula Comunista de Bom Sucesso	27960
Célula Comunista de Camaragibe	4628
Célula Comunista de Casa Amarela	4631
Célula Comunista de Cavaleiro	27912
Célula Comunista de Dois Irmãos	4672
Célula Comunista de Kalivim	4635
Célula Comunista de Olinda	27959
Célula Comunista de Salgadinho	4680
Célula Comunista de São José	27970
Célula Comunista do Bairro de Santo Amaro	4604
Célula Comunista do Barro	4625
Célula Comunista do Beco do Quiabo 177 (Apipucos)	4603
Célula Comunista do Brejo	4595
Célula Comunista do Cordeiro	4614
Célula Comunista do Diário de Pernambuco	4671
Célula Comunista do Fundão	27919
Célula Comunista do Ipiranga (Areias)	4649
Célula Comunista do Pina	4657

Célula Comunista do Pina	4682
Célula Comunista do Sítio do Bernardo	4683
Célula Comunista Dois de Maio	4673
Célula Comunista dos Funcionários da Folha da Manhã	4629
Célula Comunista dos Gráficos	4647
Célula Comunista dos Metalúrgicos	4670
Célula Comunista dos Peixinhos	1312
Célula Comunista dos Sapateiros	4681
Célula Comunista Estrela Vermelha	27918
Célula Comunista Euclides Manuel de Lima	27917
Célula Comunista Fábrica da Macaxeira	27922
Célula Comunista Flora Camarão	27914
Célula Comunista Francisco Fulgêncio	27921
Célula Comunista Francisco Lira	27920
Célula Comunista Frei Caneca	4606
Célula Comunista Frei Miguelino	4646
Célula Comunista Guararapes (Tejipió)	4648
Célula Comunista Harry Berges	27924
Célula Comunista Henrique Dias	27925
Célula Comunista Ilha do Leite	27926
Célula Comunista Iputinga	4618
Célula Comunista Iputinga nº 32 A	4650
Célula Comunista Jacaré – Encruzilhada	4662
Célula Comunista Jener de Souza	4637
Célula Comunista João Constantino	4651
Célula Comunista João Escorel	27929
Célula Comunista João Ferreira da Costa	4615
Célula Comunista João Romão (Ponto de Parada)	4607
Célula Comunista João Vitoriano	27930
Célula Comunista José Antônio de Barros	27927
Célula Comunista José Cosme	27928
Célula Comunista José de Barros	4652
Célula Comunista José Deodato	4653
Célula Comunista José do Patrocínio	4658
Célula Comunista José Lourenço	4645
Célula Comunista José Maria	4620
Célula Comunista Júlio Soares (Fundão)	4605
Célula Comunista La Passionaria	4636
Célula Comunista Leocádia Prestes	4639
Célula Comunista Lopes Trovão	27932
Célula Comunista Lourenço Moreira Lima	27931
Célula Comunista Luis Manuel dos Santos	4638
Célula Comunista Manoel Alves de Campos Góis	4666
Célula Comunista Manoel Amaro	4668
Célula Comunista Manuel dos Santos	4643

Célula Comunista Manuel Rabelo	4619
Célula Comunista Marcílio Dias (Estivadores)	4665
Célula Comunista Maria Rocha e Silva	4641
Célula Comunista mil novecentos e trinta e cinco	4640
Célula Comunista Mil Oitocentos e Dezessete	27958
Célula Comunista Monte Castelo (Motorista)	4667
Célula Comunista Nair Lins (Beberibe)	4644
Célula Comunista Odete Silveira	4655
Célula Comunista Olga Benário	4654
Célula Comunista Orlando Barbosa	27961
Célula Comunista Padre Machado	27964
Célula Comunista Pedro de Almeida	4656
Célula Comunista Pedro Ernesto	4659
Célula Comunista Pedro Ivo	27963
Célula Comunista Presidente Roosevelt	4664
Célula Comunista Primeiro de Maio	4661
Célula Comunista Quinze de Novembro	27965
Célula Comunista Rodoviária	4663
Célula Comunista Rosa de Luxemburgo	27967
Célula Comunista Santo Amaro	4684
Célula Comunista São Miguel	27971
Célula Comunista Siqueira Campos	27969
Célula Comunista Siqueira Campos – 1945 a 1953	29926
Célula Henrique Dias – Olinda	1315
Célula Olga Benário – Olinda	1318
Célula Vidal de Negreiros – Olinda	1314
Células do Comitê Municipal do PCB em Arcoverde – Pernambuco	29690

Entrevistas

Relatos de pessoas entrevistadas pela historiadora Eliane Moury Fernandes, de Recife, conforme indicado a seguir:

FERNANDES, E. M. Julia Santiago. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1983.

FERNANDES, E. M. Maria do Carmo Barreto Campello de Mello. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1985.

FERNANDES, E. M. Maria Luiza Carneiro Campello. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1985.

FERNANDES, E. M. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

Páginas de internet consultadas

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>
<http://www.rodrigovianna.com.br/plenos-poderes/dilma-sobre-a-ditadura-a-branda-eu-nao-conheci>
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_tsn.htm
http://www.anpur.org.br/revistas/Anpur_v4.pdf
<http://www.fcc.org.br/mulherio/capes2.html>
http://www.bolsademulher.com/estilo/materia/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora/1785/1
http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/resumo.htm
http://egal2009.easyplanners.info/area05/5858_Almeida_Caliane.doc
<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=311&textCode=4957&date=currentDate>
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100008&script=sci_arttext&lng=in#cima6

Bibliografias

AFFONSO, A. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Lisboa: Ed. Presença, 1998.

ALBUQUERQUE, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALFONSO-GOLDFARB, A. M. et al. *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: Ed Física. Fapesp, 2004.

ALVES: A *República e a construção da ordem*. Revista *História*, São Paulo, n. especial, 1989.

ALVES, M. M. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1987.

ALVES: e Paiva, A. *A revolução nacional-democrática, segundo o V e o VI Congresso do PCB*. Revista *Debate*, n. 16, Paris, maio 1974.

- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALMEIDA, L. F. *O regime democrático no período JK: um mito a ser questionado*. Revista *Margem*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais. PUC/Fapesp, n 6, 1997.
- ALMIRO, J. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- AMADO, J. *O cavaleiro da esperança*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- _____. *Os subterrâneos da liberdade*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- AMAZONAS, J. *Pela liberdade e pela democracia popular*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.
- ANDRADE, M. C. de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1979.
- ANDERSON: *As antinomias de Antonio Gramsci*. In: *Crítica Marxista – A estratégia revolucionária da atualidade*. São Paulo: Jorúês, 1986.
- ARANTES, M. A. A. C. *Pacto Re-Velado: Psicanálise e Clandestinidade Política*. São Paulo: Escuta, 1994.
- ARAÚJO, et al. *O acervo DEOPS*. In: AQUINO, M. A. de; MATTOS, M. A. V. L. de; SWENSSON Jr., W. C. (orgs.). *O coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial, 2001.
- ARNS: E. *Brasil Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1985.
- ARENDT, H. *Da Revolução*. Trad. Fernando Didimo Vieira. Brasília: Ática e Edunb, 1988.
- _____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. de. *O Satânico Doutor GO: a ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Tese de mestrado apresentado no programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1999.

AQUINO, M. A; MATTOS, M. A. V (et. al). *A Constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político, famílias 10 e 20*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

_____. *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

_____. *No coração das trevas: O DEOPS/SP: Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. Vol. 1*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001.

AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, E. L. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1990.

BASBAUN, L. *História Sincera da República*. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na Boca do Sertão: O perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)*. módulo VIII. Geo-política do controle. São Paulo: arquivo de Estado: Imprensa Oficial.

BENEVIDES, M. V. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário da imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERCITO, S. de D. *O Brasil na década de 1940*. São Paulo: Ática, 1999.

BICUDO, H. *Segurança Nacional ou Submissão*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BIELCHOWSKI, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOITO Jr., A.. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO. G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, M. L. R., BINGEMER, M. C. L. (org). *Mulher e relações de gênero*. Coleção seminários especiais, Centro João XXIII. Ed. Loyola, 1994.

BRAYNER, F. H. A. *Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do Partido Comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Revista *Estudos e pesquisas*, n. 48, 1989.

- BRETAS, M. L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Trad. Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UnB, 1994.
- CATHALA, F. *Polícia: mito e realidade*. Trad. João Milanez da Cunha Lima. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
- CAMPOS, B. de. *A questão da constituinte: uma análise marxista*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- CARDOSO, C. F. et al. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, M. L. *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/>. Acesso em 18 de agosto de 2009.
- CARONE, E. *Corpo e alma do Brasil: A República Liberal: II Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: FCA, 1985.
- _____. *Corpo e alma do Brasil: O PCB (1943 a 1964)*. Vol. II. São Paulo: Difiel, 1982.
- _____. *O Estado novo (1937-1945)*. São Paulo: Difiel, 1977.
- _____. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difiel, 1982, 2 ed.
- CASTRO, I. E. *O mito da necessidade: discurso e práticas do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bernard Brasil, 1992.
- CARVALHO, J. C. M. de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CAVALCANTI: *Nos tempos de Prestes: o caso eu conto, como caso foi*. Memórias políticas. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. *O caso eu conto como caso foi: da coluna Preste à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- CHASIN, J. "Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica" In: TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- _____. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

- COLLING, A. M. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosas do Tempo, 1997.
- COMBLIM, J. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMPARATO, F. K. *Para viver a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CORREIA, T. de B. De vila operária a cidade-companhia: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n. 4. 2001. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revistas/Anpur_v4.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2009
- CORREIA, L. R. *O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo*. *Histórica (São Paulo. Online)*, v. 33: 1-11, 2008.
- COSTA, E. V. *O tribunal Superior Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Unesp, 2006.
- COSTA, A. O. et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, H. de O. *A insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universidade do Rio Grande do Norte, 1995.
- COSTA, A. O. et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. *Impasse na democracia brasileira (1951-1955): coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- CRESPAN, J. *Revolução Francesa e o Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- DELLASOPPA, E. Reflexões sobre violência, autoridade e autoritarismo. São Paulo: *Revista USP*. Dossiê Violência, n. 9, março/maio de 1991.
- D' ARAÚJO, M. C.S. *O segundo governo Vargas – 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- _____. *As instituições políticas da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELGADO, L.A.N. *PTB: do Getulismo ao Reformismo - 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DINIZ, E. *O Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes*. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DÓRIA, C. A. *O cangaço*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil - 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. Editora USP, 13. ed. São Paulo, 2008.

_____. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, F. *1920-1995: A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Ed. Xamã, 1995.

FERNANDES, H. R. *Política e segurança: Força pública do Estado de São Paulo. Fundamentos históricos Sociais*. Dep. Ciências Sociais. USP São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, J. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FICO, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FON, A. C. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Global, 1979.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRANCO, A. A. de M. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- GALLO, I. C. D'A. *O contestado: O sonho do milênio igualitário*. Ed. Unicamp. São Paulo, 1999.
- GOMES, Ana Cláudia Masagão de Paula. *A Cruzada Anticomunista de Carlos Lacerda: A Tribuna da Imprensa na Crise de 1964*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- GOMES, A. de C. (org): *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.
- GUEDES, T. *Pagu - literatura e revolução: um estudo sobre o romance Parque Industrial*. São Paulo: Nankin, 2003.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930- 1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- INEP. *Oportunidade de preparação no ensino militar: exército, marinha, aeronáutica e polícia militar*. Ministério da Educação e saúde. Instituto Nacional de estudos Pedagógicos, n. 68. Palácio da Educação, Rio de Janeiro, 1951).
- LARA, S. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAVAREDA, A.; SÁ, C. (orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. In: *A luta eleitoral com a redemocratização: as eleições nacionais de 1945 e o pleito estadual de 1947*. Recife: FUDARJ, Massangana, 1986.
- JORDÃO, F. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.

- LIMA, A. G. da C.; SALAMICO, A. A. H. R. L.. *Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco*. Recife: Secretaria da Segurança Pública, Delegacia Auxiliar, 3ª ed., 1986.
- LIMA, M. do S. A. *Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Oito de Março, 2004.
- LOPES, J. S. L. et. al. *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 5.)
- LORCH, C. *Assas da força aérea brasileira*. Hamburgo. São Paulo, 1988.
- KONDER, L. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem – A origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade - São Paulo, passado e presente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MACIEL, A. *A história secreta: prontuários da DOPS*. Recife: Ed. Autor, 2000.
- MARTINS, L. *Estado Novo: dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/Finep, 1983.
- MARSON, A. *Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais*. In: BRESCIANI, M. S. M. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.
- MATTOSO, G. *O que é tortura?* São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)
- MAZZEO, A. C. *A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MENEZES, E. O. de. *Seca no Nordeste: desafios e soluções*. São Paulo: Atual, 2002.
- MESQUITA NETO: “Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle”. In: PANDOLFI, D. C. et al. (orgs). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MICHAUD, Y. *A violência*. Trad. L. Garcia. São Paulo: EGB, 2001.

- MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar - a responsabilidade de Estado*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MORAIS, B. B. *Estado e segurança diante do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 2008.
- MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NAFFAH NETO, A. *Poder, vida e morte na situação de tortura*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- NUNES, J. F. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.
- OLIVEIRA, J. T. (sel.). *O governo Dutra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.
- OLIVEIRA, N. D. *A vigilância da DOPS-SP as Forças Armadas (Brasil - década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo : s.n, 2008.
- PAGE, J. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil de 1955-1964*. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PANDOLFI, D. C. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro, 1995.
- PARRA, Lúcia Silva; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo : Arquivo do Estado : Imprensa Oficial do Estado, 2003
- PEDROSO, R. C. *Estado autoritário e ideologia policial*. Ed. Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. (Coleção História da intolerância)
- PINHEIRO: S. "Violência sem controle e militarização da polícia" In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 1, abr., 1983.
- _____. (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POMAR, E. da R. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. Franca: UNESP. (Coleção Teses e monografias), 2003.

RAGO, A. F. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado apresentado no Programa de Pós-graduação de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

_____. "A lógica perversa do capital atrofico" In: *Communicare: revista de comunicação*, v. 4, n. 2, 2004. p. 145-156.

_____. "O ardil do politicismo: do bonapartismo à auto-reforma da autocracia burguesa". *Revista Projeto História*, v. 29, Tomo 1, 2004. p. 139-168.

RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasilense, 1990.

REZNIK, L. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. São Paulo: FGV, 2004.

ROLIM, R. C. *Policiamento e a ordem: repressão e violência - Londrina 1948-1962*. 1996. Dissertação de Mestrado em História na Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual de São Paulo. 1996.

ROLIM, M. *A síndrome da rainha vermelha. Policiamento e segurança Pública do século XXI*. Rio de Janeiro: Zará, 2006.

ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SAINT-PIERRE, H. L. (org). *Controle civil sobre os militares e a política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, São Paulo: Ed. UNESP, 2007. (Coleção Estudos Internacionais)

SARDENBERG, C. M. B; COSTA, A. A. A. (orgs). "Fazendo gênero na historiografia baiana". In: *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – Dissertação de Mestrado em História/FFCH. Universidade Federal da Bahia, 2001.

SART, I. *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHWARTZMAN, S. (org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, M. G. *A DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco. 1935-1945*. Dissertação de Mestrado no Programa de História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

_____. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva da DOPS-PE (1964-1985)*. Tese de doutorado no Programa de História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. “O acervo DOPS: da administração à história” In: *Revista do Arquivo Público*. Vol. 42, n. 47, dezembro, 1997.

SILVA, E. A. da. *O despertar do campo: Lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo*. Módulo VIII – Geo-política do controle. São Paulo: Arquivo do Estado. Mrensa Oficial, 2003.

SOUZA, F. A. S. *Relações do trabalho no Brasil: um enfoque didático*. Brasília: IBRART; OIT, 1985. (Série Pesquisa n.5)

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TREVISAN, L. *O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global. Cadernos de educação política, n. 6, 1985.

VALE, O. T. do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, Í. *Guerra é guerra, dizia o torturado*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VIANNA, S. B. *A Política Econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

VIANA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIEIRA, V. L. *O trabalhador brasileiro: um caso de policia ate 1950: representações sobre os trabalhadores urbanos no período de 30 a 50*. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em História na Pontifícia Universidade de São Paulo, 1998.

_____. “A criminalização das Lutas Sociais na América Latina”. In: *Revista Projeto História*, PUC/São Paulo, v. 31, 2005.

_____. “Constituições burguesas e seus limites contra-revolucionários”. In: Revista *Projeto História*, PUC/SP, v. 30, 2005.

_____. “Os restos da ditadura”. In: *Informativo Paulistano*, Diretoria Municipal de São Paulo, v. 21, 1994.

VIEIRA, H.; SILVA, O. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

VIEIRA, M. do P. de A. et al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

Z Aidan Filho, M. O fim do nordeste & outros mitos. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época)

Zaverucha, J. *Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma*. Recife: Universitária, 2003.

_____. *Rumor de Sabres: tutela militar ou controle civil?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. “Políticas de segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais”. Recife: Fundaj, 2002. (Série Gestão pública e cidadania)